

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

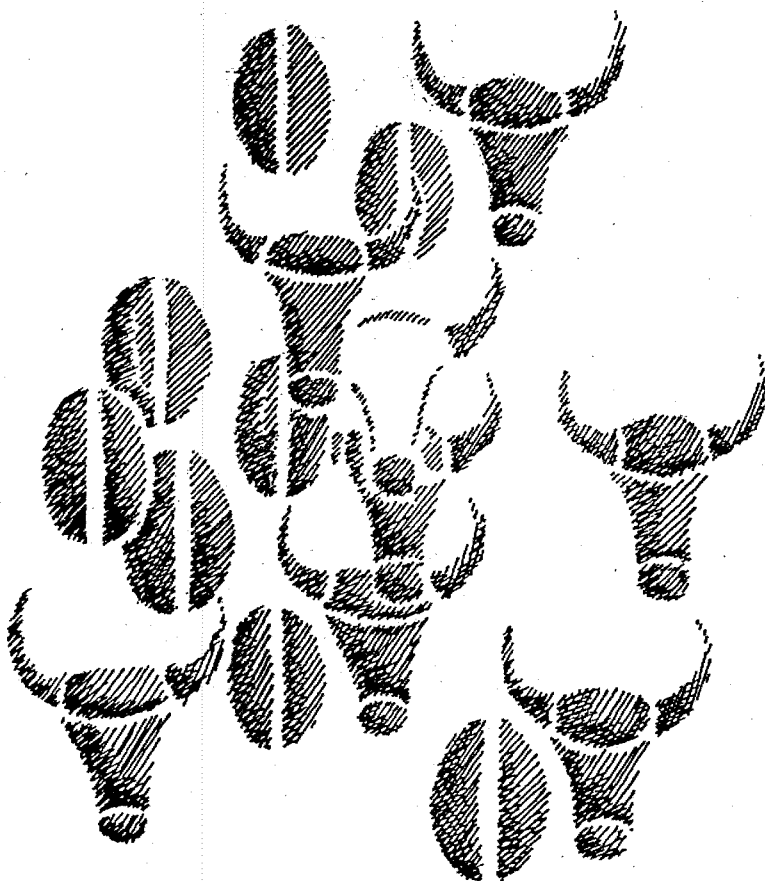
Coordenação Estadual do Planejamento

Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado**

**Região Programa III. NOVA VENÉCIA**

relatório preliminar volume I



7100  
190



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

REGIÃO PROGRAMA III - NOVA VENÉCIA  
RELATÓRIO PRELIMINAR - VOL. I

SETEMBRO/83

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Eurico Vieira de Resende*

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

*Octávio Luiz Guimarães*

GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO  
ESPÍRITO SANTO

*Ricardo Santos*

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

*Orlando Caliman*

## COORDENAÇÃO

*Isabel Peres dos Santos - Engenheira Agrônoma*

## TÉCNICOS

*Bastiana Philip Reydon - Economista*

*Carlos Teixeira de Campos Júnior - Engenheiro-Urbanista*

*José Saade Filho - Geógrafo*

*Marcelo Carneiro Santiago - Economista*

*Renato de Castro Gama - Economista*

*Ronaldo José de Menezes Vincenzi - Economista*

*Rosemay Bebber Grigato - Economista*

*Sonia Maria Dalcomuni - Economista*

## AUXILIARES TÉCNICOS

*Augusto César Gobbi Fraga (Economista)*

*Carlos Roberto Souza Escovedo (Processamento de Dados)*

*Julimar Ferreira Lopes (Processamento de Dados)*

*Tania Maria Crivilin (Desenho)*

*Yara Paiva (Desenho)*

## ESTAGIÁRIOS

*Adelino Pinheiro Pires*

*Alexandre Belo dos Santos*

*José Antonio Buffon*

*Madalena de Carvalho Nepomuceno*

*Marcos Benevenuto Neves*

*Miriam Kátia Lorenzoni*

*Sueli Mattos de Souza*

## ESTATÍSTICA (CONSULTORIA)

*Antonio Celso Dias Rodrigues*

## ITEMIZAÇÃO POR VOLUME

### VOLUME I

1. INTRODUÇÃO
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO-PROGRAMA III - NOVA VENÉCIA
4. COMPLEXOS
5. CONCLUSÕES PRELIMINARES

### VOLUME II - ANEXOS

- ANEXO 1: RELATÓRIO MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA
- ANEXO 2: INFORMAÇÕES, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS
- ANEXO 3: ANÁLISE DE CONGLOMERADOS E CONGLOMERAÇÃO POR ÍNDICES DE ESTIMULAÇÃO
- ANEXO 4: PROGRAMAS DE COMPUTADOR

### VOLUME III - MAPAS

- MAPA 1: SETORES CENSITÁRIOS
- MAPA 2: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTO
- MAPA 3: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO A ÁREA APROPRIADA
- MAPA 4: DENSIDADE DEMOGRÁFICA
- MAPA 5: COMPLEXOS E BOLSÕES

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO .....	5
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	7
2.1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	7
2.2. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS .....	14
2.3. CARTOGRAFIA .....	35
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO-PROGRAMA III - NOVA VENÉCIA. ....	37
3.1. CONDIÇÕES NATURAIS .....	40
3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	52
3.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS .....	62
3.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS .....	75
3.5. MERCADO DE TRABALHO .....	81
3.6. COMERCIALIZAÇÃO .....	94
3.7. COOPERATIVAS .....	100
3.8. POLÍTICAS AGRÍCOLAS .....	114
4. COMPLEXOS .....	126
4.1. COMPLEXO CAFÉ .....	127
4.2. COMPLEXO CAFÉ/PECUÁRIA .....	139
4.3. COMPLEXO PECUÁRIA .....	145
4.4. COMPLEXO PECUÁRIA/MANDIOCA .....	182
5. CONCLUSÕES PRELIMINARES .....	192



---

O presente relatório consiste num diagnóstico acerca da organização econômica e social da Região-Programa III (Nova Venécia), localizada na porção noroeste do Estado do Espírito Santo e constituída pelos municípios de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Esporanga, Mucurici, Montanha, Boa Esperança e Pinheiros, conforme pode ser visualizado no Mapa I.

Este documento constitui-se num dos produtos de um convênio de cooperação financeira celebrado entre o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), com a interveniência do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES), tendo sido elaborado pela equipe de Estudos Regionais do IJSN.

A denominação de "Relatório Preliminar" está ligada ao caráter do trabalho que restringiu-se ao estudo das relações internas à Região-Programa, deixando de captar com profundidade as articulações da Região com o restante da economia e sociedade capixabas.

Uma análise mais ampla dos processos e relações inter-regionais deverá ser efetuada após a conclusão dos Relatórios Preliminares das Regiões-Programas, a partir de um estudo que abarque o Estado como um todo, rompendo com os limites regionais e propondo uma nova regionalização, de cunho sócio-econômico, que possa servir de referência aos órgãos estaduais e federais, no sentido da formulação de linhas específicas de ação para a realidade distinta dos diferentes subespaços econômicos existentes no Espírito Santo.

Uma ênfase nas atividades rurais caracterizou o enfoque dado à análise da Região, devido à forte determinação que estas exercem sobre a conformação econômica desse espaço. Dessa forma, acredita-se que essa abordagem, sob a ótica da produção, permite uma compreensão, não só das relações rural-urbano, como também de questões específicas relacionadas ao meio urbano regional.

O primeiro volume desse Relatório Preliminar contém um diagnóstico a nível da Região, uma espacialização das atividades rurais e uma análise aprofundada da dinâmica interna de cada subespaço econômico representativo da Região. Esta análise procura apreender, nas suas múltiplas facetas, as relações envolvidas em suas formas específicas de organização da produção, incluindo as relações de propriedade e posse da terra, o perfil das atividades, as condições técnicas, as relações de trabalho, a comercialização da produção e a intervenção do Estado.

No segundo volume, além de um relatório municipal, onde se mostra a tarefa inicial de análise e sistematização de informações referente à primeira etapa do trabalho, apresentam-se as tabelas utilizadas durante a análise, com os indicadores construídos a partir das informações censitárias, e um ensaio estatístico de conglomeração e estimulação.

O terceiro e último volume contém os mapas regionais de espacialização de culturas e dos principais indicadores utilizados na análise que resultou na elaboração desse documento.

## 2.

## METODOLOGIA

---

### 2.1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os aspectos teórico-metodológicos que permeiam o presente trabalho são o resultado de avaliações críticas de toda uma experiência de planejamento no Estado, particularmente no que se refere à elaboração dos Planos Regionais realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves. O Espírito Santo está oficialmente dividido em cinco Regiões-Programa. Para cada uma delas foi elaborado um Plano Regional contendo o diagnóstico da Região e a proposição do plano propriamente dito, de que resultaram vários programas que posteriormente deveriam ser implementados através de projetos executivos.

Esta avaliação crítica tem como pano de fundo o entendimento do planejamento enquanto um processo. Ou seja, deve-se ter presente as interrelações entre os vários estágios do processo de planejamento (diagnóstico, formulação das políticas, elaboração e execução do plano) bem como, e principalmente, a progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano.

O diagnóstico é fundamental para decidir o sucesso ou insucesso do processo que ele desencadeia. Não se quer dizer, no entanto, que um bom diagnóstico desencadeará, por si só um planejamento eficaz, mas certamente, este planejamento só se configurará como conseqüente na medida em que se dispuser de um bom diagnóstico. *Isto se dá pela simples razão de que apenas se pode planejar adequadamente aquilo que se conhece!*

---

<sup>1</sup>Tamás Szmrecsányi - *Alguns pressupostos teóricos do planejamento agrícola*, mimeo.

Partindo deste ponto de vista, procedeu-se a uma revisão crítica da metodologia utilizada na elaboração dos diagnósticos das Regiões-Programas, levantando-se uma primeira ressalva referente ao tipo de tratamento estanque da Região-Programa, que impede a apreensão e explicitação das várias articulações com o restante da economia capixaba e mesmo com o Brasil, ao mesmo tempo em que o tratamento estanque dos vários aspectos da realidade da região em questão obscurece a verdadeira essência de sua dinâmica produtiva e econômica, além do caráter das relações entre os distintos agentes sociais da produção.

Um outro ponto crítico é a forma de utilização das informações estatísticas, onde são utilizados quase que exclusivamente os dados censitários, sendo a unidade menor o município como um todo. Desta forma, a análise qualitativa fica um tanto prejudicada na medida em que o município é tratado como um espaço homogêneo e além disso, as informações setorializadas esgotam-se em si mesmas não sendo possível detectar as várias articulações entre os diversos setores da economia.

Estas as principais críticas que se faz ao processo de entendimento da realidade estadual, além de que não se esgotam nesse aspecto os problemas que se apresentam ao processo de planejamento. Num outro nível, aparecem os problemas de ordem jurídica e institucional, onde a não articulação inter-órgãos estaduais setoriais e inter-níveis de governo (federal, municipal e estadual) torna permanente a separação entre os que planejam e os que executam as ações, quer sejam as planejadas quer sejam as decididas independente de planejamento.

Dito isto, passa-se agora a traçar efetivamente as linhas gerais do marco teórico e a metodologia utilizada para sua operacionalização nos limites do presente diagnóstico.

Primeiramente, entende-se a Região-Programa enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção. Tendo em vista que uma intervenção planejada a nível desta Região-Programa deve necessariamente passar pelo entendimento de sua estrutura produtiva, acredita-se que tal

entendimento deve ser alcançado através de um estudo do todo regional, ou melhor, da dinâmica da produção regional, ressaltando suas características gerais referentes à estrutura fundiária, condições naturais, principais produtos, condições técnicas da produção, mercado de trabalho, comercialização e rebatimento regional da política agrícola, estadual e federal. Mas o estudo para uma intervenção planejada na Região-Programa não se esgota aí: deve, acima de tudo, contemplar a dinâmica de cada uma de suas partes constitutivas, subespaços que guardam uma série de especificidades quanto a sua dinâmica interna. Dessa forma, a identificação das especificidades existentes aparece como ponto crucial para a elaboração do plano ou programa, uma vez que subespaços economicamente diferenciados demandam intervenções também diferenciadas.

Neste sentido, a base para uma intervenção nesses moldes deve centrar-se em uma regionalização econômica que, rompendo com as amarras político-administrativas dos municípios, busque identificar subespaços homogêneos sob a ótica da organização da produção apreendendo a dinâmica interna a cada subespaço específico e suas articulações com o exterior.

A tentativa de se atingir tal objetivo vem sendo norteadada pelos seguintes eixos:

- *Processo produtivo* - que engloba as relações homem-natureza, estrutura fundiária, uso do solo e relações de trabalho;
- *Processo de realização da produção* - que privilegia o estudo das cadeias de intermediação, singularidades do mercado e formas específicas de subordinação da produção a diferentes frações do capital, além dos pontos de estrangulamento enfrentadas para a realização da produção;
- *Organização social existente* - com ênfase colocada na distinção entre formas de organização da classe produtora e trabalhadora, aí incluindo a atuação de sindicatos, igrejas, etc..., também enfatizando a atuação das cooperativas e sua estruturação interna.

- *Intervenção do estado* - cujo rebatimento a nível da produção, comercialização e condições de reprodução do elenco de frações de classe identificadas na região, permeia toda a análise anteriormente explicitada.

Para a análise da região, centrada nos eixos listados anteriormente, pensou-se inicialmente, na utilização de informações secundárias, baseadas nas estatísticas dos censos agropecuário e demográfico de 1980 do IBGE, por setor censitário, combinadas a pesquisa direta junto aos técnicos locais da EMATER. As informações do censo de 1980 por setor censitário propiciavam a manipulação de dados recentes, com base espacial de reduzida dimensão, apresentando uma possibilidade de agregação não comprometida aos limites político-administrativos municipais. De qualquer forma, dos indicadores priorizados para a pesquisa (Estrutura Fundiária, Posse da Terra, Uso da Terra, Migrações, Relações de Trabalho e Culturas), apenas os quatro primeiros poderiam ser construídos a partir das informações secundárias, ressaltando a necessidade de trabalhar os dois últimos junto aos técnicos da EMATER, com os quais também estava previsto todo um questionamento acerca da organização da produção e sociedade locais.

A partir daí, passou-se ao mapeamento dos indicadores e a uma sistematização e análise das informações obtidas que resultou na feitura de relatórios municipais, contendo uma primeira aproximação da dinâmica da produção local, cuja análise ainda se mantinha restrita aos limites do município.

Cada indicador passa então a ser mapeado para toda a região, formando manchas por indicador. Sendo assim, os setores censitários que possuem as mesmas características formam uma mancha homogênea que pode ou não extrapolar os limites municipais.

A passagem das manchas por indicador para as manchas econômicas, inicialmente pensada como uma sobreposição dos indicadores através de uma determinada valoração, passa a se dar através da conjugação do indicador es

estrutura fundiária aparente ao indicador base, espacialização da cultura ou combinação de culturas. A noção de mancha econômica ou de produção, surge, então, quando num determinado espaço, a atividade econômica dominante conjugada com a estrutura fundiária correspondente reflete a forma geral de reprodução daquela economia.

O problema que aí se coloca é que dificilmente se encontra uma porção de espaço onde se identifica uma única cultura ou atividade econômica dominante. Normalmente essa atividade dominante aparece articulada a outras atividades, subsidiárias, concorrentes ou associadas, articulação esta que de certa forma mantém e reproduz aquela economia.

O estudo dessas articulações e seu significado passa pela utilização dos indicadores restantes e de todas as informações obtidas junto aos técnicos da EMATER, já preliminarmente sistematizadas nos relatórios municipais. Com isso, passa-se à análise da reprodução interna a cada mancha econômica, seguindo os grandes eixos anteriormente mencionados. O elemento central dessa análise seria a noção de complexo.

Desse modo, a noção de complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinada dinâmica à produção de cada espaço rural específico.

Verifica-se, até o momento, a possível existência de três diferentes tipos de complexo:

- *Complexo Unitário* - onde uma atividade simples e exclusiva é a grande responsável pela geração da renda local, sem a existência de outras atividades articuladas, subsidiárias ou não;
- *Complexo Combinado* - que se define pela conjugação de duas ou mais atividades determinadas por:
  - . *Estratégia de sobrevivência do pequeno ou micro estabelecimento, onde a atividade articulada proporciona a subsistência da família do proprietário, ou permite a complementação de sua renda em atividades de ciclo longo.*

- . *Estratégia de reprodução da força de trabalho*, onde a atividade articulada, de subsistência, ajuda a complementar a remuneração da força de trabalho, quase sempre do meeiro;
- . *Estratégia empresarial*, onde restrições de mercado limitam o desenvolvimento de certas atividades, levando a uma articulação com outras. É mais comum em grandes estabelecimentos, principalmente nos que produzem café, onde as restrições pelo lado do mercado de trabalho impõem o aproveitamento de grande parte da área ocupada pelo estabelecimento na exploração da pecuária extensiva que demanda pouca mão-de-obra;
- . *Condições de relevo*, onde restrições de ordem natural implicam em determinada diversificação agrícola. É o caso dos terrenos declivosos onde a cultura do café se localiza nas encostas e a pecuária, ou milho, por exemplo, nas baixadas.
- *Complexo Excludente*, onde duas ou mais culturas articuladas tendem a se excluírem, ou seja, a expansão de uma delas implica necessariamente na retração da outra. O maior exemplo para esse complexo pode ser obtido na articulação pecuária-cana.

O entendimento de cada complexo passa necessariamente pela sua análise interna e externa.

A análise de suas relações internas acompanha os seguintes eixos:

- Caracterização da cultura e condições naturais da produção;
- Estrutura fundiária segundo o número de estabelecimentos e área ocupada por cada estrato, com base no setor censitário;
- Comercialização;
- Intervenção do estado na produção e comercialização;
- Definição do complexo.



Esta análise também engloba a identificação e estudo dos bolsões internos ao complexo. Entende-se por bolsão, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou de um determinado grupo de culturas combinadas e/ou emergentes que sobrevivem no interior do complexo. A importância do bolsão é caracterizada pela concentração da cultura ou da combinação de culturas no seu interior ou pela importância estratégica das mesmas no conjunto da produção da Região-Programa.

A análise de suas relações externas, implica na manipulação de informações censitárias de caráter mais dinâmico que permitem comparar e visualizar a situação da Região-Programa em momentos distintos, propiciando um entendimento das articulações entre os complexos que vai ser contraposto às informações obtidas em fontes primárias. Para tanto, utiliza-se de estatísticas dos Censos Agropecuário e Demográfico, do IBGE, de 1960, 1970 e 1975, referentes a estrutura fundiária, progresso técnico, produtos dinâmicos e comportamento da população urbana e rural.

## 2.2. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS

Uma das questões centrais colocadas para o desenvolvimento do trabalho dentro da perspectiva ensejada, seria avaliar as possibilidades de utilização de estatísticas secundárias na delimitação do espaço analítico. Isto porque, conforme já visto, interessa antes de tudo conhecer de que maneira se distribui no espaço as diversas formas de exploração agrícola, a atividade econômica que, em última instância, garante a sobrevivência desta ou daquela comunidade.

Este objetivo implica, de imediato, em isolar no universo considerado, no caso a Região-Programa III, certas manchas homogêneas que, por suas características aparentes, possam vir a se configurar enquanto regiões econômicas; evita-se desta forma todo um trabalho exaustivo de pesquisa direta que, nas atuais circunstâncias, é técnica e financeiramente inviável.

Isto cria, para a utilização de dados secundários, um pré-requisito técnico, já que a maioria das estatísticas disponíveis são agregadas por municípios e distritos, comprometendo assim, a noção de espaço econômico contínuo, normalmente não correspondente às divisões político-administrativas inter e intra-municipais.

Os dados cadastrais tipo INCRA, GECOFA/EMESPE, etc., que permitem reconstituir de forma pontual as estatísticas produzidas, são de difícil acesso e, mesmo que fosse o contrário, consumiriam um volume enorme de recursos e tempo para a sua utilização satisfatória, sem contar que a sua comparabilidade com outros tipos de informação, com os Censos, por exemplo, é muito baixa, o que dificultaria qualquer tipo de controle estatístico, imprescindível a este tipo de estudo.

Resumindo, para que a utilização de estatísticas secundárias seja possível na delimitação do espaço analítico, seria necessário encontrar um meio-termo entre os níveis extremos de agregação/desagregação: no caso, censos e cadastros.

Do material disponível, o que apareceu com mais condições de preencher os requisitos acima expostos, são as informações contidas na *Folha de Coleta do Recenseador*, instrumento de trabalho do IBGE utilizado no controle das atividades de campo do Censo Agropecuário, assim como uma possível estimativa preliminar dos resultados.

Esta *Folha de Coleta* registra (setor por setor censitário) todos os estabelecimentos, segundo: área total; área de lavoura temporária e permanente; pessoal ocupado; número de tratores, de bovinos, de suínos e de aves; a condição do produtor e a propriedade das terras do estabelecimento.

As vantagens da utilização do setor censitário enquanto unidade de informação, seriam: sua reduzida dimensão; a comparabilidade inter-censitária; a possibilidade de agregação sem comprometimento dos limites político-administrativos municipais e a existência de informações recentes (dezembro de 1980).

#### 2.2.1. FONTE DOS DADOS BÁSICOS

Para desenvolvimento de indicadores:

- Boletim-Resumo do Censo Agropecuário de 1980;
- Folhas de Coleta, por setores, do Censo Agropecuário de 1980;
- Boletim-Resumo do Censo Demográfico de 1980.

Para controle de consistência:

- Censos Agropecuários de 1970 e 1975;
- Censos Demográficos de 1970 e 1980;
- Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980;
- INCRA - Cadastro Preliminar de 1978;
- Dados de Produção Agrícola Municipal (PAM), 1975 a 1980.

Setor censitário é uma divisão espacial estabelecida pelo IBGE para efeito de recenseamentos. Compreende uma fração do território municipal passível de ser coberta por um só recenseador (em média 250 domicílios). Esta divisão é denominada *malha censitária* e é ajustada a cada censo sendo que, como se presta tanto ao Censo Demográfico como ao Agropecuário, definida a partir do primeiro, tende a não apresentar qualquer critério de repartição segundo a lógica agrícola.

Cada recenseador, uma vez concluído o seu trabalho de campo, deve preencher uma folha de coleta constando, para cada propriedade, os dados já mencionados que, por sua vez, são consolidados na agência municipal do IBGE em Boletins-Resumo por setores censitários.

Apresenta-se a seguir um exemplo de Folha de Coleta e de Boletim-Resumo, sendo que, por razões de sigilo, teve-se o cuidado de, ao copiar os dados no IBGE, omitir os nomes dos proprietários e dos estabelecimentos.

Estes foram os principais dados utilizados para a elaboração dos indicadores, sendo que se dispõe também de um mapa para localização espacial dos setores. Os outros dados foram utilizados mais para controle e se não discutidos quando se falar da construção dos indicadores.

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Nova Venécia			DISTRITO: Nova Venécia					Nº DO SETOR: 17		
CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO	TRATORES	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR	PROPRIETÁRIO	UNIDADE DE SUPERFÍCIE EQUIVALÊNCIA EM METROS	TOTAL	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA			BOVINOS	SUÍNOS	AVES
(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
1	1	ha	142,78	4,84	9,68	4	1	105	19	30
1	1	ha	484,00	-	4,84	6	-	370	-	100
1	1	ha	70,00	-	-	1	-	35	13	40
4	1	ha	10,00	5,00	5,00	4	-	-	4	66
1	1	ha	29,04	1,45	7,26	7	-	55	20	160
1	1	ha	75,00	-	-	2	-	52	7	30
1	1	ha	25,00	-	10,00	1	-	-	-	-
1	2	ha	77,44	-	-	2	-	48	-	-
1	1	ha	9,68	1,45	0,48	4	-	11	12	100
1	1	ha	12,10	2,42	-	3	-	12	6	40
1	1	ha	48,40	7,26	-	2	-	20	15	400
4	1	ha	10,00	-	-	1	-	15	-	-
1	1	ha	5,00	2,50	-	3	-	-	7	20
1	1	ha	10,00	5,00	5,00	1	-	-	16	40
1	1	ha	2,50	2,50	-	2	-	-	-	-
1	1	ha	10,00	7,50	-	2	-	-	10	60
1	1	ha	10,00	6,00	-	6	-	-	6	26
1	1	ha	10,00	5,00	-	2	-	-	10	20
1	1	ha	24,20	14,52	-	4	-	-	14	20
1	1	ha	9,50	5,00	-	2	-	-	20	80

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Nova Venêcia			DISTRITO: Nova Venêcia				Nº DO SETOR: 17			
CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO	TRATORES	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR	PROPRIETÁRIO	UNIDADE DE SU PERFÍCIE EQUIVALÊNCIA EM METROS	TOTAL	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA			BOVINOS	SUÍNOS	AVES
(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
4	1	ha	2,42	2,42	-	1	-	-	3	35
1	1	ha	53,24	14,52	-	2	-	16	30	80
1	1	ha	15,00	3,00	2,00	2	-	-	16	35
1	1	ha	9,68	4,84	4,84	2	-	-	-	110
1	1	ha	14,52	9,68	-	2	-	-	14	50
1	1	ha	16,94	7,26	-	3	-	-	2	20
1	1	ha	33,88	19,36	-	3	-	7	5	100
1	1	ha	19,36	9,68	-	4	-	-	-	100
1	1	ha	7,50	7,50	-	3	-	-	-	-
1	1	ha	9,68	4,84	2,42	8	-	4	2	100
1	1	ha	57,50	-	-	1	-	14	-	-
1	1	ha	12,50	-	-	1	-	18	-	-
1	1	ha	6,50	6,50	-	1	-	-	-	-
1	1	ha	77,44	9,68	-	2	-	107	-	-
4	1	ha	8,00	8,00	-	1	-	-	-	-
4	1	ha	4,00	4,00	-	1	-	-	-	-
4	1	ha	3,50	3,50	-	2	-	-	-	-
4	1	ha	5,00	5,00	-	1	-	-	-	-
1	1	ha	14,52	9,68	0,96	3	-	-	4	36
1	1	ha	43,56	4,84	-	2	-	-	-	-

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Nova Venécia			DISTRITO: Nova Venécia				Nº DO SETOR: 17			
CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO	TRATORES	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR	PROPRIETÁRIO	UNIDADE DE SU PERFÍCIE EQUIVALÊNCIA EM METROS	TOTAL	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA			BOVINOS	SUÍNOS	AVES
(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
1	1	ha	121,00	4,84	-	3	-	224	-	-
1	1	ha	87,50	5,00	-	4	-	57	7	21
1	2	ha	58,08	2,42	-	6	-	36	1	10
1	1	ha	5,00	4,00	1	1	-	-	-	32
1	1	ha	7,50	5,00	-	2	-	-	7	70
1	1	ha	42,50	-	-	1	-	46	-	-
4	1	ha	7,50	7,50	-	4	-	1	10	14
1	1	ha	30,00	15,00	-	1	-	-	14	15
1	1	ha	31,46	2,42	-	1	-	-	-	-
4	1	ha	0,30	0,30	-	2	-	-	7	6
1	1	ha	82,28	-	-	5	-	54	4	58
1	1	ha	29,04	-	-	1	-	12	-	-
1	1	ha	77,44	2,42	-	2	-	106	-	15
1	1	ha	242,00	-	-	1	-	59	-	-
1	2	ha	300,08	242,00	-	7	-	148	-	30
1	1	ha	12,1	7,26	-	2	-	-	10	40
1	1	ha	9,68	9,68	-	2	-	-	-	-
1	1	ha	10,00	5,00	-	1	-	-	14	40
1	1	ha	19,36	9,68	-	6	-	-	-	30
1	1	ha	363,00	29,04	-	8	-	134	19	30

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Nova Venécia			DISTRITO: Nova Venécia				Nº DO SETOR: 17			
CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO	TRATORES	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR	PROPRIETÁRIO	UNIDADE DE SU PERFÍCIE EQUIVALÊNCIA EM METROS	TOTAL	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA			BOVINOS	SUÍNOS	AVES
(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
1	1	ha	745,36	7,26	9,68	25	1	694	-	-
1	1	ha	14,52	4,84	-	2	-	23	-	-
1	1	ha	15,00	15,00	-	3	-	-	6	70
1	1	ha	96,80	19,36	-	3	-	118	16	20
1	1	ha	5,20	5,20	-	2	-	-	24	60
1	1	ha	179,08	19,36	-	8	-	130	5	-
1	1	ha	48,40	-	-	1	-	20	1	10
4	1	ha	53,24	-	-	1	-	90	10	20
1	2	ha	99,22	4,84	2,42	1	-	10	-	-
1	1	ha	60,00	-	-	1	-	50	-	-
1	2	ha	1331,00	-	-	13	-	389	-	-
4	1	ha	10,00	10,00	-	2	-	-	-	-
1	1	ha	32,50	-	-	1	-	40	-	-
1	1	ha	48,40	-	-	1	-	40	-	-
1	1	ha	183,92	-	19,36	3	-	306	15	100
1	1	ha	164,56	-	-	4	-	120	-	-
1	1	ha	21,78	-	-	1	-	26	-	-
1	2	ha	222,64	4,84	2,42	4	-	179	60	98
1	1	ha	99,22	2,42	-	2	-	105	-	-
1	1	ha	726,00	-	-	2	-	330	-	-



### 2.2.2. TABULAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DOS DADOS

Considerando-se o marco analítico anteriormente delineado, que privilegia a estruturação fundiária enquanto elemento diferenciador na organização do espaço em detrimento das outras variáveis que teriam uma função mais explicativa na construção dos complexos — sem falar, é claro, na atividade econômica em si —, foram desenvolvidas tabelas, setor a setor censitário, sendo que todas as informações eram cruzadas com a variável *tamanho do estabelecimento*. Como os dados estão arquivados em fitas de computador torna-se possível, caso haja interesse, qualquer outra distribuição.

Para a definição dos intervalos dos estratos considerou-se as distribuições tradicionalmente efetuadas pelo IBGE, sendo que neste caso não interessava o fracionamento no grupo + de 1.000ha em 1.000 a 10.000 e acima de 10.000, dada a pouca expressividade destes na Região, bem como achou-se necessário decompor o grupo 10-100ha em 10-50 e 50-100ha. Desse modo, os dados foram tabulados segundo a estratificação que se segue:

- . Até 10ha
- . 10 a 50ha
- . 50 a 100ha
- . 100 a 500ha
- . 500 a 1.000ha
- . Acima de 1.000ha<sup>1</sup>

Quando do desenvolvimento de indicadores a nível municipal, utilizou-se os estratos agregados em 0-10, 10-100, 100-500 e mais de 500ha. No segundo momento, para a análise regional, procedeu-se a outra agregação, na forma seguinte: 0-50, 50-100, 100-500 e acima de 500ha, o que, segundo a conceituação adotada, representavam, respectivamente, pequenas, médias, grandes e muito grandes propriedades.

---

<sup>1</sup>No "Anexos", vol. II, encontram-se reproduzidas todas as tabelas obtidas.

### 2.2.3. A SELEÇÃO DOS INDICADORES - O PLANEJAMENTO ENQUANTO PROCESSO

Da conjugação entre o que se pudesse obter dos dados secundários do IBGE e do que fosse possível resgatar da experiência dos técnicos da EMATER nos municípios, estabelecer-se-iam os primeiros diagnósticos acerca da situação regional. Evidentemente este é um processo contínuo, já que haveria uma troca de informações multilateral, em que os conhecimentos de um lado seriam enriquecidos com o do outro, de modo a aproximarem-se o mais possível da realidade. Assim sendo, seria necessária a elaboração de um primeiro conjunto de indicadores que permitisse à equipe do Instituto Jones dos Santos Neves um primeiro contato com a realidade a ser discutida, bem como estabelecer os primeiros marcos acerca dos objetos em discussão. Posteriormente, já num segundo momento, com os dados originais enriquecidos pela participação da EMATER, dos sindicatos, da Igreja e de outros organismos que atuam na região (quanto torna-se necessário regionalizar economicamente o espaço), novos indicadores devem ser desenvolvidos. E ainda um terceiro momento existiu, já com os complexos definidos conforme proposta já discutida no marco teórico deste documento ("Aspectos Teórico-Metodológicos"), quando se tenta aprofundar ainda mais o conhecimento acerca da composição desigual e combinada das manchas obtidas, assim como se discute possibilidades outras de agregação do espaço, segundo princípios de conglomeração e índices estimuladores. Discutir-se-á, momento a momento, a construção desses indicadores.

#### 1) *Necessidades versus limitações - a seleção dos primeiros indicadores:*

A questão que se colocava para a equipe no início deste trabalho era: que tipo de indicador, calculado sobre dados secundários, garantiria com um razoável grau de segurança, um conhecimento prévio acerca das especificidades intra-regionais? A literatura específica apontava para um grupo de seis indicadores, a saber:

#### 2.2.3.1. *MIGRAÇÕES*

Este indicador, uma vez calculado, possibilitaria adquirir alguns conhecimentos acerca de certas características econômicas que, no geral, estão associadas aos movimentos de população, como estagnação, alteração

do pólo de dinamismo nos diversos ramos do setor primário, etc., tendo em vista que os assentamentos populacionais são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação espacial e setorial de recursos e pela conseqüente distribuição desigual das oportunidades econômicas. Tratava-se, portanto, de estabelecer pontos de inferência e formulação de hipóteses que deveriam ser corroboradas junto aos técnicos da EMATER, nos vários municípios.

#### 2.2.3.2. *ESTRUTURA FUNDIÁRIA*

Embora seja desnecessário justificar a importância deste indicador, convém esclarecer que já se sabia, desde o início, que os dados disponíveis não ofereciam informações seguras acerca da estrutura fundiária real, considerando-se os tamanhos de frações de áreas apropriadas pelos diversos proprietários individualmente, sendo, portanto, aconselhável sua leitura agregada ao indicador de posse da terra, caso se queira ponderar os valores de magnitude da apropriação do espaço.

#### 2.2.3.3. *RELAÇÕES DE TRABALHO*

Importava aqui conhecer de que forma se dava a alocação deste importante fator de produção nas suas variantes clássicas: mão-de-obra familiar, parceria e as várias formas de assalariamento.

#### 2.2.3.4. *USO DA TERRA*

Dimensionando, se possível, o percentual da área utilizada em lavouras permanentes, temporárias, pecuária de corte e leiteira, reflorestamento, descanso, matas e florestas naturais, bem como as terras inaproveitadas e inaproveitáveis.

#### 2.2.3.5. *POSSE DA TERRA*

Pelas razões já discutidas anteriormente, este indicador deveria revelar não só a condição - efetiva ou transitória - da posse da terra, bem

como isolar de forma completa os estabelecimentos não explorados pelos próprios proprietários.

#### 2.2.3.6. CULTURAS

*Zona rural* foi tomada aqui mais como um espaço onde se processa uma exploração agropecuária, do que como um limite físico-político, dissociado da noção clássica de setor primário da economia; neste caso, haveria que se considerar dados extrativos minerais e animais. Estas atividades seriam observadas no estudo de campo. Entretanto, não foi possível localizar internamente aos municípios os dados sobre culturas, sendo, neste caso, restrita a análise sobre a atividade econômica às informações colhidas junto aos escritórios da EMATER-ES.

Pela relação das informações constantes da Folha de Coleta, já se pode perceber que, afora para os indicadores *estrutura fundiária*, *uso da terra* (com ressalvas) e *posse da terra*, não seria possível se estabelecer, a nível de setor censitário, nenhum indicador. Assim sendo, para estes casos, considerou-se como unidade de referência o município como um todo e desenvolveu-se indicadores dinâmicos, tomando-se como datas 1970, 1975 e 1980.

#### 2.2.4. CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

##### 2.2.4.1. MIGRAÇÕES/POPULAÇÃO

A experiência anterior, com a Região-Programa V, demonstrou que a tentativa de se comparar a malha censitária de 1970 com a de 1980, para efeito de cálculo do saldo migratório bruto, deixava a desejar, já que a existência de vários povoados a partir de 1970 dificultava sobremaneira as comparações. Assim sendo, calculou-se apenas para o total do município as taxas brutas de migração e as de urbanização. Por setor, foram calculadas apenas as densidades demográficas em 1980, sendo que os dados são

aproximados, já que a área do setor foi obtida por planimetragem em cópias heliográficas de pouca precisão.

Este indicador permitiria comparar os estoques populacionais existentes com o grau de utilização de mão-de-obra no setor e, a partir daí, inferir-se informações sobre trabalhadores volantes, bolsões de desemprego, etc.

#### 2.2.4.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Preliminarmente convém ressaltar, conforme já frisado no subitem 2.2.3.2, que se tratará aqui de um indicador de *Estrutura Fundiária Aparente*, pois a conceituação de estabelecimento rural adotada pelo IBGE privilegia a posse e não a propriedade do estabelecimento. O indicador *posse da terra*, também calculado, permite avaliar de forma aproximada o grau de concentração fundiária.

Admitindo-se a noção de estrutura fundiária aparente, admite-se por conseguinte que, ao menos enquanto hipótese de trabalho, estabelecimento é igual a propriedade, o que de fato não ocorre. Entretanto, este processo já dá uma idéia bem aproximada da situação, posto que a maioria dos estabelecimentos é explorada pelos próprios proprietários.

O nosso indicador deve considerar, por setor, o número de propriedades segundo a sua dimensão, associada à área total ocupada. Como a área ocupada tende a privilegiar as propriedades maiores, assim como o número de estabelecimentos privilegia as menores, optou-se por manter os dois indicadores. Desta forma, foi calculada a participação de cada estrato de área no setor, seja quanto ao total de propriedades, ou à totalidade da área ocupada:

$$\frac{a_i \cdot x}{\Sigma a},$$

que seria a proporção de estabelecimentos do estrato  $i$  no setor  $x$ , em relação ao total de estabelecimentos na Região-Programa.

Posteriormente foram transladados para mapas em escala 1:50.000 (com o contorno dos setores censitários) estas informações, de modo a permitir uma rápida visualização da concentração/dispersão fundiária no setor. Para tanto foi necessário se estabelecer convenções que caracterizassem uma dominância ou subdominância de alguns estratos em relação a outros menos expressivos.

Foi preciso ainda, estabelecer um critério de dominância. Segundo a definição adotada, seria dominante o estrato que obtivesse valor modal de distribuição e subdominante o seguinte, desde que o dobro da diferença entre o segundo e o último elemento da classe fosse igual ou maior ao valor encontrado para o primeiro elemento. Caso contrário, não haveria subdominância.

#### 2.2.4.3. *RELAÇÕES DE TRABALHO*

A única informação existente nas Folhas de Coleta do Censo Agropecuário de 1980 era o número total de pessoas ocupadas por propriedade e, consequentemente, por setores e municípios. Nada existe acerca das relações de trabalho, embora fosse possível se estabelecer algum tipo de inferência para apresentar a apreciação dos técnicos que militam na Região (EMATER e outros). Enquanto inferência, não teria sentido efetuar e comparar os cálculos, já que dependeriam ainda da confirmação *in loco*, o que impediu que se procedesse ao desenvolvimento do método que permitiu avançar nas discussões acerca das relações de trabalho.

Partiu-se, para estas inferências, de uma premissa básica, a de que o tipo de relação de trabalho estaria associado, por um lado, ao tamanho da propriedade e, por outro ao tipo de exploração da mesma (uso da terra).

Para tanto, teria que se estabelecer uma relação de dependência, da seguinte forma: a variável  $Y$  (digamos, a relação de trabalho parceria, por exemplo), dependeria das variáveis  $X_1$  e  $X_2$  (no caso, por exemplo, pequena propriedade e lavoura permanente) e do grau de influência destas duas variáveis exógenas sobre a primeira, no caso  $X_i$  ( $i = 1,2$ ) sobre  $Y$ ; deve-se

considerar o contexto sinérgico das variáveis explicativas ( $X_1$ ,  $X_2$ ), isto é, admitindo-se mútua influência entre essas últimas ou um efeito iterativo entre elas.

Os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 demonstram diretamente esta dependência, de forma mais significativa para a estrutura fundiária, observando-se que<sup>2</sup>:

- No conjunto de estabelecimentos de até 10ha existentes na Região - Programa, 90% da mão-de-obra ocupada é exclusivamente familiar;
- No conjunto de estabelecimentos entre 10 e 100ha, 93% da mão-de-obra está concentrada nos estratos mão-de-obra familiar e parceria;
- A partir de 100ha, a frequência da categoria familiar vai para menos de 2% e a parceria para menos de 17%.

Vale dizer, segundo o princípio da causalidade, que a probabilidade de  $\underline{y}$  condicionada à ocorrência de  $Y_1$  supera a probabilidade de ocorrência de  $\underline{y}$ , isto é:  $P(Y/X_1) > P(Y)$ . O mesmo ocorre para  $X_2$   $P(Y/X_2) > P(Y)$ .

Comprovada a hipótese inicial, o problema consistiu em levantar, por setores censitários, o número de pessoas ocupadas segundo o estrato de tamanho das propriedades e o uso do solo, indicando, conforme a predominância de um ou de outro tipo, qual(is) seria(m) a(s) relação(ões) de trabalho mais provável(eis) de existir(em) no setor. Esta lei geral foi submetida a testes de campo junto aos especialistas da EMATER. Outro ponto de apoio para avaliação dos volantes foi o mapa de densidade demográfica, já salientado anteriormente.

#### 2.4.4.4. USO DA TERRA

A Folha de Coleta acusava, por propriedade, a área total, a área de lavoura permanente e a área de lavoura temporária, assim como o número de cabeças de bovinos, suínos e aves. A única possibilidade que se teria

---

<sup>2</sup>Os dados a seguir são aproximados.

aí, seria calcular algumas relações entre estes usos e, caso as lavouras, isoladamente, não apresentassem dominância, o indicador ficaria em parte comprometido, já que a relação boi/ha (considerando-se somente a diferença entre área total e áreas de cultura, para efeito de denominador) apresenta variações reais que dificultam mensurar o papel dos outros usos (terras em descanso, matas naturais e plantadas, terras inaproveitadas e inaproveitáveis).

Como parâmetro para interpretação das relações médias de bois (por ha), suínos e aves (por propriedades), utilizou-se das médias municipais já conhecidas.

#### 2.2.4.5. *POSSE DA TERRA*

Neste caso não se desenvolveu um índice na acepção técnica do termo, mas apenas se calculou, por setores, quantos estabelecimentos eram explorados pelos proprietários e os que eram explorados por arrendatários, parceiros e ocupantes sendo que, em todos os casos, se levantou, além da condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, a condição de propriedade das terras, se:

- Individual
- Em condomínio
- Sociedade Anônima
- Do governo
- De instituição pia ou religiosa
- De cooperativas.

Convém esclarecer que a condição de parceiro que aparece enquanto condição de produtor refere-se apenas àqueles produtores que administram a sua parceria a modo de proprietário, sendo que os demais parceiros aparecem enquanto relação de trabalho. Trata-se, em verdade, de um tipo de arrendamento em que o pagamento se dá de forma variável.



### 2.2.5. A NOÇÃO DE REGIÃO HOMOGÊNEA PELA AGREGAÇÃO DE MANCHAS DE DOMINÂNCIA POR SETORES

Conhecendo-se a dominância, setor a setor, de cada tipologia de estrutura fundiária, bem como a variação interna entre elas das outras variáveis que lhe dão especificidades, e tendo sido levantado junto aos escritórios municipais da EMATER os setores de produção -- manchas de dominância de algum produto agropecuário segundo valor gerado -- seria possível uma primeira aproximação econômica regionalizada pela superposição (*overlays*) das cartas obtidas. Ocorre que, se para os dados obtidos junto ao IBGE não havia maiores problemas quanto a limites das manchas, o mesmo não ocorria em relação às manchas desenhadas pelos técnicos, já que os contornos eram bem aproximados. Para garantir que os limites definitivos dos (complexos que seriam deduzidos principalmente com estas informações) fossem mais precisos, bem como checar de forma mais efetiva uma informação dada de modo pouco preciso, foi desenvolvido um modelo de testes que garantisse a qualidade da mancha final. Este foi o segundo momento da construção de indicadores que se mencionou anteriormente, iniciando por um exaustivo cruzamento das informações constantes das Folhas de Coleta do Censo Agropecuário, de modo a permitir o estabelecimento de algumas leis que balizassem o processo comparativo. Esses cruzamentos, em forma de Índices, estão no anexo V. A seguir, o modelo de testes adotado.

#### 2.2.5.1. AVALIAÇÃO DO MAPEAMENTO, SEGUNDO SETORES DE PRODUÇÃO

O IBGE publica, anualmente, uma estimativa da produção agrícola municipal (PAM), o que permite calcular o peso específico de cada cultura no valor total gerado pela produção agrícola e aquele, por sua vez, determinar quais, dentre elas, têm expressividade suficiente para merecer constar de manchas específicas de produção ou, caso contrário, caracterizar um certo *modus* produtivo no município.

Com os dados do PAM é possível também calcular a relação (cultura, a cultura ou correlacionando-as) entre o valor gerado e a área colhida. Os

estudos desenvolvidos regularmente pela Fundação CEPA-ES, acerca dos custos de produção para as principais culturas produzidas no Estado, permitem corrigir estes valores de forma a se ter o valor líquido obtido, considerando-se a margem de lucro de cada atividade.

A partir daí, dois tipos de leis podem ser estabelecidas para cada município:

19) Lei de Distribuição, definida pela expectativa, no sentido probabilístico do termo, de ocorrência da concentração da cultura  $i$  ( $P_i$ ).

$$P_i = a_i \frac{\sum_i^n a_i}{\sum_i^n a_i} - b_i$$

Sendo:

$a_i$  = Proporção do valor gerado pela cultura  $i$  no valor total

$\sum_i^n a_i$  = Total do valor gerado

$b_i$  = Coeficiente linear de correção (para dar conta de certas especificidades como pulverização, presença física de atividades econômicas versus valor gerado, etc).

20) Lei, ou melhor, Princípio de Equivalência, que seria definido pela combinação desigual entre o valor líquido gerado por hectare produzido, tendo seu correspondente matemático no coeficiente de ponderação.

Conhecendo estas leis gerais por município e existindo informações exatas por setores censitários, das quais a cultura aparece claramente como variável dependente (no caso de uso do solo) e, sendo possível superpor-se as manchas por setores de produção com as de setores censitários seria plausível proceder-se a uma avaliação dos dados originais. Para dar mais concreção ao processo metodológico adotado, tomou-se o caso do município de Baixo Guandu e do setor censitário 15, da Região-Programa II, de Colatina.

A participação das culturas no valor gerado em 1980 era a seguinte:

- Café	33%
- Arroz	10%
- Feijão	7%
- Mandioca	4%
- Milho	32%
- Tomate	9%
SUBTOTAL	95%
- Outros	5%
TOTAL	100%

Considerando-se o valor obtido por ha em 1980 para cada um destes produtos (em função do nível de produtividade médio de cada um, dos preços nominais vigentes e da margem de lucro de cada um) ter-se-ia, tomando o café como base (peso 100):

- Café	100
- Arroz	83
- Feijão	90
- Mandioca	112
- Milho	23
- Tomate	1.105
- Banana	66
- Pecuária	23

Isto significa que o valor líquido por um ha de café só pode ser igualado ou superado por mais de quatro ha de milho e assim por diante.

Para se calcular a relação referente à pecuária, tomou-se como base informações da EMESPE e do Censo 1975 sobre vendas, abates, percentual de desfrute, comercialização de leite e número médio de bois por ha na Região.

De posse dessas informações é possível checar, setor a setor censitário, os mapeamentos desenvolvidos desde que se considere uma certa lógica em butida no teorema das probabilidades totais. Os símbolos a seguir são os

comumente utilizados em lógica e significam:

"  $\rightarrow$  " para abreviar "se..., então"

"  $\leftrightarrow$  " para abreviar "se... e somente se"

"  $\epsilon$  " para abreviar "e"

"  $>$  " para abreviar "maior que"

"  $<$  " para abreviar "menor que"

Além disso, utilizar-se-ã:

I, que significa relação média de bois por cada grupo de 100ha.

PLP, que significa o percentual ocupado com lavoura permanente.

PLT, que significa o percentual ocupado com lavoura temporária.

BAIXO GUANDU

Setor Censitário nº 15

Mancha de Cultura Original: Pecuária

Mancha de Cultura após primeira avaliação: Café-Pecuária sem dominância.

DISCUSSÃO:

Para que a pecuária fosse dominante, dada a sua potencialidade de gerar valor, seria necessária que:

$I > 100 < 150 \leftrightarrow PLP < 14 \epsilon PLT < 18$  ou

$I > 50 < 100 \leftrightarrow PLP < 9 \rightarrow PLT < 12$

Ora, nenhuma dessas condições é satisfeita. Passa-se ao café, no caso, a única lavoura permanente expressiva no município. Para que ele fosse dominante, seria necessário:

$PLP > 15 \leftrightarrow I < 100 \epsilon PLT \rightarrow 20$  ou

$PLP < 15 \leftrightarrow I < 100 \epsilon PLT \rightarrow 10$  ou

$PLP \geq PLT/1,2 \text{ e } I < 100$

Também aí não são satisfeitas as condições. No caso das lavouras temporárias, convém notar o seguinte: se a área utilizada nesta categoria fosse com tomate, então haveria dominância, simplesmente se:

$$PLT > PLP \text{ e } I < 4.400,$$

Já que 1ha de tomate é igual a 11ha de café e 44 de pecuária. Ou, mais precisamente:

$$PLT > PLP \times 11 \text{ e } I < 4.400$$

Ora, já no primeiro caso estariam satisfeitas as condições. Caso fosse milho, que tem importância equivalente ao café no município, seria necessário que:

$$PLT/4 > PLP \leftrightarrow I < 100 \rightarrow I \neq 0$$

e esta condição também é satisfeita, sendo que, neste caso, como são poucas as diferenças,

$$830 \div 4 > 205 \leftrightarrow I = 77 < 100$$

o milho teria apenas uma dominância discreta, não podendo, neste caso, formar um setor de produção isoladamente, já que, pela própria tradição agrícola, ele é plantado de forma combinada com o café. Como não se sabe qual é a cultura temporária aí existente trabalhar-se-á com um valor médio, sem o tomate, que assumiria um peso 82, em relação ao café. Neste caso, para que estas culturas fossem dominantes, seria necessário que:

$$PLT > PLP \times 1.22 \leftrightarrow I < 66,$$

o que é perfeitamente satisfeito.

Neste caso, levando-se em conta os critérios definidores de complexo da metodologia, que considera de modo não-excludente as condições:

a) Participação da cultura na renda gerada;

b) Presença física significativa;

e como há exclusão do tomate, que seguramente não existia naquele espaço, não se poderia determinar qual, e se haveria uma cultura temporária isoladamente ali presente, optou-se por alterar a mancha de setor de produção para subsistência.

Evidentemente que tudo o que foi anteriormente exposto de forma descritiva não ocorria exatamente desta forma quando das análises individuais por setor. Foi desenvolvido um modelo lógico, em linguagem *BASIC*, que permitia fazer diretamente no computador estes testes. No Anexo IV pode ser encontrado este programa, assim como todos os outros utilizados, nas diversas fases deste estudo.

O terceiro momento de desenvolvimento de indicadores ao qual se referiu anteriormente não será aqui exposto, mas sim no Anexo III, já que se trata de uma experiência recente da equipe do PDRI, ainda não exaustivamente discutida.

### 2.3. CARTOGRAFIA

A base cartográfica na elaboração do Programa da Região, foi feita com a utilização das Cartas do Brasil (levantamento estereofotogramétrico por aerofotografias), escala 1:100.000 e os Mapas Municipais Estatísticos - MME (levantamento topográfico com base na Carta do Brasil), escala 1:50.000, em trabalho elaborado pela Fundação IBGE.

A Carta do Brasil se constitui de levantamento aerofotográfico rico em informações cartográficas, tendo contudo os limites de fronteiras - estaduais e municipais - aproximados. O MME apresenta o município com divisão de distritos e localização dos estabelecimentos agrícolas, observando-se porém diferenciações nos limites de fronteiras e no posicionamento de certos aspectos físicos (em relação à Carta do Brasil), além do problema de escalas diversas.

Na impossibilidade de se excluir um ou outro, posto que de um lado os dados estatísticos calculados têm como limites os setores censitários demarcados sobre a base cartográfica do MME, e, de outro, as informações sobre localização de culturas, estradas, etc., que só podem ser referenciadas de forma precisa na Carta do Brasil, optou-se pela utilização dos dois instrumentos na forma a saber:

- a) Todos os indicadores calculados com base nos dados do Censo Agropecuario de 1980, por setores censitários, foram localizados, segundo sua distribuição espacial intra-municipal nos MMEs e, posteriormente, transferidos para a Carta do Brasil;
- b) Todos os dados cujas fontes de informações fossem ou os escritórios locais da EMATER ou as prefeituras, nos municípios, foram plotados na Carta do Brasil.

Isto para todos os municípios sendo que, a hierarquização se deu pelo grau de importância que os instrumentos assumiriam na análise posterior. Esclarecendo, os setores censitários têm seus limites extremamente bem

demarcados por acidentes geográficos (rios, córregos, cachoeiras, etc.) e infra-estrutura física (estradas, caminhos, pontes, etc.), sendo que, quando transferidos para os MMEs, absorvem, naturalmente, as falhas cartográficas existentes nestes mapas, sem que haja contudo, uma alteração real no espaço de referência; vale dizer, as 100 propriedades existentes no setor X que têm seu limite no Rio Doce, continuam sendo 100 propriedades, mesmo que os contornos do Rio Doce estejam mal demarcados no MME. Quando da agregação dos dados contidos nos mapas municipais para o mapa regional, foram respeitados os limites e pontos de referência da Carta do Brasil, adaptando-se os dados do MME a esta Carta.

Evidentemente, seria impraticável adotar no contexto da Região-Programa, mapas em escalas 1:50.000, dado o volume de papel que isto acumularia, o que implicou em efetuar-se uma redução dos dois tipos de carta utilizados por municípios (MME e Carta do Brasil) para a escala 1:200.000, com a adaptação já descrita.

Acredita-se que procedendo da maneira aqui apresentada, se tenha uma visão bem razoável da situação atual da Região-Programa quanto aos aspectos em questão.



### 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO-PROGRAMA III - NOVA VENÉCIA

---

A Região-Programa III de Nova Venézia, situada na porção noroeste do estado do Espírito Santo, com uma área de aproximadamente 990.600ha, apropriou-se de 21,7% do território estadual.

Constituiu-se de oito municípios: Ecoporanga, Nova Venézia, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Mucurici, Pinheiros, Montanha e Boa Esperança; cada qual se apropria, respectivamente, de 21,1, 19,4, 13,4, 12,6, 11,5, 9,7, 8,8 e 3,5% do território regional.

A Região teve o seu processo de ocupação realizado em décadas recentes. Iniciou-se a colonização do município de Barra de São Francisco no início do século, através de um fluxo migratório originário dos municípios de Colatina e de Mantena (MG), sendo os colonos atraídos pelas terras devolutas de grande fertilidade. Barra de São Francisco foi transformado em município no ano de 1944, sendo o primeiro a chegar a esta categoria política na Região.

Nova Venézia, antes dos anos 50 pertencente ao Município de São Mateus, já na década de 70 do século XIX conheceu as primeiras incursões do homem civilizado. Na década seguinte, recebendo levas de migrantes originários do Ceará e da Itália, o atual município transformou-se em povoado e vila, vindo a se emancipar politicamente em 1954. Neste mesmo ano é criado o município de Mucurici. Em 1956, o de Ecoporanga. Montanha, Pinheiros, São Gabriel da Palha e Boa Esperança se estabelecem somente em 1963, tendo este último sido desmembrado de São Mateus.

As subáreas que conheceram a penetração da civilização no início do século, desenvolveram-se lentamente a partir do cultivo do café, associado a pequenas culturas de subsistência. A ponte construída sobre o Rio Do

ce (1928) abre as portas para a efetiva incorporação de todo o Norte, constituído das últimas áreas de terras a serem anexadas à fronteira agrícola estadual.

A devastação de suas coberturas vegetais nativas para a exploração da madeira-de-lei está intimamente ligada à história recente da Região. Este fenômeno foi geral, cabendo ressaltar apenas a "Febre do Café" em Barra de São Francisco e a sudoeste de Ecoporanga.

Com a exaustão e o parcelamento das terras cultiváveis do sul do Estado (originariamente ocupadas por imigrantes europeus), no pós-guerra levadas migrantes intra-estaduais procuraram no Norte terras férteis, devolutas, dirigindo-se às novas fronteiras agrícolas do Estado. A penetração se deu como nos moldes anteriores, absolutamente descoordenada: o colono provia imediatamente o desmatamento, vendia a madeira e iniciava o cultivo da terra.

Principalmente nos municípios de tradicional desenvolvimento da pecuária de corte (Ecoporanga, Mucurici, Montanha e Pinheiros), parece não ter havido o ciclo *desmatamento — implantação de culturas de alimento — cultivo do café — introdução de pastagens*<sup>1</sup>. Esta última etapa deve ter sido implementada logo após a segunda.

Além do café nos anos 50, o extrativismo vegetal constituiu nesta década a grande opção econômica de todo o Norte (acima do Rio Doce).

Esgotando-se a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro, mais adiante, deixando um rastro de estradas, casas, povoações, oficinas mecânicas, postos de abastecimento, pensões, etc. Estes se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades, quando o surto

---

<sup>1</sup>Por exemplo, Montanha, antes da década de 60, já era grande produtora de leite e carne.

seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, quando a atividade seguinte foi a pecuária"<sup>2</sup>.

Um número sem fim de pequenas indústrias madeireiras foi instalado na região, sendo que as de maior porte localizavam-se em Colatina. Estas pequenas unidades produtivas tinham o importante papel de gerar emprego e renda para as populações dos povoados e vilas.

Assim, movidas pela "Febre da Madeira", as populações locais depredaram no espaço de décadas o que a natureza levou séculos para construir.

Portanto, o ciclo da madeira na região desenvolveu-se do final dos anos 40 aos meados dos 60.

Não havendo tradição na implantação de culturas diversificadas de alimento na região como aconteceu no Sul e a cafeicultura no Estado já conhecendo seu primeiro processo de erradicação (1962/63-65), não restava outra alternativa aos proprietários que o desenvolvimento de pastagens para a pecuária extensiva. As políticas de incentivo à pecuária implementadas pelo Governo federal no início da década de 70 exacerbou ainda mais o movimento que se dava até então.

A destruição das reservas de madeira-de-lei juntamente com a expansão da pecuária de corte (sob uma estrutura fundiária concentrada) determinaram, fundamentalmente, o processo de expulsão das populações locais ao longo das décadas 1960-80.

---

<sup>2</sup>FJSN, *Planejamento Regional* (Região 3, Nova Venécia, vol. I, Estudos Básicos). Vitória, 1980, p. 44.

### 3.1. CONDIÇÕES NATURIAS

#### 3.1.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A Região Programa III - Nova Venécia, localiza-se a noroeste do Estado do Espírito Santo, compreendendo oito municípios (Barra de São Francisco, Boa Esperança, Ecoporanga, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pinheiros e São Gabriel da Palha), com uma superfície total de 9.906Km<sup>2</sup>, representando 21,73% da área de superfície do Estado do Espírito Santo.

Limita-se ao norte e a oeste com o Estado de Minas Gérias, ao sul com a Região Programa II - Colatina, e a leste com a Região Programa IV - Linhares (vide Mapa I).

#### 3.1.2. RELEVO

"Compreende duas paisagens distintas, sobrepondo-se a dois grandes domínios geo-morfológicos" (vide Mapa II).

"O primeiro destes domínios compreende a *Zona Serrana*, representada pelos patamares da encosta meridional da Serra dos Aimorés, cobrindo quase que totalmente a superfície da Região de Nova Venécia. Nesta, a Zona Serrana tem menos massa e é mais baixa que a Zona Serrana ao sul do Rio Doce. A cota dos 400m está bem próximo da divisa com o Estado de Minas Gérias. Os vales dos rios e córregos que descem a serra são mais abertos que os localizados ao sul do Rio Doce, com vertentes mais suaves. Nesses vales destaca-se a ocorrência de baixadões ou várzeas úmidas (em terrenos de aluvião, de origem quaternária).

O outro grande domínio geo-morfológico é compreendido pela *Zona dos Tabuleiros Terciários*, que abrange pequena parte do município de Pinheiros e, topograficamente, não se diferencia muito do sopé das montanhas a Oeste, que são pouco acidentadas e com declividades suaves.

"A altitude da região é crescente de leste para oeste, iniciando-se próxima da cota dos 100m e atingindo, nos pontos mais altos da zona fronteiriça com o Estado de Minas Gerais, altitudes pouco superiores a 800m" (vide Mapa III).

"As áreas montanhosas, em que predominam declividades elevadas (superiores a 30%), concentram-se principalmente nos municípios de Ecoporanga e Barra de São Francisco, correspondendo, respectivamente, a cerca de 61 e 54% de suas áreas".

"Por outro lado, alguns municípios possuem menos de 10% de suas áreas com declives superiores a 30%"(vide Quadro 1).

### 3.1.3. SOLOS

"De acordo com o levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Espírito Santo, os latossolos ocupam a maior parte da área territorial da Região de Nova Venécia (vide Mapa IV)."

"Predominam as associações de latossolos vermelho-amarelos, ocorrendo ainda outros tipos de latossolos, solos podzólicos e, em menor proporção, solos litólicos."

"Na Região abundam os afloramentos rochosos (graníticos) do tipo *paês de açúcar*, concentrando-se principalmente nos municípios de São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Ecoporanga e Barra de São Francisco".

"De um modo geral, os solos dessa Região são de fertilidade média e levemente ácidos. No entanto, já ocorrem solos degradados, principalmente devido ao uso indiscriminado que se fez e ainda se faz do fogo, utilizado como instrumento de correção de práticas mal conduzidas de manejo de pastagens".

## QUADRO 1

MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - ÁREAS COM DECLIVIDADE ABAIXO E ACIMA DE 30%\*

MUNICÍPIO	ÁREA APROXIMADA (ha)	ÁREA COM DECLIVIDADE			
		ABAIXO DE 30%		ACIMA DE 30%	
		ha	%	ha	%
Barra de São Francisco	125.200	57.755	46,13	67.445	53,87
Boa Esperança	34.400	30.933	89,92	3.467	10,08
Ecoporanga	209.300	81.794	39,08	127.506	60,92
Montanha	87.600	80.785	92,22	6.815	7,78
Mucurici	113.800	104.343	91,69	9.457	8,31
Nova Venécia	191.700	138.062	72,02	53.638	27,98
Pinheiros	96.000	91.738	95,56	4.262	4,44
São Gabriel da Palha	132.600	85.156	64,22	47.444	35,78
REGIÃO	990.600	658.947	66,52	331.653	33,48

Fonte: IBGE - 1980.

\*Áreas Estimadas

#### 3.1.4. CLIMA

"O relevo é o principal fator condicionante da variação climática na Região, conforme a climatologia de Nimer (vide Mapa V). Em sua maior parte, o clima é francamente tropical, quente e com seca (Aw da classificação de Koeppen - vide Mapa VI)".

"No extremo oeste, onde as altitudes estão próximas da cota dos 600m, o clima é do tipo mesotérmico, com verão quente e com seca notável (Cwa da classificação de Koeppen - vide Mapa VI)".

"A duração do período seco varia desde cerca de dois meses, a leste (municípios de Montanha, Pinheiros, Boa Esperança e parte leste dos municípios de Mucurici, Nova Venécia e São Gabriel da Palha), até quatro a cinco meses, no extremo oeste de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco e Ecoporanga"(vide Mapa VII).

"A precipitação média anual para a Região está em torno de 1.250mm, concentrando-se nos meses de novembro, dezembro e janeiro, quando chega a chover cerca de 40% da precipitação total".

"A variação dos índices pluviométricos situa-se entre 1.000 a 1.250mm na parte compreendida entre o sul da Região e o centro dos municípios de Nova Venécia e Barra de São Francisco, e entre 1.250 a 1.500mm atingindo o restante da área da Região, com o índice máximo no município de Montanha".

A temperatura média varia desde 21<sup>o</sup>C nos locais de altitude elevada, aumentando na medida em que se caminha para leste, chegando a atingir a média de 24<sup>o</sup>C. (vide Mapa IX).

Ocorrem deficiências hídricas na Região (particularmente no município de Ecoporanga), prejudicando a maioria dos cultivos agrícolas tradicionais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Cf. dados da EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária)

### 3.1.5. HIDROGRAFIA

A Região está quase totalmente compreendida na Bacia do Rio São Mateus. Uma pequena parte, ao norte, compreendida na Bacia do Rio Itaúnas e outra, ao sul, na Bacia do Rio Barra Seca e na do Rio Doce. (vide Mapa X).

"A Bacia do Rio São Mateus é a segunda em extensão no Estado e é formada por dois braços de rio - Braço Norte e Braço Sul - que confluem após receberem inúmeros afluentes de pequeno porte".

"Vários desses afluentes, localizados na zona serrana, possuem potencial energético para pequenas usinas de geração, devido muito mais às diferenças de nível do que ao volume da vazão, como ocorre com o Rio Preto em Barra de São Francisco".

"Os vales formados pelos dois braços do Rio São Mateus e por pequenos rios são abertos, formando baixadões que se prestam às explorações agrícolas e pecuárias".

"Pequenos córregos das cabeceiras do Rio Itaúnas e alguns pequenos afluentes do Rio São Mateus transformam-se, no período da seca, em simples filetes d'água, chegando mesmo a secarem temporariamente em alguns locais mais arenosos".

### 3.1.6. COBERTURA VEGETAL

Originariamente, toda a Região era coberta pela floresta tropical do Leste Brasileiro: a Floresta Atlântica e a Floresta dos Tabuleiros (vide Mapa XI), hoje quase totalmente destruídas. A Região teve o seu desmatamento iniciado a partir de 1945, de maneira indiscriminada, contribuindo com isso para a redução das áreas de Florestas (vide Quadro 2).

"Atualmente, a cobertura vegetal predominante é constituída por pastagens de gramíneas, cobrindo cerca de 70% da área total da região".



QUADRO 2

MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - ÁREAS DE FLORESTAS E CAPOEIRAS\*

MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)	FLORESTAS				CAPOEIRAS	
		NATURAIS		ARTIFICIAIS		ÁREA (ha)	%
		ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%		
Barra de São Francisco	125.200	10.199	8,15	26	0,02	11.839	9,46
Boa Esperança	34.400	2.862	8,32	-	-	1.672	4,86
Ecoporanga	209.300	8.866	4,24	26	0,02	13.669	6,53
Montanha	87.600	2.418	2,76	-	-	2.689	3,07
Mucurici	113.800	2.846	2,50	-	-	1.926	1,69
Nova Venécia	191.700	14.230	7,42	1.576	0,82	11.807	6,16
Pinheiros	96.000	9.083	9,46	42	0,04	4.338	4,52
São Gabriel da Palha	132.600	11.389	8,59	323	0,24	5.311	4,01
REGIÃO	990.600	61.893	6,25	1.993	0,20	53.251	5,38

Fonte: CEPA - 1978.

\*Áreas relativas a 1978 por não existirem dados mais atualizados.

"Nas áreas de solo degradado, devido ao manejo inadequado das pastagens e ao fogo, as gramíneas forrageiras já foram substituídas naturalmente, sendo a presença do sapê uma constante".

"No extremo oeste da Região, com temperaturas mais amenas em função do papel desempenhado pelo relevo, constata-se áreas (oeste de Ecoporanga e de Barra de São Francisco), com deficiências hídricas acentuadas. Em parte, essas deficiências podem ser corrigidas com o uso de técnicas de irrigação".

### 3.1.7. CAPACIDADE DE USO DO SOLO

"Com base no levantamento *Aptidão Agrícola do Espírito Santo*, levado a efeito pela divisão de pesquisas pedológicas do Departamento Nacional de Pesquisas Agropecuárias do Ministério da Agricultura (vide Mapa XII e XIII, respectivamente, para manejo rotineiro e desenvolvimento sem irrigação), verifica-se que poucas áreas da Região podem ser classificadas na classe aptidão Boa<sup>2</sup>.

"A maior parte da sua superfície está englobada na classe de uso Aptidão Restrita, quando se considera explorações do tipo primitivo. Algumas áreas são englobadas na classe Aptidão Regular. As poucas áreas incluídas na classe Aptidão Boa restringiram-se quase que somente ao município de Pinheiros".

"Quando se considera uma agricultura mais desenvolvida tecnologicamente, onde o uso de práticas conservacionistas seja considerado, assim como

---

<sup>2</sup>A estimativa da capacidade de uso dos solos é baseada na interação de vários fatores: - a estabilidade do solo, que está em função de sua declividade e de suas condições físicas, principalmente erodibilidade; - a produtividade do solo, em função de sua fertilidade, da quantidade de água que consegue reter (umidade) e sua acidez ou alcalinidade; - a facilidade de mecanização em função de sua pedregosidade, sulcos de erosão, encharcamento e declividade.

as técnicas de correção e adubação, a classe Aptidão Regular torna-se bastante ampliada, principalmente no centro e nordeste da Região".

"Do ponto de vista estritamente climático, a Região de Nova Venécia é apta para a quase totalidade das culturas agrícolas tropicais, particularmente para aquelas de ciclo anual".

### 3.1.8. PRINCIPAIS PROBLEMAS<sup>3</sup>

Procurar-se-á de forma bastante sintética, apresentar os principais problemas que ocorrem nas condições físicas e naturais da Região, com o objetivo de facilitar sua análise:

- a) Parte da Região (extremo oeste) é de topografia acidentada, dificultando ou mesmo impedindo a mecanização e facilitando bastante os processos de erosão, com conseqüente degradação do solo.
- b) Ocorrência de períodos secos severos (de quatro a cinco meses) no extremo oeste de Ecoporanga e de Barra de São Francisco, ocasionando deficiências hídricas que atuam como restrição para as atividades agrícolas.
- c) Cobertura vegetal primitiva quase totalmente devastada, inclusive em áreas onde o desmatamento era desaconselhável em função da declividade e/ou natureza do solo.
- d) Áreas com solos degradados, devido não só à devastação florestal ocorrida na Região, como também à má utilização agrícola do solo.

---

<sup>3</sup>Este e o subitem subseqüente baseado em Estudos Básicos, Op. Cit. bibl.

### 3.1.9. POTENCIALIDADES NATURAIS

Dentre as potencialidades naturais oferecidas pela Região, destacam-se, pela sua importância, as seguintes:

- a) Boa parte do seu território é plano e/ou pouco acidentado, prestando-se bem para o desenvolvimento de práticas agrícolas mecanizadas.
- b) Diversidade climática capaz de propiciar o desenvolvimento de culturas agrícolas tropicais diversificadas (cana, cereais, pimenta-do-reino, fruticultura, mamona e mandioca).
- c) Possibilidade agroclimáticas para a cultura do café arábica e espécies subtropicais no extremo oeste da Região.
- d) Potencial hidráulico para instalação de pequenas usinas hidrelétricas.
- e) Possibilidades de desenvolvimento de programas de irrigação.
- f) Ótima aptidão ecológica para produção de madeiras nobres.

### 3.1.10. MAPAS DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Com o intuito de melhor embasar o quadro geral da situação existente nas condições físicas e naturais da Região, anexar-se-ã algumas informações em mapas elaborados pela Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola - SUPLAN -, do Ministério da Agricultura - MINAGRI.

- a) Mapa de níveis de possibilidades das terras para mecanização na Região de Nova Venécia (Mapa XIV):
  - Boa parte da Região apresenta terras praticamente sem limitação para o implemento de mecanização agrícola, notadamente nos municípios de Boa Esperança, Montanha, Mucurici, Pinheiros e parte de Nova Venécia.
  - As terras que apresentam pequenas exigências para o uso de máquinas e implementos agrícolas situam-se em parte dos municípios de Nova Venécia, de Ecoporanga, de Mucurici, de Barra de São Francisco e de uma pequena parte do nordeste do município de Pinheiros.

- As terras com maiores limitações quanto ao uso de máquinas e implementos agrícolas, estão compreendidas em grandes áreas dos municípios de São Gabriel da Palha e de Nova Venécia, e em pequena parte do município de Ecoporanga.
  - Pode-se afirmar que a grande dificuldade para a implantação da mecanização agrícola situa-se na maior parte da área do município de Barra de São Francisco, em algumas áreas de Ecoporanga, e ainda no centro e extremo oeste do município de São Gabriel da Palha.
- b) Mapa de níveis de exigência das terras para a aplicação de fertilizantes e corretivos agrícolas na Região de Nova Venécia (Mapa XV):
- A área territorial da região apresenta-se quase que totalmente necessitada quanto à implementação de fertilizantes e corretivos agrícolas.
  - As terras com alta exigência em relação ao uso de fertilizantes compreendem pequenas áreas dos municípios de Nova Venécia e Ecoporanga, e ainda dos municípios banhados pelas águas do Rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus.
  - As terras que apresentam um razoável estado nutricional, exigindo por isso o mínimo possível de fertilizantes, estão compreendidas em pequenas áreas dos municípios de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Pinheiros e do extremo noroeste do município de Nova Venécia.
- c) Mapa de níveis de exigência das terras para aplicação de práticas conservacionistas na Região de Nova Venécia (Mapa XVI):
- O sudeste e o extremo norte do município de Nova Venécia, a totalidade das áreas dos municípios de Boa Esperança e de Montanha, a quase totalidade da área do município de Pinheiros - com exceção de uma pequena área ao norte - e grande parte da área do município de Mucurici, são compreendidas como terras viáveis para o cultivo, onde praticamente inexistente a erosão, sendo de fácil manuseio e necessitando por isso de medidas simples para sua conservação.

- As terras que apresentam pouca limitação quanto à erosão, necessitam de medidas intensivas para a sua conservação, estão compreendidas em uma pequena parte ao norte do município de Pinheiros, em partes dos municípios de Mucurici, Nova Venécia e Ecoporanga.
- As terras com limitação muito forte quanto à erosão, necessitando de medidas muito complexas para a sua conservação, estão localizadas na maior parte dos municípios de São Gabriel da Palha e de Nova Venécia, em grandes áreas dos municípios de Barra de São Francisco e em parte do município de Ecoporanga.
- Além das áreas que necessitam de práticas conservacionistas citadas anteriormente, a Região de Nova Venécia apresenta áreas de pouca viabilidade quanto ao emprego de técnicas conservacionistas, devido à presença muito forte do processo de erosão. Essas áreas estão localizadas no centro e extremo oeste de São Gabriel da Palha, no centro, extremo sudoeste e extremo norte do município de Barra de São Francisco, e em grande parte da área do município de Ecoporanga.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola. *Aptidão agrícola das terras do Espírito Santo*. Brasília, 1979.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Embrapa, 1978.

ESPÍRITO SANTO. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. *Dimensionamento da área mecanizável na agricultura Espírito-Santense*. Vitória, Cepa, 1978.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Plano regional de Nova Venécia* (versão preliminar) Vitória, 1979. v.1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinótese preliminar do Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

NIMER, Edmon. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979.

### 3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A análise do comportamento da estrutura fundiária se firmará, no decorrer deste trabalho, em quatro estratos de área que se julgou serem aqueles onde se verifica a maior homogeneidade no que se refere à dinâmica da produção e à realização da mesma, quando da comercialização. Desta forma, os mesmos estratos foram delimitados em: 0-50ha; 50-100ha; 100-500ha e + 500ha. Os estratos serão denominados pequenos, médios, grandes e muito grandes estabelecimentos, respectivamente.

Vale ressaltar que os estabelecimentos menores que 10ha não foram aqui contemplados, visto que são irrelevantes numericamente e que do ponto de vista qualitativo não são expressivos no quadro geral que se visualiza da renda gerada pelo setor agrícola na Região, mas sim, assumem importante papel na reprodução da força de trabalho que, comumente, se assalaria nos maiores estabelecimentos.

A discussão da evolução ocorrida na estrutura fundiária nos últimos anos só pode ser feita com segurança para o período que vai de 1970 a 1980, isto porque em 1960 os limites político-administrativos municipais eram muito distintos dos que se visualiza hoje; diante disto, não há fonte que forneça os dados de número de propriedades e da área por elas ocupada, por estrato, que permita concluir tal análise. Exemplificando, tem-se que dos oito municípios que compõem atualmente a Região-Programa III - Nova Venécia, apenas dois existiam em 1960 (Mucurici e Nova Venécia); os demais, ou não existiam, ou eram distritos de outros municípios, como é o caso de Montanha (distrito de Mucurici), Boa Esperança (distrito de São Mateus), São Gabriel da Palha (distrito de Colatina) e Pinheiros (distrito de Conceição da Barra).

De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), conforme dados contidos no Quadro 3.2.1, em 1980 a Região como um todo apresenta 68,5% de suas propriedades no estrato 0-50ha,



sendo que as mesmas ocupam apenas 16,3% da área total da Região. Em contrapartida, as propriedades agrupadas no estrato 100-500ha e + 500ha correspondem a 13,9 e 2,5% do número total de propriedades e ocupam 33,7 e 37,2% da área respectivamente, o que já denota o alto grau de concentração da terra em favor dos maiores estratos, ou seja, dos maiores produtores.

A nível municipal, para 1980, encontra-se o mesmo quadro, ou seja, a quase totalidade dos municípios apresentam com maior frequência estabelecimentos menores que 50ha, com exceção feita a Mucurici, que apresenta a dominância de estabelecimentos de 100 a 500ha e a subdominância de 0-50ha, com 36,0 e 32,2% dos estabelecimentos, respectivamente, já apontando que Mucurici possa ser um dos municípios com maior concentração fundiária da Região. Do ponto de vista da área ocupada por estes estratos, tem-se que ora predomina o estrato 100-500ha, ora os maiores que 500ha, sendo que na maioria dos casos a dominância de um aponta o outro como subdominante e vice-versa, ocorrendo raras exceções, podendo-se apontar: Barra de São Francisco com a dominância de 100-500ha e subdominância de 0-50ha, com 33,8 e 32,7% da área municipal, respectivamente e São Gabriel da Palha com dominância dos estabelecimentos menores que 50ha e subdominância dos de 100 a 500ha, com 37,9 e 31,5% da área municipal, respectivamente. O quadro anterior aponta que Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha são atualmente os dois municípios onde se localiza a maior concentração de pequenas propriedades com destaque na área que ocupam, sendo os que possivelmente mostrem a estrutura fundiária mais pulverizada da Região.

A análise feita até o momento é plenamente viável quando confrontada com o Quadro 3.2.2, Índice de Gini<sup>1</sup>, que mostra São Gabriel da Palha e Barra

---

<sup>1</sup>Índice de Gini: utilizado, no caso, para se medir o grau de distribuição da terra, nos estratos estabelecidos, para um dado número de estabelecimentos. Conceitua-se Índice de Gini igual a zero, como sendo o de distribuição em igualdade absoluta e quando igual a um, verifica-se a ocorrência de máxima desigualdade.

de São Francisco com os menores Índices, caracterizando novamente a pulverização da estrutura fundiária. Os maiores Índices são dados para Ecoporanga, Montanha, Mucurici e Pinheiros, em ordem decrescente, sendo que apenas Ecoporanga e Montanha estão acima do Índice médio para a Região. À primeira vista pode parecer estranho que Mucurici e Pinheiros estejam abaixo da média regional, mas há que se considerar que este indicador que ora se utiliza, não pode ser analisado em separado dos dados estudados anteriormente e contidos no Quadro 3.2.1, já que ele mede o grau de desigualdade no interior de um determinado município, sem relacionar o grau de desigualdade entre os diferentes municípios. Isto leva a que municípios altamente concentrados tenham Índice de Gini baixo quando é baixo também o número de propriedades neles existente e, portanto, o número de grandes propriedades assumem relativa importância no número total; neste sentido, a igualdade medida fica na esfera quase total dos maiores estabelecimentos.

Para a Região-Programa III - Nova Venécia, a evolução da estrutura fundiária, observada no período 70-80, demonstra que houve uma diminuição do número total de propriedades e aumento da área por elas ocupada. Nota-se também no Quadro 3.2.1, que o estrato + 500ha apresenta um incremento no número de propriedades e na área que elas ocupam. Em outras palavras, significa dizer que todos os estratos perdem área e unidades produtivas para as grandes propriedades (+ 500ha), denotando ter ocorrido no período uma concentração fundiária em favor dos maiores estabelecimentos. Os municípios que adquirem maior número de propriedades e área no estrato de + 500ha são: Ecoporanga com 36 e 41%, respectivamente; Montanha com 22 e 14%; Mucurici com 15 e 21% e Pinheiros com 15 e 13%, totalizando 88 e 76% do total do número de propriedades e da área, simultaneamente.

Vale destacar algumas particularidades municipais, caso de Montanha, que é o único município que apresenta aumento no número de propriedades e na área que ocupam em todos os estratos. Este fato pode ser atribuído à agregação de novas terras (parte do distrito de Vinhático) ao município, sendo assim no Censo de 1980: as propriedades e área ocupada foram

contabilizadas em favor de Montanha; em 1970 era dado como área de Conceição da Barra.

Quando se analisa o Quadro 3.2.2, verifica-se que no período 70-80 os municípios que tiveram a maior concentração foram Ecoporanga, Pinheiros e Mucurici, em ordem decrescente. Com certeza pode-se relacionar este acontecimento com a pecuarização sofrida na Região, que praticamente teve sua expressão mais acentuada nestes municípios. Por outro lado, é importante ressaltar que os municípios em que se observa menor concentração no período foram Montanha e Boa Esperança, que também se encontram inseridos, ou sob grande influência, da região de pecuária supra citada. Neste sentido, vale lembrar que tiveram importância fundamental para tal comportamento o fato de: Montanha ter agregado novas terras, sendo área de expressão da cafeicultura, e Boa Esperança ter sido, nesta década, uma administração municipal preocupada com a fixação do homem rural ao campo, sobretudo nas propriedades menores que 100 alqueires<sup>2</sup>.

Conforme se conclui a partir dos Quadros 3.2.1 e 3.2.2, o Índice de Gini, de forma geral, exceto destaques dados a Boa Esperança e a Montanha, confirma a evolução sofrida no período 70-80 pela estrutura fundiária, obedecendo menor oscilação do Índice de Gini e menores Índices para aqueles municípios onde se destaca a presença de uma estrutura fundiária pulverizada. Por outro lado, as maiores oscilações e os maiores Índices de Gini são observados naqueles municípios que apresentam a estrutura fundiária mais concentrada da Região.

Da mesma forma como se considera importante discutir a divisão da terra entre os diferentes produtores e a parcela ocupada por eles, faz-se necessário destacar que o importante também é saber a forma como aqueles se apropriam da terra. Neste sentido, cabe transcre

---

<sup>2</sup>Cf. COVRE, Amaro. *A Comunidade no poder* (Experiências do Município de Boa Esperança-ES, 1977-80). 32 pp.

ver as conceituações estabelecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE - para, *a posteriori*, se poder abrir a discussão devida sobre a forma de ocupação da terra.

"Conceituação:

PRODUTOR:

Considerou-se Produtor a pessoa física ou jurídica, que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, que fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedades de terceiros.

Os produtores foram classificados nas seguintes condições:

- Proprietários: quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de propriedade do Produtor (inclusive por usufruto, enfiteuse, comodato, herdeiro, etc);
- Arrendatário: sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos;
- Parceiro: se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito;
- Ocupante: nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso;
- Outra condição: quando a exploração se processasse sob qualquer outra forma não referida anteriormente.

PROPRIEDADE DAS TERRAS:

Os estabelecimentos agropecuários foram discriminados segundo a propriedade das terras que os constituíam, nas seguintes categorias: Individual, Condomínio ou Sociedade de Pessoas; Sociedade Anônima ou por cotas de responsabilidade limitada; Cooperativa; Entidade Pública; Instituição pia ou religiosa ou outra forma que não se enquadre nestas descritas".

Para se discutir a *condição do produtor* e a *condição do proprietário*, utilizar-se-ã os Quadros 3.2.3 e 3.2.4, que trabalham estes dados em termos relativos sendo, portanto, mais fácil a discussão inter-relacionando as *condições*.

Conforme os Quadros 3.2.3 e 3.2.4, constata-se que a quase totalidade dos *produtores* e *proprietários* se encontram no estrato 0-50ha (67,18%), sendo que cerca de 90% deste montante são *proprietários individuais*. Nos demais estratos, embora seja menor o peso relativo no número total de *produtores* e de *proprietários*, volta-se a ver que cerca de 90% são *proprietários individuais*. De maneira menos expressiva tem-se que o *ocupante* é o tipo de *produtor* que merece destaque a seguir, contribuindo com 4,81% do número de *produtores* do estrato de 0-50ha e com maior expressão nos outros estratos que as outras *condições de produtores*, da mesma forma inexpressiva. No que se refere à *condição do proprietário* além do *individual*, que assume maior expressão, tem-se o *condomínio* como *condição do proprietário* que assume a segunda posição em termos relativos, mas, por outro lado, com expressão ínfima, 2,19% no estrato de 0-50ha e menos que 1% nos demais estratos.

QUADRO 3.2.2  
 ÍNDICE DE GINI

MUNICÍPIOS	1970	1975	1980
Barra de São Francisco	0,4434	0,4763	0,4986
Boa Esperança	0,5635	0,5421	0,6074
Ecoporanga	0,5967	0,6558	0,7178
Montanha	0,6255	0,6369	0,6578
Mucurici	0,5591	0,5705	0,6369
Nova Venécia	0,4954	0,5360	0,5523
Pinheiros	0,5323	0,5581	0,6360
São Gabriel da Palha	0,4127	0,4721	0,4701
REGIÃO PROGRAMA III	0,5549	0,6068	0,6509

Fonte: Calculados pelo IJSN, 1983.

## QUADRO 3.2.3

## CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR ESTRATO DE ÁREA (EM TERMOS RELATIVOS)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTRATO DE ÁREA				
	0-50	50-100	100-500	+ 500	TOTAL
P. Individual	59,97	14,83	14,52	2,77	92,09
Arrendatário	1,03	0,10	0,11	0,01	1,25
Parc. Autônomo	1,37	0,08	0,05	-	1,50
Ocupante	4,81	0,21	0,12	0,02	5,16
TOTAL	67,18	15,22	14,80	2,80	100

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE e cálculos próprios do IJSN.

## QUADRO 3.2.4

## CONDIÇÃO DO PROPRIETÁRIO POR ESTRATO DE ÁREA (EM TERMOS RELATIVOS)

PROPRIETÁRIO	ESTRATO DE ÁREA				
	0-50	50-100	100-500	+ 500	TOTAL
Individual	64,91	14,53	14,08	2,58	96,10
Condomínio	2,19	0,69	0,69	0,16	3,73
S/A	-	-	0,02	0,05	0,07
Governo	0,01	-	-	-	0,01
Cooperativa	0,03	-	-	-	0,03
Pia Religiosa	0,04	-	0,01	0,01	0,06
<b>TOTAL</b>	<b>67,18</b>	<b>15,22</b>	<b>14,80</b>	<b>2,80</b>	<b>100</b>

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE e cálculos próprios do IJSN.



### 3.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

O item Principais Atividades Agropecuárias objetiva analisar a área plantada e o valor da produção de lavouras permanentes, temporárias e efetivo bovino nos anos de 1970, 1975 e 1980, considerando a contribuição dos municípios que se destacam e a importância que as atividades agropecuárias desempenham, relacionando-as entre si, com as condições naturais e com a estrutura fundiária da Região-Programa III.

No Quadro 3.3.1 visualiza-se resumidamente a evolução das Atividades Agropecuárias na década 1970/1980 em relação ao valor gerado e área ocupada da Região-Programa III.

#### QUADRO 3.3.1

VALOR GERADO E ÁREA TOTAL DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO PROGRAMA III - 1970-1980.

CULTURAS	ANO	VALOR	%	ÁREA (ha)	%
Cafê	1980	2.045.912	59,28	65.476	40,02
	1970	842.906	43,27	38.086	6,23
Pecuária	1980	-	-	-	-
	1970	695.720	35,71	537.326	87,87
Feijão	1980	468.132	13,56	24.892	15,21
	1970	57.890	2,97	11.088	1,81
Arroz	1980	310.973	9,01	15.159	9,26
	1970	109.327	5,61	15.005	2,45
Milho	1980	301.946	8,75	39.645	24,23
	1970	128.124	6,58	-	-
Mandioca	1980	258.987	7,50	11.955	7,31
	1970	82.616	4,24	5.421	0,89
Outros	1980	65.491	1,90	6.499	3,97
	1970	31.379	1,62	4.590	0,75
TOTAL	1980	3.451.441	100	163.626	100
	1970	1.947.692	100	611.516	100

Fonte: PAM - Produção Agrícola Municipal 1980 e Censo Agropecuário 1970 (FIBGE).

A Região de Nova Venécia apresenta um quadro de uso do solo onde a atividade pecuarista está privilegiada em relação às lavouras permanentes e lavouras temporárias, como pode ser visualizado no Quadro 3.3.1. É importante notar que a área de pastagens no período de 70/75 equivale, em média, a cinco vezes a área das lavouras permanentes e temporárias juntas, sendo os municípios de Ecoporanga, Mucurici e Nova Venécia responsáveis por 62,49% da área em pastagens. Entretanto, há maior concentração das áreas de pastagens nos municípios de Montanha, Mucurici e Pinheiros, em ordem decrescente.

As lavouras permanentes no período de 1970/1975 tiveram um crescimento de 13,17%, sendo que os municípios de Ecoporanga e Mucurici diminuíram sua área plantada e os municípios de Barra de São Francisco, Nova Venécia e São Gabriel da Palha foram responsáveis por mais de 50% da área plantada.

Entretanto, neste mesmo período (70/75), a área em lavouras temporárias de cresce em 10,19%, sendo que apenas os municípios de Nova Venécia e Pinheiros não tiveram suas áreas diminuídas, conforme mostra o Quadro 3.3.1.

Analisando ainda o Quadro 3.3.1, no período de 75/80 a área com lavouras permanentes cresceu 40,69%, enquanto a área com lavouras temporárias de cresceu em 8,82%, tendo o número de efetivos bovinos também decrescido em 9,63%, sendo que não há queda no número de bovinos apenas nos municípios de Boa Esperança e Montanha, o que remete à falta de crédito para pecuária neste período.

De acordo com o Quadro 3.3.2, as lavouras permanentes representadas com maior significância pelo café, estão com maior expressão nos municípios de São Gabriel da Palha com 34,81, Barra de São Francisco com 27,54 e Nova Venécia com 26,66, totalizando 89,01% da área de café da Região Programa III.

Com relação às lavouras temporárias, destacam-se em ordem decrescente: milho, feijão, arroz e mandioca, sendo Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha os responsáveis por 64,01% da área plantada com milho, Barra de São Francisco e Nova Venécia responsáveis por 64,76% da área plantada com feijão.

Ainda de acordo com o Quadro 3.3.2, pode-se atribuir a Barra de São Francisco a responsabilidade de 39,58% da área cultivada em arroz. No cultivo da mandioca, tem-se Nova Venécia com 24,78% da área plantada, Mucurici com 19,26 e Pinheiros com 14,39, perfazendo um total de 58,43% da área da Região. Entretanto, os municípios de maior concentração de mandiocultura são Mucurici com 63,05 e Montanha com 38,20% de suas áreas municipais.

A fonte dos dados analisados e contidos no Quadro 3.3.2 mostra limitações para se chegar às conclusões acima mencionadas e tê-las como definitivas, melhor retratando a realidade da Região-Programa III, já que esta fonte (PAM - Produção Agrícola Municipal) é produto de compilação de dados obtidos dentro de uma amostra pouca representativa da realidade.

Ao se analisar o Quadro 3.3.3, observa-se que a área de pastagens em 1970 ocupava 87,87% da área regional, sendo que em 1975 representava 86,88%, donde se conclui que a entrada de novas culturas na Região contribuiu para que a evolução em área de pastagens neste período, em termos relativos, sofresse um decréscimo de 16,23%. Entretanto, o que se observa é o aumento em área da pecuária em termos absolutos nesse período.

Conforme o Quadro 3.3.3, no período 1970/1975, a pecuária se apresenta em todos os municípios da Região, representando mais de 50% de suas respectivas áreas municipais. Em 1970 o município onde se denota a menor concentração da pecuária é Barra de São Francisco, com 68,47% da área municipal e em 1975 o município de São Gabriel da Palha com 63,83%.

Os municípios de maior concentração pecuarista no período 70/75 eram Montanha, Mucurici e Pinheiros, por ordem decrescente, representando em média 97% da área municipal.

Ainda analisando o Quadro 3.3.3, vê-se que das culturas agrícolas, no que concerne ao restante da área regional, o café é o primeiro colocado, representando 6,23 em 1970 e 5,32% em 1975, tendo um crescimento neste período de 2,95% em área plantada. Constatam-se também que a evolução das culturas no período 70/75, com exceção do café e do milho, cresce em área plantada. São elas: arroz em 9,47, feijão em 5,80 e a mandioca com uma queda em área plantada de 53,88%.

No período 70/75, o município de Barra de São Francisco era o maior produtor de arroz, representando 37,94% da área plantada da Região.

Vê-se que, das culturas agrícolas, as que ocupavam maior área plantada da Região em 1970 por ordem decrescente, eram: o café, o arroz e o feijão, sendo que em 1975 as culturas por essa ordem eram: café, milho e arroz. Observa-se ainda neste quadro que os municípios que apresentavam maior concentração de café por importância, eram: São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Barra de São Francisco e Nova Venécia.

O Quadro 3.3.4 possibilita relacionar a área ocupada pelas várias culturas e o valor por elas gerado. A sua análise encontra-se debilitada por não se dispor de dados numéricos relativos ao valor da produção animal (pecuária de corte e leiteira), procedendo-se assim apenas à análise relativa aos cultivos agrícolas. Porém, conforme informações de campo (EMATER), pode-se afirmar que a pecuária é uma das maiores responsáveis pela renda gerada na Região-Programa III.

Em 1980, o café, o feijão e o arroz aparecem com significância em termos de valor gerado. O café apresenta o maior valor econômico nos municípios da Região, com exceção de Mucurici, onde a mandioca é responsável pela maior renda gerada; em Pinheiros, a mandioca seguida pelo feijão são os principais geradores de valor.

Em 1980 o feijão contribuindo com 13,56% da renda gerada na Região, destacava-se em 2º lugar, com exceção de Montanha, Mucurici e Pinheiros, onde a mandioca ocupava essa posição, vindo em seguida o feijão; em São Gabriel da Palha era o 2º maior gerador de renda.

O arroz, depois do café e do feijão, destacava-se enquanto maior gerador de renda em Barra de São Francisco, Ecoporanga e Nova Venécia em ordem decrescente.

Através do Quadro 3.3.4 constata-se que no total geral, os municípios que têm maior participação em valor gerado na Região, por ordem decrescente, são: Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia.

Quando se analisa o processo evolutivo da renda gerada pelos produtos mencionados até o momento no período 70/75, o Quadro 3.3.5 muito contribui para visualizá-lo: o café no período decresce em 32,06 enquanto a pecuária cresce em 67,38, o milho evolui em valor gerado em 11,55, o arroz em 42,13, o feijão em 55,21, a mandioca em 11,89 e outros produtos decrescem em 10,60%.

O que se nota ainda neste quadro é que alguns cultivos, embora tenham crescido em valor absoluto, diminuíram sua participação na renda gerada; é o caso do milho, que em 1970 contribuía com 6,58% da renda gerada e em 1975 com 4,27, o mesmo ocorrendo com o arroz e a mandioca. Constata-se ainda que a pecuária e o café são os principais responsáveis pela geração de valor nesta região.

Nota-se que em 1970 o café representava 43,27% da renda gerada na Região, enquanto a pecuária contribuía com 35,71. Em 1975 a pecuária apresentava-se em 1º lugar com 62,81%, enquanto o café decresceu sua participação para 16,87.

O que se observa é a pecuária expandindo e o café recuando em termos de participação na geração de renda da Região, o que leva a se concluir que a evolução de 42,63% de 70/75 no valor gerado, tem a pecuária como a principal responsável.

A seguir enfocar-se-ã os casos excepcionais que aparecem nos municípios, o que possibilitará a percepção da sua contribuição na evolução ou involução do valor gerado no período 70/75 na Região-Programa III.

Barra de São Francisco, Ecoporanga, Nova Venécia e São Gabriel da Palha têm sua contribuição decrescida no cultivo do café, enquanto a pecuária teve sua participação aumentada em todos os municípios da Região.

O milho encontra sua maior expressão em Barra de São Francisco, Nova Venécia e São Gabriel da Palha, enquanto a rizicultura tem em Barra de São Francisco, Nova Venécia e Ecoporanga, os principais responsáveis. A mandiocultura na Região teve sua participação diminuída de 4,24 para 2,76%, porém Barra de São Francisco, Boa Esperança, Nova Venécia e Píneiros tiveram acrescidos seus valores absolutos neste cultivo; no restante dos municípios aconteceu o inverso. O feijão teve sua participação aumentada de 2,97 para 5,6%, tendo como principal responsável Barra de São Francisco.

Analisando o tipo de propriedade e a cultura nela explorada no Quadro 3.3.6, pode-se dizer que são as propriedades de até 50ha as principais responsáveis pelo cultivo das lavouras, participando em lavoura permanente com 50,06 e em lavoura temporária com 41,45% da área regional, sendo a pecuária inexpressiva neste estrato, aparecendo apenas como atividade de subsistência.

Também as propriedades situadas no estrato de 50-100 e 100-500ha se destacam em lavoura permanente com 44,56% da área regional. As de 100-500ha têm expressão no cultivo de lavoura temporária e se destacam em 2º lugar no desenvolvimento da pecuária, sendo responsáveis por 38,26%

do efetivo bovino da Região, enquanto o estrato + de 500ha tem expressão apenas na pecuária, participando com 39,36%.

Concluindo, pode-se afirmar, conforme o Quadro 3.3.6, que as propriedades de até 100ha são responsáveis por 71,47 e 60,81% de lavoura permanente (principalmente café) e de lavoura temporária, respectivamente. Já as maiores de 100ha são responsáveis por 77,62% do efetivo bovino da Região-Programa III.

Relacionando as atividades agropecuárias com as condições naturais, observa-se que a Região como um todo tem um relevo bastante plano. Entretanto, vê-se que a pecuária, no geral, se encontra em áreas mais planas e o café conilon em altitudes de até 400 metros. O cultivo da mandioca situa-se em altitudes de até 100 metros. Com relação ao clima da Região, o que se percebe é o café em áreas de precipitação pluviométrica média anual entre 1000 e 1250mm, enquanto as áreas de pecuária se encontram acima de 1250mm, chegando até 1500mm por ano.

QUADRO 3.3.2

ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR MUNICÍPIO (ha) EM 1980

CULTURAS	ÁREA PLANTADA								TOTAL
	BARRA DE SÃO FRANCISCO	BOA ES PERANÇA	ECOPORANGA	MONTANHA	MUCURICI	NOVA VENÉCIA	PINHEIROS	SÃO GABRIEL DA PALHA	
Café	18.032	970	4.943	792	204	17.459	284	22.792	65.476
Milho	15.000	650	3.500	270	600	8.325	980	10.320	39.645
Feijão	10.500	1.220	1.920	520	437	5.620	1.415	3.260	24.892
Arroz	6.000	08	1.400	25	42	3.723	11	3.950	15.159
Mandioca	1.207	1.064	480	1.050	2.302	2.962	1.720	1.170	11.955
Outros	2.701	57	838	92	66	1.226	218	1.301	6.499
TOTAL	53.440	3.969	13.081	2.749	3.651	39.315	4.628	42.793	163.626

Fonte: Produção Agrícola Municipal - PAM/80 - FIBGE.



QUADRO 3.3.3.

ÁREA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NOS ANOS DE 1970, 1975 (ha)

CULTURAS	ANOS	BARRA DE S. FRANC.	BOA ES PERANÇA	ECOPO RANGÃ	MONTANHA	MUCURICI	NOVA VENÉCIA	PINHEI ROS	S. GAB. DA PALHA	TOTAL	%
Pastagens	1970	48.503	27.231	128.137	49.900	107.489	99.389	42.486	34.191	537.326	87,87
	1975	67.189	26.214	182.696	51.574	103.725	115.251	57.668	37.143	641.460	86,88
Cafê	1970	12.262	1.566	4.696	15	44	9.845	207	9.451	38.086	6,23
	1975	13.129	1.691	5.266	-	28	6.870	364	11.897	39.245	5,32
Milho	1970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1975	10.752	820	5.182	94	580	6.950	584	4.847	29.809	4,04
Arroz	1970	5.693	420	2.771	01	33	3.647	37	2.403	15.005	2,45
	1975	5.513	171	2.716	-	07	2.671	09	2.497	13.584	1,84
Feijão	1970	2.977	372	2.153	96	1.146	2.794	366	1.184	11.088	1,81
	1975	2.887	463	2.427	111	789	1.701	627	1.440	10.445	1,41
Mandioca	1970	71	377	513	422	1.081	900	1.800	257	5.421	0,89
	1975	123	171	251	248	274	588	793	52	2.500	0,34
Cana	1970	493	18	587	02	05	525	13	286	1.929	0,32
	1975	76	-	32	12	-	144	24	94	382	0,05
Outros	1970	844	33	329	42	27	688	18	680	2.661	0,43
	1975	246	3	111	97	10	210	28	221	926	0,12
TOTAL	1970	70.843	30.017	139.186	50.478	109.825	117.788	44.927	48.452	611.516	100,00
	1975	99.915	29.533	198.681	52.136	105.413	134.385	60.097	58.191	738.351	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de 1970/1975 - FIBGE.

QUADRO 3.3.4

VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS EM 1980

(Cr\$ 1.000 - Preço Corrente 1980)

CULTURA	BARRA DE SÃO FRANCISCO	BOA ES PERANÇA	ECOPO RANGÃ	MONTANHA	MUCURICI	NOVA VENÉCIA	PINHEIROS	S.GABRIEL DA PALHA	TOTAL	%
Cafê	875.249	40.560	166.005	25.158	5.082	350.574	11.160	572.124	2.045.912	59,28
Feijão	142.284	32.417	35.666	10.596	10.064	131.561	37.468	68.076	468.132	13,56
Arroz	134.281	96	33.600	360	580	68.290	153	73.613	310.973	9,01
Milho	115.020	7.628	19.600	1.345	3.300	50.400	14.700	89.953	301.946	8,75
Mandioca	20.042	37.623	5.760	24.052	34.424	49.900	64.551	22.635	258.987	7,50
Outros	27.356	327	3.227	896	281	15.908	2.352	15.144	65.491	1,90
<b>TOTAL</b>	<b>1.314.232</b>	<b>118.651</b>	<b>263.858</b>	<b>62.407</b>	<b>53.731</b>	<b>666.633</b>	<b>130.384</b>	<b>841.545</b>	<b>3.451.441</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal - PAM/80 - FIGBE.

QUADRO 3.3.6

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PELOS ESTRATOS DE ÁREA DA REGIÃO III EM 1980

ESTRATO DE ÁREA	LAVOURA PERMANENTE		LAVOURA TEMPORÁRIA		EFETIVO BOVINO	
	ÁREA EM HA	%	ÁREA EM HA	%	ÁREA EM HA	%
0 - 50	49.428,29	50,06	23.332,13	41,45	63.371	10,63
50 - 100	21.139,44	21,41	10.899,65	19,36	70.006	11,75
100 - 500	22.853,98	23,15	16.287,11	28,93	228.021	38,26
+ 500	5.319,60	5,38	5.775,81	10,26	234.627	39,36
TOTAL	98.741,31	100,00	56.294,70	100,00	596.025	100,00

Fonte: Sinopse do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE.

QUADRO 3.3.7.  
EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

DISCRIMINAÇÃO	ANO	LP (ÁREA EM ha)	LT (ÁREA EM ha)	PASTAGENS (EM 1ha)	EFETIVO BOVINO	2/1
Barra de São Francisco	1970	15.313	25.454	48.503	35.066	0,72
	1975	17.069	19.827	67.189	73.792	1,09
	1980	28.034	14.160	-	21.397	-
Boa Esperança	1970	2.028	3.289	27.231	21.718	0,79
	1975	2.773	2.203	26.214	33.106	1,26
	1980	5.140	1.692	-	55.650	-
Ecoporanga	1970	6.928	16.684	128.137	104.470	0,81
	1975	6.009	10.705	182.696	194.705	1,07
	1980	8.307	9.850	-	185.448	-
Montanha	1970	84	831	49.900	41.712	0,84
	1975	140	740	51.574	58.044	1,12
	1980	2.591	3.407	-	80.694	-
Mucurici	1970	247	4.120	107.489	91.151	0,85
	1975	224	2.168	103.725	97.494	0,94
	1980	899	3.916	-	91.141	-
Nova Venécia	1970	11.780	2.289	99.389	85.069	0,86
	1975	13.173	11.329	115.251	122.560	1,06
	1980	22.456	9.460	-	95.132	-
Pinheiros	1970	384	3.173	42.486	30.575	0,72
	1975	673	3.768	57.668	62.609	1,08
	1980	1.983	6.885	-	58.230	-
São Gabriel da Palha	1970	12.950	11.649	34.191	30.750	0,90
	1975	17.208	9.875	37.143	45.290	1,22
	1980	27.153	5.926	-	33.670	-
TOTAL	1970	49.724	67.489	537.326	440.511	0,82
	1975	57.269	60.615	641.460	687.600	1,07
	1980	96.563	55.296	-	621.362	-

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975 - FIBGE.

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE

### 3.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS

As inovações técnicas, que acompanham o progresso tecnológico na agricultura do ponto de vista do processo capitalista de produção, seguindo uma tripla classificação, podem ser assim conceituadas<sup>1</sup>:

- "a) INOVAÇÕES MECÂNICAS, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) INOVAÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) INOVAÇÕES BIOLÓGICAS, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

Para um melhor entendimento, estes conceitos podem ser assim exemplificados:

- INOVAÇÃO MECÂNICA: incide normalmente na fase inicial e final (plantio e colheita) da produção, não alterando o período de produção, reduzindo o tempo de trabalho aplicado nessas épocas.
- INOVAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA: aumenta a produtividade natural do solo, constituindo-se em práticas que melhoram ou preservam as condições naturais do solo, tanto de desgaste produtivo, quanto da ação das intempéries.

Entende-se por inovação físico-química a combinação de espaçamentos, plantio em nível, irrigação, drenagem, rotação de culturas. Entende-se por inovação química a utilização de adubos e defensivos químicos (inseticidas, pesticidas e herbicidas).

---

<sup>1</sup>Conceitos definidos por: SILVA, J. Graziano da. *in Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, Hucitec, 1980, p. 32.

- INOVAÇÃO BIOLÓGICA: é a interferência que o homem faz sobre as determinações das forças da natureza, visando alterá-las ou transformá-las de modo a romper as barreiras que se antepõem ao capital, em outras palavras, colocar a natureza a serviço do capital".

De um modo geral, a Região-Programa III apresenta carência quanto à utilização de técnicas modernas. Isto pode ser explicado, em parte, pela grande área da Região que é explorada com a pecuária extensiva (86,88% da área das atividades agropecuárias).

Analisando-se o Quadro 3.4.1, denota-se um destaque na utilização de tratores de 70 a 75, quando sua densidade por estabelecimento aumentou de 0,006 para 0,077. Quanto ao percentual de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes, não manifestou crescimento nestes anos (Quadro 3.4.2). Já os arados mecânicos dobraram sua participação, continuando, porém, em patamares bem baixos (Quadro 3.4.2.).

Comparando as condições técnicas da Região-Programa III com as do estado, verifica-se, segundo o Quadro 3.4.1, que o índice de utilização de tratores por estabelecimentos é superior naquela. Observa-se ainda que o número de tratores (de 1970 para 1980) teve um crescimento bastante superior ao do estado em termos relativos, enquanto que o número de estabelecimentos apresentou uma diminuição proporcional. Quanto à utilização de fertilizantes e arados mecânicos, a Região apresentou níveis bem inferiores aos do estado (Quadro 3.4.2).

Dirigindo a análise para 1980 (conforme o Quadro 3.4.3), denota-se que a maior densidade de tratores é apresentada pelo estrato de + 500ha e, não sendo grande a variação do número de tratores nos estratos, essa densidade é em função do menor número de estabelecimentos existentes neste estrato. Já o maior número de tratores/ha é verificado no estrato de 0-50ha, devido à menor área apresentada pelo mesmo, visto que a quantidade de tratores pouco varia. Assim sendo, a maior mecanização fica com o estrato de + 500ha, no qual um menor número de estabelecimentos utiliza-se de quantidade de tratores semelhante a dos demais estratos.

Quanto aos municípios que têm uma maior densidade de tratores por estabelecimento, destacam-se Montanha, Mucurici e Pinheiros, o que pode ser explicado por apresentarem o menor número de propriedades (Vide Quadro 3.4.1). Mas, por outro lado, entende-se que as maiores propriedades, pelo seu poderio econômico, são as que detêm níveis maiores de tecnificação. Outro fator indicativo da mecanização destes municípios são as grandes possibilidades de uso de máquinas apresentadas pelo seu relevo<sup>2</sup>.

Os municípios que apresentam menores índices de uso de tratores são Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Ecoporanga. Esta baixa densidade pode ser explicada pelo grande número de pequenas propriedades existentes nos mesmos (0-50ha)<sup>3</sup> e por apresentarem as menores possibilidades de mecanização na Região, conforme Mapa de Níveis de Possibilidades das Terras para Mecanização.

O município de Pinheiros destaca-se na utilização de fertilizantes (15% de estabelecimento), vide Quadro 3.4.2. Mas, segundo informações da EMATER<sup>4</sup>, atualmente São Gabriel da Palha tem uma utilização de fertilizantes bastante superior à de Pinheiros (50% dos estabelecimentos), devido à predominância do café em suas terras, pois é esta a cultura que mais se utiliza de tecnologia na Região, devido às normas de plantio do IBC. Quanto ao menor uso de fertilizantes por parte de Ecoporanga, é compreendido pelo fato de o município ter 95% de sua área ocupada com pecuária extensiva<sup>5</sup> (Quadro 3.4.2).

---

<sup>2</sup> Ver Mapa de Níveis de Possibilidades das Terras para Mecanização, item 3.1 -"Condições Físicas e Naturais".

<sup>3</sup> Ver item 3.2 -"Estrutura Fundiária".

<sup>4</sup> Escritório Local da EMATER.

<sup>5</sup> Ver item 3.3. -"Principais Atividades Agropecuárias".

## QUADRO 3.4.1

## DISTRIBUIÇÃO DE TRATORES POR MUNICÍPIO DA REGIÃO III EM 70, 75 e 80

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE TRATORES			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			DENSIDADE (Nº DE TRATORES/ TOTAL DE ESTABELECIMENTOS)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Barra de São Francisco	9	20	163	3.056	2.917	2.815	0,003	0,007	0,058
Boa Esperança	2	14	47	695	421	468	0,003	0,033	0,100
Ecoporanga	10	13	80	2.386	1.846	1.779	0,004	0,007	0,045
Montanha	5	12	91	332	216	515	0,015	0,056	0,177
Mucurici	7	29	85	882	497	410	0,008	0,058	0,207
Nova Venécia	22	41	272	2.805	2.230	2.372	0,008	0,018	0,115
Pinheiros	1	21	107	777	587	614	0,001	0,036	0,174
São Gabriel da Palha	17	49	169	1.861	1.586	2.043	0,009	0,031	0,083
TOTAL DA REGIÃO III	73	197	1.014	12.794	10.282	11.016	0,006	0,077	0,092
TOTAL DO ESTADO	1.131	1.940	5.109	70.712	60.585	59.416	0,016	0,032	0,086

Fonte: Censos Agropecuários (1970, 1975 e 1980).

FIBGE



3.4.2. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM FERTILIZANTES, ARADO ANIMAL E ARADO MECÂNICO POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIOS	% ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM					
	FERTILIZANTES		ARADO ANIMAL		ARADO MECÂNICO	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Barra de São Francisco	2,0	6,0	14,0	16,0	0,2	0,3
Boa Esperança	1,0	4,0	3,0	4,0	0,1	1,0
Ecoporanga	6,0	1,0	7,0	8,0	0,1	0,7
Montanha	1,0	4,0	1,0	3,0	0,3	3,2
Mucurici	2,0	3,0	1,0	4,0	0,7	2,4
Nova Venécia	6,0	2,0	13,0	13,0	0,8	0,9
Pinheiros	1,0	15,0	0,1	1,0	0,1	0,5
São Gabriel da Palha	11,0	8,0	17,0	21,0	0,8	2,5
Total da Região III	5,0	5,0	10,0	13,0	0,4	1,0
Total do Estado	13,0	24,0	8,0	10,0	1,0	2,0

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1970 e 1975).

QUADRO 3.4.3

USO DE TRATORES POR ESTRATO DE ÁREA - REGIÃO III - NOVA VENÉCIA

ESTRATO (ha)	ÁREA OCUPADA	ESTABELECI- MENTOS	NÚMERO DE TRATORES	DENSIDADE (TRATORES/ES- TABELEC.)	TRATORES (%)	TRATORES/ 1.000ha
0 - 50	152.221	7.492	323	0,043	31,90	2,121
50 - 100	118.796	1.656	131	0,079	12,90	1,102
100 - 500	314.037	1.520	335	0,220	33,00	1,066
+ 500	347.167	276	225	0,815	22,20	0,648
TOTAL	932.221	10.944	1.014	0,093	100,00	1,087

Fonte: Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE.

### 3.5. MERCADO DE TRABALHO

A Região-Programa III apresenta uma parcela predominante de sua força de trabalho alocada em atividades agropecuárias. Grande parte dessa mão-de-obra rural se encontra imobilizada no interior dos estabelecimentos agropecuários, na forma de mão-de-obra familiar de proprietários e parceiros.

Em termos do mercado de trabalho dessa Região, observa-se que este se apresenta com um grau ainda bastante incipiente de constituição, ressaltando-se a inexistência de uma efetiva unidade nesse mercado que poderia ser melhor entendido através de um seccionamento da Região em duas subáreas:

- a primeira subárea abrangeria os municípios do norte da Região-Programa (Ecoporanga, Mucurici, Montanha, Pinheiros e Boa Esperança), constituindo-se em área de grandes estabelecimentos com atividade econômica centrada na pecuária de corte, onde se destaca uma pequena oferta global de empregos, devido ao baixo poder de absorção de mão-de-obra da pecuária, e uma malha urbana bastante incipiente de aglomeração de força de trabalho;
- a segunda subárea abrangeria os municípios localizados ao sul da Região (São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco e Nova Venécia), que apresentam uma estrutura fundiária mais pulverizada, onde a atividade cafeeira tem papel de destaque na reprodução de suas unidades produtivas. De uma forma geral, pode-se dizer que essa subárea constitui-se em prolongamento da Região de Colatina, no referente ao seu mercado de trabalho, uma vez que apresenta características bastante semelhantes quanto à sua constituição, observando-se que grande parte de sua força de trabalho rural encontra-se imobilizada no interior das propriedades e ressaltando a crescente importância do emprego temporário que é alimentado pelas sedes dos municípios e povoamentos do interior, assim como pelo crescente fluxo de trabalhadores provenientes do estado de Minas Gerais, na época da colheita de café.

Nas duas últimas décadas, os dois setores desse mercado de trabalho sofreram um grande impacto com as profundas transformações ocorridas na estrutura produtiva da Região-Programa, com ênfase para o processo de erradicação dos cafezais, para as políticas de pecuarização e para a desativação da indústria madeireira.

No norte da Região-Programa consolidou-se a pecuária de corte em grandes estabelecimentos, que passou a se servir de parte de um contingente de trabalhadores que foi liberado pela desativação da indústria madeireira e encerramento da atividade cafeeira, permanecendo nas sedes e aglomerados do interior onde formaram-se pequenos bolsões de diaristas.

No sul, a expulsão da mão-de-obra rural e a concentração da posse da terra, decorrentes do processo de erradicação dos cafezais e posterior incremento nos recursos destinados à pecuária, levaram a uma permanente escassez de mão-de-obra que se fez notar após o replantio de café, quando uma maior demanda por trabalhadores apareceu conjugada a um requerimento ainda mais diferenciado de força de trabalho, segundo as diversas fases do ciclo do café, o que tem a ver com a nova base técnica sobre a qual passava a se assentar a produção cafeeira.

No sentido de se chegar a uma primeira aproximação acerca da composição da mão-de-obra desse mercado de trabalho, observa-se que, em 1980, das 73.685 pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais da Região, cerca de 70% encontravam-se alocadas nos estabelecimentos com área total inferior a 100ha. Esse dado é ainda mais significativo quando se observa que, da aquele contingente, cerca de 52% encontravam-se empregados nos estabelecimentos menores que 50ha, conforme mostra o quadro a seguir:

QUADRO 3.5.1 - PESSOAL OCUPADO/ESTRATO, NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA REGIÃO-PROGRAMA III.

ESTRATOS (ha)	PESSOAL OCUPADO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
0 - 50	38.180	51,81
50 - 100	13.219	17,93
100 - 500	16.325	22,15
> 500	5.961	8,08
TOTAL	73.685	100

Fonte: Folha de Coleta do Resenceador do Censo Agropecuário de 1980-FIBGE

Embora as informações do Quadro 3.5.1 possibilitem mostrar uma grande concentração da força de trabalho nos estabelecimentos menores que 100ha, e, mais particularmente, nos menores de 50ha, o mesmo não ocorre com relação ao descortínio das formas de mobilização dessa força de trabalho, uma vez que as informações acima explicitadas, tratadas de forma agregada, não dão conta da efetiva composição da mão-de-obra em termos das diferentes formas de emprego.

A busca dessa efetiva composição da força de trabalho esbarra na falta de dados mais recentes, uma vez que este tipo de informação não pode ser obtido da *Folha de Coleta* ou da *Sinopse Preliminar* do Censo Agropecuário de 1980 da FIBGE. Desse modo, a alternativa é trabalhar com os dados disponíveis, referentes aos Censos Agropecuários de 70 e 75, que, embora não tenham um caráter conclusivo quanto às transformações desse mercado de trabalho, deixam transparecer a forma geral de organização do mesmo, principalmente quanto à sua formação histórica.

Uma primeira observação das informações mencionadas, correspondentes aos Censos de 70 e 75, evidencia uma participação majoritária do grupo *responsáveis e membros não remunerados da família* no total da mão-de-obra rural ocupada da Região (vide Quadro 3.5.2). Esse grupo que, em 1970, agregava

67,34% da mão-de-obra rural, ainda apresenta-se de forma destacada em 1975, com 61,71% do total de pessoal ocupado. A nível dos municípios que integram a Região-Programa, observa-se que, naqueles onde o café desponta como atividade de destaque, ocorre um incremento absoluto do nº de pessoas ocupadas na categoria em evidência, enquanto nos municípios restantes esse nº cai, levando a uma diminuição de cerca de 4.000 pessoas ocupadas, para a totalidade da Região, no mencionado grupo que é composto pela mão-de-obra familiar dos proprietários.

O segundo grupo em importância é o que congrega a categoria dos trabalhadores parceiros que manteve, entre 70 e 75, uma participação de 17% (aproximadamente) no total do pessoal ocupado. Esse contingente de trabalhadores está concentrado nos municípios de São Gabriel da Palha, Nova Venécia e Barra de São Francisco, os quais já foram mencionados no parágrafo anterior, enquanto municípios onde o café tem destacada importância. Vale também ressaltar a queda no número de parceiros do município de Ecoporanga, de 2.140 para 965, ocupando hoje uma posição intermediária quanto ao emprego desses trabalhadores na Região-Programa III.

Continuando a análise do Quadro 3.5.2, observa-se que a categoria dos assalariados permanentes foi a que apresentou maior incremento no período, saltando de uma participação de 5,48 para 12,56% do pessoal total ocupado. Esse incremento está diretamente relacionado ao processo de pecuarização ocorrido em todo o estado nesse período, com rebatimento ainda mais nítido na Região III. Dessa forma, é possível afirmar que o crescimento dessa categoria se deu não só nos municípios de pecuária, mas também naqueles onde o café aparece como importante atividade, onde se explica tal elevação pelo processo de pecuarização ocorrido nestes municípios. Nesse sentido, vale lembrar que o município de Nova Venécia apresentou um forte processo de pecuarização no período, destacando-se a pecuária, atualmente, como atividade de primeiro plano, juntamente ao café.

A categoria dos assalariados temporários manteve uma certa estabilidade no período, situando-se em torno de 6% do pessoal total ocupado. No entanto,

esse dado apresenta sérias limitações à análise do trabalho temporário na Região, uma vez que a categoria "trabalhador temporário" do Censo Agropecuário da FIBGE não contempla os trabalhadores *volantes* empregados indiretamente através de regime de empreitada contratada com terceiros.

Generalizando a análise do Quadro 3.5.2 e projetando-a para os dias atuais, com base nos dados de pessoal ocupado por estrato anteriormente citados e entrevistas com técnicos locais da EMATER, representantes de sindicatos, etc., observa-se que grande parte da mão-de-obra rural da Região III encontra-se imobilizada no interior dos estabelecimentos agropecuários, com ênfase para os menores de 50ha, que concentram 52% do pessoal ocupado, ressaltando-se a importância da mão-de-obra familiar dos proprietários e a parceria, enquanto suas principais formas de mobilização de força de trabalho.

A mão-de-obra familiar dos proprietários predomina, em muitos casos, aparecendo de forma exclusiva nos estabelecimentos com área total inferior a 50ha. Nestas unidades produtivas, a mão-de-obra familiar é mobilizada em torno dos cultivos de café e culturas a ele associadas (subsistência), mandioca e pecuária. No referente às lavouras, pode-se dizer que o café e culturas de subsistência são grandes absorvedores de mão-de-obra familiar nos municípios localizados ao sul da Região-Programa, enquanto a mandioca é a principal absorvedora de mão-de-obra familiar em pequenos estabelecimentos nos municípios posicionados mais ao norte, ou seja, Ecoranga, Mucurici, Montanha, Pinheiros e Boa Esperança, guardadas as devidas particularidades internas a cada município e as limitações advindas de uma divisão meramente indicativa, com base nos limites municipais. A atividade da pecuária com base na mão-de-obra familiar de pequenos estabelecimentos está disseminada por toda a Região, onde aparece combinada a outras atividades. Nesse sentido, observa-se a existência da pecuária leiteira conjugada ao café com um caráter nítido de subsistência e complementação de renda nos municípios ao sul da Região, e a pecuária mista conjugada ao café ou a lavouras temporárias em sua parte norte, com ênfase para a articulação à produção de mandioca.

A partir do estrato composto pelos estabelecimentos com área total compreendida entre 50 e 100ha, começa a despontar a parceria como importante forma de mobilização de força de trabalho. Esta forma de emprego é dominante no cultivo de café e lavouras brancas a ele associadas, assim como na cultura de mandioca. No caso do café e lavouras associadas, a utilização da parceria como principal forma de emprego se estende ao estrato de estabelecimentos com área total entre 100 e 500ha. Vale ressaltar que em alguns casos a parceria aparece como forma de complementação de renda e manutenção de reserva de força de trabalho para o emprego nas atividades temporárias da pecuária. De qualquer modo, o significado e a essência dessa relação de trabalho para as condições específicas de cada cultura, estrato de estabelecimento e distintas áreas geográficas da Região-Programa, serão abordados e aprofundados em capítulo posterior, no momento da análise das formas de organização de produção existentes nas distintas e economicamente diferenciadas porções desse espaço.

O emprego de assalariados permanentes é observado exclusivamente na atividade da pecuária. Nos estabelecimentos menores que 50ha, conforme mencionado anteriormente, a atividade da pecuária utiliza-se, predominantemente, da mão-de-obra familiar dos proprietários, em uma combinação com as culturas do café e/ou outras lavouras temporárias, o que depende da localização geográfica do estabelecimento e, conseqüentemente, das características locais do mercado. De um modo geral, o assalariamento permanente é a principal forma de mobilização da força de trabalho na atividade da pecuária de estabelecimentos maiores de 50ha. Aí o trabalhador permanente é utilizado nas tarefas de manejo do gado.

O trabalho permanente do vaqueiro é suplementado pelo trabalho temporário de diaristas nestes estabelecimentos, trabalho esse que se rebate sobre as tarefas restantes do grande estabelecimento de pecuária.

O trabalho temporário, na Região-Programa III, não se restringe apenas às tarefas suplementares da pecuária, sendo também observado nas atividades da mandioca, da cana e do café.



O trabalho de diaristas na mandioca é bastante disseminado em Pinheiros, onde as próprias farinheiras se encarregam da colheita através de turmas de trabalhadores volantes. O trabalho de diaristas também é bastante disseminado na produção de cana afetuada em Montanha, onde se constitui na principal forma de emprego nessa cultura.

Na produção de café, o assalariamento temporário aparece revestido de formas variadas, valendo ressaltar que essa atividade é responsável pela maior parcela da absorção de trabalhadores temporários da Região-Programa. Uma das formas de que se reveste o trabalho temporário na atividade cafeeira é o emprego de meeiros, enquanto diaristas, na lavoura de café dos proprietários. A outra forma é a utilização de diaristas em menor medida, nos tratos culturais dessa lavoura e, em maior escala, em sua fase de colheita. De acordo com o calendário agrícola dessa cultura para a Região-Programa, a fase de maior demanda por mão-de-obra temporária se dá no pico da colheita de café, entre junho e agosto. Nessa fase, empregam-se meeiros e moradores das pequenas vilas e cidades da Região, assim como trabalhadores volantes provenientes de fora da Região e do estado, onde se destacam aqueles oriundos de Minas Gerais.

Embora ainda se identifique a existência de troca-de-dias entre pequenos proprietários e parceiros como contraposição aos momentos de excessos de trabalho, observa-se um crescimento do trabalho assalariado nesses estabelecimentos, na época da colheita, o que denota um incremento do trabalho assalariado temporário até mesmo nos pequenos estabelecimentos, fato que pode ser significativo por apontar uma possível nova forma de articulação e constituição do mercado de trabalho da Região-Programa.

De acordo com dados contidos no Quadro 3.5.3, extraídos dos Censos Demográficos de 70 e 80, observa-se que nos últimos 20 anos a Região-Programa III - Nova Venécia expulsou grande contingente de mão-de-obra. Na década 60-70, os municípios que mais sofreram com a evasão populacional foram Barra de São Francisco, que teve sua população reduzida em 50% e Mucurici que sofreu redução de 41%, sabendo-se que, principalmente, Barra de São Francisco sofreu fortemente com a erradicação dos cafezais, incrementada no período. O município de Pinheiros é o que mais atraiu população, cerca

de 88%, o que se leva a crer que seja devido ao surgimento deste município durante a década, passando a abarcar uma área superior à sua delimitação original enquanto distrito e com isso computando um valor adicional à sua população, com a junção de novos aglomerados urbanos e povoados rurais. Boa Esperança é outro município que sofreu o mesmo processo de municipalização apontado para Pinheiros, mas não apresenta o mesmo comportamento, em termos populacionais, mantendo-se estável, podendo-se também considerar evasão do meio rural, uma vez que aglomerou novos contingentes populacionais e novas áreas sendo que este processo não alterou o seu comportamento demográfico.

Na década 70-80, a Região, em geral, sofreu emigração, deslocando grande número de pessoas, não se podendo dizer ao certo o seu destino, mas com certeza uma boa parte inchou aglomerados urbanos mais ou menos desenvolvidos. Esta Região, no Espírito Santo, foi a de maior expressão no processo de introdução e expansão da pecuária bovina para extração da carne, fato decorrido após o processo de erradicação dos cafezais, uma vez que não se teve clareza das alternativas agrícolas para o pequeno produtor que tirava o café de sua propriedade e em contrapartida nenhuma política de incentivo veio fazer com que ele pudesse recompor sua fonte de renda.

Os municípios que mais expulsaram população foram Mucurici (54), Pinheiros (50) e Ecoporanga (48%), em que se constata a forte presença da pecuária atualmente, sendo possivelmente o fator determinante para este processo de êxodo rural. Esta afirmativa é plenamente entendida quando também se observa que os municípios que se aponta como os de maior expulsão de mão-de-obra apresentam a maior parte de suas propriedades com áreas superiores a 100ha, ou seja, 50, 65 e 75% respectivamente para Mucurici, Pinheiros e Ecoporanga. Já os demais municípios, com menor êxodo rural, apresentam em média 85% de suas propriedades menores que 100ha e na grande maioria sobrevivem da renda oriunda do café, milho, feijão, arroz e mandioca, culturas estas características desta faixa de produtores.

Ainda com base no Quadro 3.5.3., tem-se que em 1980 a população urbana é cerca de 30% da rural. O que é importante reter desta observação é que, apesar de toda a evasão sofrida, ainda é o meio rural o maior detentor da população da Região. Vale dizer que este quadro se verifica para toda a Região, exceto para Montanha e Pinheiros.

O êxodo rural até então verificado provocou a formação de vários aglomerados urbanos no interior dos municípios, conforme se visualiza no Quadro 3.5.4. Por outro lado, é fato conhecido que a população rural emigrante teve como destino, além desses aglomerados no interior da Região e dos grandes centros urbanos, Rondônia, para onde se verifica um importante fluxo de agricultores em melhor situação financeira, recompondo, assim, o pequeno estabelecimento nas áreas de fronteira.

No geral, verifica-se que há perda generalizada da população total, mas às vezes a diminuição da população rural é acompanhada do aumento da população dos aglomerados urbanos, embora não na mesma proporção. Há, portanto, casos como Ecoporanga, Montanha e Pinheiros que não absorvem na área urbana nem sequer parte da população saída do meio rural e ainda Pinheiros e Montanha apresentam o caso de aglomerados urbanos expulsando população, o que denota um processo de esvaziamento do município mais acentuado que o verificado no geral.

Ainda com base no Quadro 3.5.3., tem-se que em 1980 a população urbana é cerca de 30% da rural. O que é importante reter desta observação é que, apesar de toda a evasão sofrida, ainda é o meio rural o maior detentor da população da Região. Vale dizer que este quadro se verifica para toda a Região, exceto para Montanha e Pinheiros.

O êxodo rural até então verificado provocou a formação de vários aglomerados urbanos no interior dos municípios, conforme se visualiza no Quadro 3.5.4. Por outro lado, é fato conhecido que a população rural emigrante teve como destino, além desses aglomerados no interior da Região e dos grandes centros urbanos, Rondônia, para onde se verifica um importante fluxo de agricultores em melhor situação financeira, recompondo, assim, o pequeno estabelecimento nas áreas de fronteira.

No geral, verifica-se que há perda generalizada da população total, mas às vezes a diminuição da população rural é acompanhada do aumento da população dos aglomerados urbanos, embora não na mesma proporção. Há, portanto, casos como Ecoporanga, Mantanha e Pinheiros que não absorvem na área urbana nem sequer parte da população saída do meio rural e ainda Pinheiros e Montanha apresentam o caso de aglomerados urbanos expulsando população, o que denota um processo de esvaziamento do município mais acentuado que o verificado no geral.

### 3.6. COMERCIALIZAÇÃO

Conforme explicitado no item anterior, "Estrutura Fundiária", a Região-Programa III de Nova Venécia apresenta um perfil fundiário razoavelmente concentrado<sup>1</sup>, se comparado com o das outras Regiões-Programa do Espírito Santo, analisadas até o presente momento. Essa característica fundiária determina algumas especificidades regionais, do ponto de vista da reprodução do capital comercial no âmbito da realização da produção agrícola em escala ampliada.

Assim, o papel da intermediação na comercialização dos produtos agrícolas é de grande importância, semelhantemente ao que ocorre nas Regiões-Programa de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina. Homogeneizando as relações de comercialização por produto ou por blocos de vários produtos, o capital comercial amalgama as dinâmicas de realização do universo de produção da Região, centradas num aspecto fundamental: ao exercer a intermediação, se apropria de um excedente importante, que deveria voltar às mãos dos produtores regionais na forma de remuneração da sua produção.

Para efeito de caracterização, destacam-se os seguintes produtos como os mais importantes da Região: café, carne bovina, leite, mandioca, suínos, milho, feijão e arroz. Outros produtos menos importantes são a banana e a cana.

A seguir, apresentar-se-á de forma sintética as características gerais dos produtos agrícolas arrolados, do ponto de vista da sua comercialização.

---

<sup>1</sup>P. ex., 16,5% dos estabelecimentos da Região se apropriam de 71% da área total ocupada. Tais estabelecimentos, maiores de 100ha.

O café e o leite - sendo este último explorado apenas como um prolongamento de pecuária de corte - seguem os esquemas clássicos de comercialização, conforme no restante do Estado.

A intermediação da produção cafeeira está quase que absolutamente subordinada ao capital comercial, sendo que os elos da cadeia passam por uma homogeneização a nível municipal (comerciantes locais), daí para outra a nível regional (comerciantes regionais ou inter-regionais), indo se fechar nas atividades dos comerciantes-exportadores. Neste processo, as cooperativas da Região têm razoável interferência, especialmente a COABRIEL (Cooperativa Agrária de São Gabriel)<sup>2</sup>. É importante frisar que as Cooperativas de Colatina controlam parte da produção cafeeira de Mucurici. As máquinas de beneficiamento espalham-se pelos principais municípios produtores (SGP/NVEN/BESP/BSF/ECO)<sup>3</sup>, além de Pinheiros. Tal estratégia, normalmente engendrada pelo capital comercial, tem por objetivo expandir seus níveis de apropriação, já na esfera da transformação do produto.

O leite, produto altamente perecível, é comercializado através do sistema de cotas, vigente em todo o País, pelas 3 principais cooperativas: CCPL (Cooperativa Central dos Produtos de Leite), COOPNORTE (Cooperativa Agropecuária Norte do Espírito Santo) e SPAM (Sociedade de Produtos Alimentícios de Manhauçu). As três chegam a concorrer no mesmo mercado de Boa Esperança. Resta salientar que a CLCL (Cooperativa Lat. de Colatina Ltda.) e dois outros laticínios do Estado vizinho de Minas Gerais atuam na Região<sup>4</sup>.

Excetuando o consumo interno de carne bovina promovido pelos açougues locais, pode-se afirmar que a totalidade da produção regional é comercializada pelos frigoríficos: FRISA, PALOMA, FRIMACAL, FRINORTE, FRINCASA e

<sup>2</sup>Essa Cooperativa controla apenas 25% do mercado do café de São Gabriel da Palha e parte da produção de Pinheiros e de Montanha.

<sup>3</sup>SGP=São Gabriel da Palha; NVEN=Nova Venécia; BESP=Boa Esperança; BSF=Barra de São Francisco; ECO=Ecoporanga; PIN=Pinheiros; MUC=Mucurici; MON=Montanha.

<sup>4</sup>A primeira em SGP/BSF e os dois últimos em BSF.

FRIMUSA. Cabe destacar a importância do primeiro, por atuar em todos os municípios. Além do Frigorífico Rio Doce S/A, o PALOMA e o FRIMACAL são os outros dois mais importantes, segundo o critério do número de municípios atingidos.

Do pecuarista ao frigorífico, o boi-em-pê é intermediado por comerciantes locais e regionais, sendo exatamente os maiores pecuaristas da Região aqueles que comercializam o maior número de animais. Cabe destacar ainda a presença do *invernista*, ou seja, aquele comerciante que, além de efetuar a simples intermediação, ao adquirir animais magros do produtor, faz os passar por um processo de engorda até o momento de entregá-los ao frigorífico, objetivando densificar maior valor à mercadoria.

É importante salientar que a dinâmica geral de comercialização da carne bovina na Região está diretamente subordinada ao capital industrial, viabilizando uma rede bem definida de intermediação, através de seus representantes locais ou regionais. Neste aspecto, o capital comercial cumpre papel menos importante, ou seja, o de propiciar apenas a penetração do capital industrial em sub-áreas ainda não homogêneas ou que lhe interessa a homogeneização.

A mandioca, produzida mais expressivamente em 6 municípios (ECO/NVEN/BESP/MUC/PIN/MON) é praticamente comercializada em sua totalidade por ingerência direta do capital industrial. Isto é, pelas farinheiras locais<sup>5</sup>. Normalmente as farinheiras adquirem a lavoura do produtor, por um preço desfavorável a este último (isto, no geral). É nulo, portanto, o papel do capital comercial na intermediação da produção da mandioca. Sua hegemonia se dá de forma indireta, pois no geral coincide a personificação do capital comercial com a propriedade dos meios de produção, a nível das

<sup>5</sup>Não se sabe até onde seria correto a utilização da categoria *capital industrial* para designar a função econômico-social dessas farinheiras locais, tendo em vista o seu relativo atraso, fundamentalmente no aspecto tecnológico. Utiliza-se, enfim, a categoria, com o objetivo de melhor entendimento.

fábricas de farinha. A concentração das principais farinheiras ( locais e regionais) se dá nos seguintes municípios: BESP/MUC/PIN/MON/NVEN.

A COOPNORTE desenvolve na Região um importante projeto de suinocultura, integrado à SUINORTE<sup>6</sup>. Os animais para o abate são consumidos pela Cooperativa, diretamente do produtor. Tal esquema de comercialização faz parte de uma dinâmica maior, integrada, com o seguinte encadeamento: venda de matrizes - financiamento à compra de insumos e à implantação de infraestrutura em geral - compra do produto final (animal pronto para o abate). Num futuro próximo, caso não existam movimentos contrários de maior significação, a COOPNORTE tenderá a comercializar toda a produção suína da Região. Como se trata de um processo de comercialização com a ingerência direta da Cooperativa, é de se supor que não haja interferência de outros segmentos de capital no mesmo<sup>7</sup>.

Grande parte da produção de milho e feijão foi comercializada pela COOPNORTE, no esquema CFP-AGF<sup>8</sup>. É de se supor, entretanto, que tenha havido uma cadeia anterior de intermediação desses grãos, até chegarem ao controle da Cooperativa; isto em razão da acentuada pulverização da produção (ou seja, vários intermediários "organizam" a venda do excedente de um grande número de pequenos produtores).

Apesar de seus limites, aquela medida significou um importante avanço na produção desses grãos, chegando-se inclusive a provocar a oferta através do pagamento de 10% a mais em relação ao preço mínimo do ano agrícola 81-82. Além de pequena parte da produção que é consumida internamente, a Cooperativa de Santa Maria do Jetibá adquire milho em BSF.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, vide o item posterior, "Cooperativas".

<sup>7</sup> As pesquisas *in loco* confirmaram tal suposição.

<sup>8</sup> Comissão de Financiamento à Produção - Aquisição do Governo Federal.



A não ser em Barra de São Francisco - maior produtor do Estado -, a produção de arroz na Região é praticamente inexpressiva, servindo fundamentalmente ao consumo interno. O excedente é transacionado por comerciantes locais (ECO/BESP/NVEN), que normalmente atuam em outras áreas de comercialização. Cabe ressaltar uma importante contradição que se dá em BSF: praticamente a totalidade da produção é comercializada *in natura* por intermediários locais, tendo como mercado consumidor o Estado da Bahia<sup>9</sup>.

A banana, cultura classificada como *embrionária* na Região pelos técnicos da EMATER, é comercializada por intermediários locais, dando à produção o seguinte destino: Belo Horizonte/Rio de Janeiro (BSF); CEASA-SP/ intermediários de Iconha (MUC/PIN/MON/NVEN).

A cana, produzida em maior escala no bolsão situado no município de Montanha, a extremo-Nordeste da Região, é comercializada, *in totum*, pela empresa CRIDASA, de acordo com as normas do IAA.

Além das cooperativas já arroladas anteriormente, destacam-se as seguintes, de menor expressão:

- COOPBARRA (em processo de implantação);
- Coop. de Ind. Caseiras de Boa Esperança;
- Coop. Agrária de Boa Esperança.

Dentre os vários problemas que bloqueiam o processo de comercialização na Região, foram detectados os seguintes como os mais importantes:

- a) oscilação de preços - os preços dos produtos agrícolas, ora em alta, ora em baixa, prejudicam não só a comercialização, mas fundamentalmente sua produção. Segundo as EMATER's locais, este é o principal desestímulo ao pequeno agricultor, desprovido de melhores níveis de capitalização e de assistência técnico-creditícia. Segundo a mesma fonte, apesar dos esquemas ligados à CFP-AGF, explicitados anteriormente, os preços mínimos não têm funcionado satisfatoriamente na Região.

<sup>9</sup> Cf. informações da EMATER local.

- b) armazenagem - trata-se do problema mais grave da Região, pois conta com apenas 2(dois) armazéns da CASES, localizados em Boa Esperança e em Barra de São Francisco. Além disso, os produtores locais (principalmente os pequenos) sentem-se impossibilitados de utilizar os parcos recursos existentes, em vista dos altos preços cobrados pelos armazéns.
- c) estradas vicinais - trata-se de um grande problema em toda a zona rural do Estado. Na Região-Programa III é mais expressivo em Ecoporanga.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o perfil fundiário da Região determina algumas especificidades no que tange às relações de comercialização. A hegemonia do capital comercial prende-se fundamentalmente à comercialização da produção cafeeira. O capital cooperativo determina as relações gerais de comercialização do leite e de produtos laticínios. O capital industrial subordina as relações da carne, da mandioca e da cana. A política de preços mínimos viabiliza uma maior oferta de milho e de feijão.

Ressalta-se, por fim, as importantes articulações entre os capitais comercial e industrial na Região. Esta é a sua originalidade<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Serão aprofundadas de forma localizada no item posterior, "Complexos".

### 3.7. COOPERATIVAS

A seguir, apresentar-se-ã as cooperativas que atuam na Região: COOPNORTE, COABRIEL e COOPBARRA.

Trata-se apenas de uma descrição sumária, com a preocupação de apresentar as principais características de cada uma delas do ponto de vista histórico, com respeito à base territorial e área de influência, ao quadro de associados e aos seus aspectos mais gerais.

Resta salientar que estas cooperativas não são as únicas a atuarem na Região-Programa. Nela têm suas sedes e o seu desenvolvimento está intimamente ligado ao que se processou na Região como um todo.

### 3.7.1. COOPNORTE (DADOS GERAIS)\*

#### 1. HISTÓRICO

- \* Fundada em 1956, a partir de uma fábrica de laticínios implantada no município pelo Governo Jones dos Santos Neves. Esta fábrica era administrada pelo Estado e não foi bem neste único ano de existência;
- \* De 1956 a 1958, a pequena fábrica de laticínios (hoje COOPNORTE) ficou fechada por problemas de ordem administrativa e sofre intervenção do Estado no período 1958 - 62;
- \* Em 1962 houve eleições de nova diretoria que passa a administrar a Cooperativa;
- \* 1965 - 1966 - devido a uma violenta crise de mercado e produção, neste período a Cooperativa volta a encerrar suas atividades. Nesta época contava com a participação de 62 sócios;
- \* 1966 - 1967 - volta a funcionar, de forma ainda precária;
- \* 1967 - nova crise de leite. A partir daí a Cooperativa novamente encerra suas atividades por 90 dias. Após este período crítico, os associados são convocados para uma assembleia, em que:
  - a) Se decide dar continuidade às atividades;
  - b) Se delega poderes à diretoria, no sentido de a mesma recolher o leite dos associados, distribuí-lo e industrializá-lo, e só depois de algum tempo remunerar os produtores (na medida das possibilidades financeiras da Cooperativa). A partir desta delegação, os produtos ficam de 3 a 4 meses sem remuneração.

---

\*Fornecidos pelo seu atual presidente, Waldir Magewski, através de depoimento gravado em nov/82.

Com as dificuldades presentes na época, muitos produtores desistiram de continuar ligados à Cooperativa, assim como à própria pecuária leiteira. Neste momento a produção leiteira situava-se em torno de 3.000 litros/dia;

- \* 1968 - a partir deste ano as perspectivas tornam-se melhores. Começou-se a enviar o leite para a CLCL de Colatina e daí parte era entregue à *Maurício Marcondes* (hoje, Cooperativa da Safra). E neste mesmo ano a produção leiteira de Nova Venécia começou a ser entregue à CCPL do Rio de Janeiro, através da Cooperativa da Safra<sup>1</sup>.
- \* 1969 - com o aumento das linhas de leite, conseqüentemente ampliou-se a indústria, sendo que parte da produção leiteira era enviada ao Rio de Janeiro, através da CCPL.
- \* 1970 - com a ampliação da recepção, houve uma super-produção neste ano. A CCPL reagiu, recebendo só o leite de cota (leite produzido de julho a setembro) na época da super-safra (dezembro - março). Com o bloqueio da poderosa Cooperativa Central, a Cooperativa de Nova Venécia foi obrigada a ampliar ainda mais sua capacidade de industrialização e com maior velocidade.
- \* 1971 - 72 - a vida da Cooperativa esteve normalizada, tendo funcionado razoavelmente bem. Continuava-se a enviar a produção definida como teto da cota para a CCPL.
- \* 1973 - neste ano foi assinado pela Diretoria um compromisso da compra e venda com a SPAM e, em contrapartida, esta última se obrigava a implantar uma fábrica de leite em pó no norte do Estado. Através de uma reunião feita em Vitória, da qual participou a Diretoria da Cooperativa de Nova Venécia, decidiu-se, por fim, implantar a fábrica no Município de Viana.

---

<sup>1</sup>Foi fundada neste mesmo ano; alguns produtores dissidentes da CLCI compraram os equipamentos e direitos da *Maurício Marcondes*, implantando a nova Cooperativa.

Logo em seguida a COOPNORTE se preocupou em levar a indústria para o Norte do Estado. Com a instalação de usinas de recepção em Porto Belo (Mucurici), Vinhático (Montanha) e Ecoporanga, a recepção diária chegou a 100 mil litros. A partir deste volume de recepção a COOPNORTE teve força então para levar ao norte a indústria de leite em pó através da SPAM (esta assumia o compromisso de instalar a indústria em 10 meses).

Neste mesmo ano a COOPNORTE desliga-se da CCPL e passa a enviar todo o excesso de recepção ao Rio de Janeiro através da SPAM. Esta última se responsabilizava pelo transporte (e riscos) do produto.

Para que a COOPNORTE se ingressasse nesta nova fase, várias incorporações foram realizadas: Cooperativa Laticínios de São Mateus e as agrárias: Jaguaré e Vinhático. As agrárias de Ecoporanga e de Nova Venécia não puderam ser incorporadas pelo fato de o processo de liquidação estar adiantado<sup>2</sup>.

O ano de 1973 constitui, portanto, um importante marco na história da COOPNORTE. Com a conquista de novos mercados, não houve mais excesso de produção, assim como perdas do produto.

A COOPNORTE chegou à recepção de 200 mil litros/dia com a instalação dos 6 postos de resfriamento (Ecoporanga, Mucurici, Montanha, Conceição da Barra, Pinheiros e São Mateus), além da matriz na sede de Nova Venécia. O mercado para o leite *in natura* estava garantido; por sua vez, a garantia de mercado para o leite transformado em pó era de responsabilidade da SPAM. Esta mantinha com a COOPNORTE uma cláusula contratual proibindo qualquer pessoa física ou jurídica a transacionar o produto com a primeira naquela faixa definida de mercado. Isto só poderia ser feito via COOPNORTE. Este sistema funcionou razoavelmente bem até 1978.

---

<sup>2</sup> O forte das incorporações já se deu em 1974.

\* 1978 - a COOPNORTE sofre invasão de área. A CCPL, com sua fábrica ociosa, instala 2 postos de coleta: um em Boa Esperança e outro em Mucurici<sup>3</sup>.

Hoje a remuneração da COOPNORTE ao produtor é de Cr\$ 2,80 a mais por litro, se comparada à da CCPL. Esta cobre um frete de 29 percurso (Boa Espe rança - Viana). Mesmo assim, estas linhas de leite que sofreram a interferência da CCPL passaram a ser deficitárias (em outras palavras, a COOPNORTE não poderia concorrer com os 10 mil litros captados pela CCPL na região). Quer dizer, a CCPL ofereceu uma vantagem a mais, temporariamente, retirando os produtores da COOPNORTE.

O projeto da implantação de um frigorífico vinha sendo pensado desde 1975, mas somente três anos depois é que pode ser desenvolvido. Um grande problema enfrentado pela COOPNORTE junto aos seus associados era o referente ao descarte de bovinos. Como periodicamente estas cabeças tinham que ser descartadas do rebanho, acabavam sendo capturadas pelos comerciantes locais em detrimento dos produtores.

Com a venda de várias unidades de recepção à SPAM, a COOPNORTE adquiriu um razoável montante de recursos próprios. Mesmo assim não eram suficientes para a implantação do frigorífico. Esta dificuldade levou então a diretoria da COOPNORTE a procurar o BANDES. Como o BANDES não pode aplicar seus recursos (cuja fonte é o sistema de incentivos fiscais) em cooperativas, com o objetivo empresarial, foi necessária a constituição de uma S/A para que isto se efetivasse. O FRINORTE nasceu da associação da COOPNORTE com alguns diretores (5), sendo que o controle acionário da empresa ficava nas mãos da Cooperativa de Nova Venécia. Assim, o Frigo rífico abandona a linha original de simplesmente atuar com uma oferta de matéria-prima baseada no descarte periódico de rebanhos bovinos e partia para a perspectiva do abate misto: bovinos e suínos. Esta nova postura visava incrementar a produção de suínos na região, assim como a diversificação agrícola relativa à produção de milho e de mandioca (ma

---

<sup>3</sup>Este processo teve a participação direta de Amaro Covre, prefeito de Boa Esperança.

térias-primas indispensáveis à suinocultura). Em resumo: a COOPNORTE deixou o setor leite e partiu para novas atividades, respondendo às ca rê ncias do norte do Estado.

## 2. BASE TERRITORIAL E ÁREA DE INFLUÊNCIA

### 2.1. LEITE

Resume-se ao município de Nova Venécia.

### 2.2. MILHO/FEIJÃO

Barra de São Francisco, Montanha, Pinheiros, Ecoporanga, Mucurici, etc. Nesta última safra de milho, comprou-se até de Colatina e Baixo Guandu. Toda a região de Linhares também sofre influência da COOPNORTE.

Incentivos dados pela COOPNORTE ao produtor de milho: repasse de semen tes selecionadas a preço de mercado; assistência técnica à produção; nas safras de 1980 - 81 - 82, preço de garantia na base de 30% acima do pre ço mínimo oferecido pelo Governo.

Idem, aos produtores de feijão: incentivo ao plantio, fornecimento de sementes a preços acessíveis e pagamento do preço de garantia do Gover no. Nesta última safra foram comprados 60 mil sacas de feijão pela Coo perativa e repassados ao Governo. No repasse a COOPNORTE teve uma comis são de 2%.

## 3. QUADRO DE ASSOCIADOS

Hoje a COOPNORTE tem 5.570 associados classificados segundo o quadro a seguir:



## PRODUTORES ASSOCIADOS DA COOPNORTE, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA

ESTRATO DE ÁREA(ha)	%
10 - 50 / 50 - 100	70
100 - 500	25
500 - 1000	04
+ 1000	01

As exigências formais da COOPNORTE em relação aos produtores são definidas pelo estatuto. São os seguintes os passos necessários para a associação:

- 1º) Apresentação de escritura legalizada do estabelecimento e da ficha do produtor;
- 2º) Subscrição mínima de 2 SMR, integralizados na forma de cotas - partes em 10 prestações<sup>4</sup>.
- 3º) A proposta do produtor é analisada pelo Conselho de Administração na primeira reunião após sua solicitação;
- 4º) É por fim homologada, após passar pela aprovação da Assembleia Geral.

A partir de sua associação, o produtor passa a receber os benefícios da Cooperativa, de acordo com a integralização de capital efetuada:

- a) Assistência médica veterinária;
- b) Assistência agrônômica;
- c) Acesso à rede de supermercados;
- d) Fazer jus aos dividendos de final de ano<sup>5</sup>, proporcionais ao seu movimento na Cooperativa ao longo do ano.

<sup>4</sup>Não é definido estatutariamente um *teto* para integralização.

<sup>5</sup>Divisão das "sobras" da Cooperativa. O lucro de empresa privada corresponde à *sobra* da cooperativa.

#### 4. ASPECTOS GERAIS

A COOPNORTE tem nos seguintes setores suas principais atividades:

- Setor leite
- Setor armazéns de consumo
- Setor agrícola: aquisição de produtos agrícolas (milho, arroz e feijão)
- Setor suinocultura
- Fábrica de ração
- Frigorífico

Do ponto de vista do crédito para repasse, a COOPNORTE viveu uma experiência amarga em 1981: levantou Cr\$ 20 milhões com o BNCC e distribuiu Cr\$ 500 mil para os primeiros 40 sócios que se inscreveram no programa. Tal oportunidade foi anunciada no boletim da Cooperativa e a procura foi tamanha que no 3º dia não havia mais recursos disponíveis. Isto acabou gerando um tremendo desgaste da Diretoria junto aos associados. O processo foi tão violento que fez com que a Diretoria avaliasse sua ação e chegasse à conclusão de que não tem mais sentido se pensar em novas incursões nesta área num futuro próximo.

A COOPNORTE tem ligações com o Banco do Brasil e com o Banestes. Com o primeiro, obteve financiamentos ordinários para a aquisição de produtos agrícolas (milho/feijão) dos produtores associados. Do segundo, firmou contratos de financiamento para aquisição de bens de consumo.

Na área do consumo, a COOPNORTE possui hoje 8 entrepostos: um na sede e sete em outros municípios (Ecoporanga, Mucurici, Montanha, Conceição da Barra, Pinheiros, São Mateus e Jaguaré). Nestes entrepostos de consumo, a venda das mercadorias se dá a preços de mercado, sendo que a Cooperativa tem uma margem operacional de 10%. Há remarcação nas mercadorias duas vezes ao mês, objetivando-se receita para a reposição do estoque. Segundo o seu presidente, a vantagem do entreposto é que as

sobras originárias das vendas são rateadas na forma de dividendos<sup>6</sup>. A COOPNORTE é acionista majoritária do FRINORTE S/A e da SUINORTE S/A com recursos dos produtores associados, que participam direta e indiretamente das empresas citadas.

O problema atual que mais preocupa a Diretoria da COOPNORTE é a possível interferência no mercado de matrizes suínas da BRASAGRO. Este grupo é formado pela união da BRASCORP (grupo Tristão) + DELTEC + AGROCERES. A BRASAGRO tem planos de instalar um matriseiro de grande porte nas cercanias de Vitória. Para tal já solicitou recursos ao GERES, tendo obtido o devido apoio do BANDES. Na verdade, a implantação da BRASAGRO no Espírito Santo significará uma violenta concorrência à SUINORTE S/A. Dispondo de um grande *know-how* no campo da reprodução de matrizes suínas, chegou a propor à SUINORTE a participação na empresa, nos seguintes termos: a SUINORTE integralizaria um montante de capital correspondendo a 20% do total das ações da BRASAGRO, se comprometendo ainda a comprar animais desta empresa, pondo abaixo seu plano de implantação de um matriseiro próprio. Desta forma, os cooperados da COOPNORTE seriam obrigados a comprar as matrizes reproduzidas pela BRASAGRO, de acordo com as condições impostas pelo monopólio.

Obviamente a COOPNORTE rejeitou a proposta com o silêncio ... A Diretoria pensa num instrumento legal como estratégia de impedir a penetração das matrizes da BRASAGRO, junto aos cooperados, proibindo-os adquirir tais mercadorias.

---

<sup>6</sup> O rateamento e/ou aplicações dos recursos transformados em dividendos obedece à seguinte estratégia: podem ser divididos "em espécie", ou seja, os recursos gerados rateados pelo conjunto dos cooperados; consultada a Assembléia, podem ser aplicados em planos de trabalho (ex.: expansão da suinocultura, implantação da fábrica de raspa, etc...). Nos últimos anos a Assembléia tem optado por esta última forma.

## 5. PROJETOS MAIS IMPORTANTES PARA A REGIÃO DE NOVA VENÉCIA

### 5.1. CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS VICINAIS

### 5.2. RECURSOS

(Aproximadamente na ordem de Cr\$ 50 milhões) para a implantação de uma fábrica de ração a partir da raspa de mandioca.

### 5.3. ELETRIFICAÇÃO RURAL

#### 3.7.2. COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL DA PALHA

A Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COABRIEL) foi criada em 13/09/1963 devido à conjuntura adversa que se apresentava para a cafeicultura, expressa por um excesso de produção e baixos níveis de preços. Sua criação data da época em que ocorreu um grande movimento de constituição de cooperativas no Estado, movimento este apoiado pela ACARES, onde se vislumbrava uma divisão do mercado cafeeiro em que as cooperativas passavam a trabalhar com café despulpado, enquanto o resto do mercado, englobando a grande maioria da produção, continuava a operar através do tradicional sistema de transações de compra e venda entre produtores e intermediários, em seus diversos níveis.

Com a política de erradicação dos cafezais efetivada pelo IBC-GERCA em 1966/67, houve uma desarticulação do sistema cooperativista no Estado, com a conseqüente "quebra" de grande parte de suas cooperativas. A COABRIEL foi uma das poucas que resistiu a esse processo de desarticulação ao longo dos anos, embora tenha se mantido em um nível de atividade bastante reduzido.

A partir de 1972, a Cooperativa de São Gabriel da Palha volta a se reestruturar, acompanhando o início do "replanteio" de café, financiado pelo IBC, passando a ter uma atuação mais expressiva no final da década, quan

do o mercado cafeeiro estadual volta a apresentar um elevado grau de aquecimento.

Atualmente (agosto/82) a COABRIEL conta com 1.130 associados, dos quais 80% constituem-se em pequenos proprietários com área total inferior a 50ha, 10% em proprietários com área entre 50 e 100ha e 10% com área total entre 100 e 500ha. O espaço de abrangência da Cooperativa é bastante amplo, uma vez que em seu corpo de cooperados encontram-se produtores de São Gabriel da Palha, Pancas, Barra de São Francisco, Colatina, Linhares e São Mateus.

A principal atividade da COABRIEL é o comércio de café para os cooperados. Sua participação no mercado de São Gabriel é bastante significativa, uma vez que controla cerca de 25% do mesmo. O produto dos cooperados é comercializado (via Cooperativa) com os grandes grupos exportadores de Vitória, com o IBC e com torrefadoras. É bastante expressiva a parcela da produção vendida para o IBC e torrefadoras, devido ao enorme peso da produção de café Conillon em São Gabriel da Palha e municípios vizinhos, no total de sua produção cafeeira.

Sua esfera de atuação também engloba as seguintes atividades:

- Comércio da produção de lavouras brancas, destacando-se as operações realizadas com a cultura do feijão via AGF, onde a Cooperativa funciona como canal de comunicação entre os produtores e a CASES e/ou os bancos;
- Repasse de insumos aos cooperados mediante preço vantajoso, segundo a Cooperativa;
- Benefício e rebenefício de café enquanto atividade de prestação de serviços;
- Repasse de recursos de crédito cooperativo aos produtores, referente ao financiamento da produção e à estocagem.

É importante destacar que a Cooperativa não conta com recursos de financiamento de capital de giro para suas operações da compra e venda da produção junto aos produtores, o que se coloca como importante ponto de estrangulamento diante das perspectivas de expansão de suas atividades.

Atualmente existe uma tendência no sentido da expansão da participação da COABRIEL no mercado de São Gabriel da Palha e arredores. Essa tendência expressa-se por um fortalecimento do movimento cooperativista no Estado, o qual conta com o apoio do novo governo estadual, empossado em 15/03/1983.

### 3.7.3. COOPBARRA - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES DE BARRA DE SÃO FRANCISCO LTDA.

Foi fundada em 24 de julho de 1980, na presença de 93 sócios fundadores, tendo sido eleito para presidente o Sr. Mário Fernando Nazareno e para secretário o Sr. Wilson Ferreira.

Tem sede própria na cidade de Barra de São Francisco e sua área de atuação compreende 6 (seis) municípios: Barra de São Francisco, Mantenópolis, Ecoporanga, Pancas, Nova Venécia e São Gabriel da Palha.

A criação da Cooperativa se fez necessária face à necessidade de uma maior organização dos produtores locais, possibilitando a assistência técnica e uma melhor comercialização dos seus produtos. Para a concretização desses objetivos, a Cooperativa conta com a colaboração dos associados, tentando-se promover o estímulo e a defesa dos seus interesses econômicos e sociais.

Compete obrigatoriamente à Cooperativa realizar o transporte dos produtos extrativos e agropecuários de seus associados - do local de produção às suas dependências -, bem como: executar classificação, padronização,

armazenagem, beneficiamento e industrialização dos produtos; adquirir gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal, bens de produção, máquinas e implementos agrícolas. Essas disposições estão inseridas no estatuto vigente da Cooperativa.

Porém, quando da pesquisa de campo (outubro/82), constatou-se que a mesma não possuía capital de giro, limitando, assim, sua ação junto ao quadro de associados.

A COOPBARRA oferece aos seus associados insumos agrícolas em pequenas proporções, atuando também na área de comercialização em escala bem reduzida. Isto se deve ao fato do pouco estímulo dos produtores em relação à mesma para a venda dos seus produtos. Vendo-se obrigada a esperar por períodos de até 30 dias para a colocação dos produtos no mercado, muitas vezes os produtores desistem da sua utilização, preferindo a comercialização através de intermediários, que pagam com dinheiro vivo, à vista; em muitos casos, oferecem melhores preços.

Inexistem máquinas de beneficiamento para a utilização dos cooperados. Esta deficiência atinge de forma muito particular o produtor de arroz (Barra de São Francisco é o maior produtor do Estado), acabando por comercializar o seu produto em casca com intermediários de fora do Espírito Santo (principalmente da Bahia). Isto faz com que a população de Barra de São Francisco consuma arroz importado... Também inexistem agroindústrias, apesar de a COOPBARRA se propor a implantá-las.

Para se tornar sócio da Cooperativa, o produtor deve apresentar comprovação de estar exercendo atividade agropecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel rural de sua propriedade ou ocupado de forma legal, dentro da área de ação da mesma. Além disso, o pretendente deve comprovar a legitimidade dos seus direitos sobre o imóvel.

Como fundos obrigatórios, a COOPBARRA possui:

- a) O *Fundo de Reserva* - constituído de 10% (dez por cento) das obras líquidas de cada exercício, destina-se a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- b) O *Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social* - constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, destina-se à prestação de assistência aos associados, aos seus familiares e aos próprios empregados da instituição.



### 3.8. POLITICA AGRÍCOLA

De acordo com a orientação geral voltada para toda a agricultura brasileira, a política agrícola direcionada para a Região-Programa III, notadamente na última década, deu particular ênfase aos mecanismos de estímulo financeiro, tendo como principal instrumento o crédito rural.

Uma rápida análise das informações retiradas dos Censos Agropecuários de 70 e 75 (vide Quadro 3.8.1) permite a visualização, no período, do incremento no número absoluto de estabelecimentos que trabalharam com algum tipo de financiamento à produção e/ou comercialização agrícola. Em termos relativos, esse incremento foi de 18,7%, enquanto o crescimento no número de estabelecimentos que trabalharam com crédito proveniente de entidades do Governo chegou a apresentar um índice de 46%. A participação dos estabelecimentos que obtiveram algum tipo de crédito sobre o total de estabelecimentos da Região III cresceu, no mesmo período, de 14,4 para 21,3%, enquanto a participação dos estabelecimentos que trabalharam com crédito de entidades do Governo subiu de 11,3 em 70 para 20,5% em 75. Este sensível aumento no número de estabelecimentos que operaram com crédito institucional denota uma queda da participação relativa das formas tradicionais de crédito pessoal e a modernização do financiamento à produção e comercialização, através da rápida e crescente penetração do crédito bancário, movimento que se rebate, não só sobre a Região como um todo, mas também sobre cada um de seus municípios.

A política agrícola federal teve um rebatimento diferenciado na Região-Programa III, durante o período de tempo que se estende do início da década de 60 até os dias de hoje, marcando profundamente o perfil de suas atividades agropecuárias e formas de organização da produção.

A década de 60 foi marcada pelos programas de erradicação dos cafezais. O primeiro destes programas teve início em 62 e se estendeu até 65, concentrando suas operações no ano agrícola 62/63, uma vez que a conjuntura inflacionária da época provocou uma queda real na remuneração por caféiro erradicado, determinando o esvaziamento desse primeiro programa.

QUADRO 3.8.1

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA

MUNICÍPIOS	1970					1975				
	TOTAL DE ESTABEL.	ESTABELECIM. QUE OBTÊM CRÉDITO		ENTIDADE DO GOVERNO		TOTAL DE ESTABEL.	ESTABELECIM. QUE OBTÊM CRÉDITO		ENTIDADE DO GOVERNO	
		Nº INFORM.	% TOTAL	Nº INFORM.	% TOTAL		Nº INFORM.	% TOTAL	Nº INFORM.	% TOTAL
Barra de São Francisco	3.056	340	11,1	272	8,9	2.917	631	21,6	586	20,1
Boa Esperança	695	56	8,1	48	6,9	421	115	27,3	115	27,3
Ecoporanga	2.386	347	14,5	254	10,6	1.846	277	15,0	267	14,5
Montanha	332	50	15,1	47	14,2	216	77	35,6	76	35,2
Mucurici	882	138	15,6	130	14,7	497	122	24,5	114	22,9
Nova Venécia	2.805	471	16,8	357	12,7	2.230	460	20,6	455	20,4
Pinheiros	777	79	10,2	72	9,3	587	132	22,5	130	22,1
São Gabriel da Palha	1.861	364	19,6	266	14,3	1.568	377	24,0	367	23,4
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>12.794</b>	<b>1.845</b>	<b>14,4</b>	<b>1.446</b>	<b>11,3</b>	<b>10.282</b>	<b>2.191</b>	<b>21,3</b>	<b>2.110</b>	<b>20,5</b>

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário (1970 - 1975)

O segundo programa de erradicação, adotado de uma forma quantitativamente mais efetiva, teve início em 66 e limitou-se ao ano agrícola 66/67, uma vez que o índice de operações efetuadas, somando à ocorrência de fortes geadas no Paraná, levou ao encerramento do programa, tendo em vista o alcance das metas estipuladas e a conseqüente *adequação da produção brasileira* à demanda dos mercados externos e interno.

A Região III foi bastante afetada pelos programas de erradicação, principalmente no que diz respeito às suas áreas cafeeiras, inseridas nos municípios de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Nova Venécia e Ecoporanga, que sofreram, de forma mais localizada, os efeitos adversos daquela política. Nessas áreas, apesar da resistência de muitos produtores que, geralmente concentrados em localidades específicas da Região, persistiram na atividade cafeeira, a erradicação provocou um processo de concentração da posse da terra e expulsão de grande parte da população rural, constituída de pequenos proprietários e meeiros, além de uma reorganização da produção agropecuária. Nesse sentido, houve uma substituição do café pela pecuária através de um processo que se deu de uma forma direta ou pela substituição transitória por lavouras temporárias que eram abandonadas em favor das pastagens ou da lavoura perene em seu retorno.

O programa de erradicação se complementava com um programa de diversificação das atividades agrícolas, visando estimular a expansão das lavouras brancas como alternativa para a utilização dos recursos produtivos dos estabelecimentos da área. No entanto, este programa não surtiu os efeitos desejados, uma vez que seu planejamento, excessivamente centralizado, distanciava-se do necessário conhecimento das particularidades regionais e, conseqüentemente, das condições objetivas de mercado que, em última instância, determinariam o sucesso daquela política.

Em que pese o pequeno número de produtores que se utilizavam do crédito agrícola oficial no período que vai da *erradicação* até fins da década de 60, o crédito rural aplicado no Espírito Santo teve a maior parte de seus recursos destinados ao financiamento de atividades agrícolas, o que deve ter a ver com o programa de diversificação das atividades agrícolas, associado à erradicação, e seu reflexo em termos de estímulo ao cultivo de

lavouras brancas. De acordo com o perfil (por atividade) da distribuição do crédito rural para o Espírito Santo no período 69/76 (vide Quadro 3.8.2), observa-se que a partir de 1970 a pecuária já conta com uma participação majoritária na destinação destes recursos, mantendo-se nessa posição até 1976, período de crédito farto para a pecuária da Região-Programa, do Espírito Santo e do Brasil.

Dessa forma, a primeira metade da década de 70 foi marcada por um forte processo de pecuarização, estimulado e impulsionado pela política agrícola federal que se rebateu sobre a pecuária do estado e, principalmente, da Região III, através de programas especiais e de uma maior abundância de recursos ordinários de crédito a juros subsidiados.

O primeiro desses programas especiais foi o BID-205/SF-BR. Este programa, criado a partir de um convênio entre o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Governo Brasileiro, se limitava aos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo coordenado, avaliado e fiscalizado pelo CONDEPE (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), ficando sua execução no Espírito Santo, iniciada em 1969, sob a responsabilidade da ACARES. O BID-205, que no Espírito Santo se restringiu aos municípios pertencentes às microrregiões homogêneas 203, 204 e 205, todas no norte do estado, tinha sua filosofia baseada na criação de fazendas - modelo que servissem de irradiadoras de tecnologia. O objetivo geral do programa era o aumento da produção de carne bovina através da melhoria das técnicas de criação até então adotadas, tendo como objetivo específico a melhoria dos índices zootécnicos da bovinocultura das áreas selecionadas, através da adoção de técnicas de prevenção de doenças, de manejo e melhoria das pastagens.

Este programa, que destinava recursos para investimento e capital de giro exclusivamente para a atividade de corte, não admitia a inclusão de unidades produtivas com área total inferior a 100ha, dado importante na avaliação de seus efeitos concentracionistas que se rebateram, principalmente, nas áreas rurais dos municípios de Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Pinheiros e Nova Venécia. A importância do BID-205 aumenta quando

se observa sua influência na posterior formulação de outros programas de apoio à pecuária.

Por volta de 1973, com o término dos recursos do BID-205 (52 milhões de dólares), este foi substituído pelo PRODEPE (Programa de Desenvolvimento da Pecuária) que se estendeu a todo o território nacional. O PRODEPE deu continuidade ao processo de concentração da posse da terra na Região - Programa III, uma vez que ao fortalecimento financeiro do grande estabelecimento pecuarista se contrapunha a debilidade das pequenas unidades produtivas familiares que sobreviviam com grande dificuldade através da produção de subsistência.

Persistindo até 1976, este programa apresentou uma inovação em relação ao BID-205, qual seja, a abertura de linhas de financiamento para a pecuária mista e leiteira, além da de corte, destinando também recursos para investimento e capital de giro. Na época do PRODEPE, também existiam o PRONAP (Programa Nacional de Pastagens) e o PDPL (Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira) que incidindo inicialmente apenas no sul do estado, é estendido ao norte em etapa posterior. Estes dois programas direcionaram recursos específicos para a pecuária da Região.

Em 1977 tem início o PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária) que substitui o PRODEPE e engloba todos os outros programas de pecuária, estando aberto às atividades mista, leiteira e de corte, e apresentando uma importante restrição em relação aos dois grandes programas anteriormente trabalhados: não há recursos para capital de giro, somente para investimento. É importante destacar que durante o período de abrangência do PROPEC inicia-se o escasseamento dos recursos carreados para a pecuária, lembrando que sua atuação efetiva se deu somente até 1978, embora até hoje ainda exista tal programa.

Apesar da falta de dados concretos para os anos de 1977 e 1978, sabe-se que a partir de 77 o financiamento à lavoura volta a ser majoritário na distribuição da totalidade dos recursos de crédito rural, o que tem a ver com o incremento no Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais

e a queda vertiginosa no volume de recursos carreados para a pecuária. Essa reversão no quadro da distribuição dos recursos de crédito rural aparece de forma cristalina nos dados do Banco Central para o ano de 1979, o que se constitui na única informação disponível para o momento (vide Quadro 3.8.3).

A retomada do financiamento ao plantio de café, agora sob nova base técnica, é o principal elemento explicativo para a substituição do processo de pecuarização pela expansão das lavouras, ou melhor, do café.

O *Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais* teve início no ano agrícola 1970/1971, com o objetivo de readequar a produção às novas condições do mercado cafeeiro e imprimir aumentos de produtividade à cultura através da imposição de uma nova base técnica. Esse programa se divide em 03 sub-programas: plantio, infra-estrutura cafeeira e custeio das lavouras.

Entre os anos agrícolas 1970/1971 e 1980/1981, o programa de plantio financiou cerca de 135 milhões de novas covas de café no Espírito Santo, aproximadamente 30 milhões entre 70/71 e 74/75, e mais de 100 milhões a partir de 75/76. A mudança na base técnica da atividade cafeeira, imposta através dos pacotes tecnológicos do IBC, resultou em crescente utilização de insumos modernos, incrementando, conseqüentemente, a demanda pelos meios financeiros de custeio, necessários à nova forma de produção.

Até o ano agrícola 80/81, foi financiado o equivalente ao plantio de 14 milhões de covas de café na Região-Programa III, o que corresponde a 11% do total de covas financiadas no estado (vide Quadro 3.8.4). A maior parte destes recursos destinou-se aos municípios de Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Ecoporanga, os quais concentram a totalidade das áreas zoneadas para a produção de café Arábica na Região. O financiamento para o plantio de café Conillon é mais recente e conta com maiores restrições para sua liberação, como, por exemplo, o limite de 10.000 covas por plano. Tendo em vista que a maior parte da produção cafeeira da Região é do tipo Conillon, o que pode ser constatado através da forte participação do mesmo na distribuição dos recursos para o financiamento de

QUADRO 3.8.3.

ESPÍRITO SANTO - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL EM 1979 (ANO BASE = 1975, CONFORME QUADRO 3.8.2)

Deflacionado 1979 para 1975

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO		Nº CONTRATOS	Cr\$ 1.000	ÍNDICE
Crédito Rural		34.253	1.018.400	607
Crédito Rural à Agricultura		27.492	598.537	923
Crédito Rural à Pecuária		6.761	419.862	407
Total		23.093	522.593	787
CRÉDITO RURAL	Agricultura	19.963	412.564	1.142
CUSTEIO	Pecuária (total)	3.130	119.898	396
	- Corte/mista	571	29.555	-
	- Leite	414	13.284	221
	- Outros	2.145	-	-
Total		9.243	334.499	404
CRÉDITO RURAL	Agricultura	6.577	159.924	663
INVESTIMENTO	Pecuária (total)	2.666	174.574	297
	- Corte/mista	168	18.709	-
	- Leite	505	19.117	1.819
	- Outros	1.993	-	-
Total		1.917	151.437	813
CRÉDITO RURAL	Agricultura	952	26.048	567
COMERCIALIZAÇÃO	Pecuária (total)	965	125.389	894
	- Corte/mista	381	38.331	-
	- Leite	226	72.705	741
	- Outros	358	-	-

## QUADRO 3.8.4

NÚMEROS DE COVAS DE CAFÉ FINANCIADAS PELO IBC NO PERÍODO 1970/1971 -  
1980/1981

MUNICÍPIO	ARÁBICA	CONILLON	TOTAL
Barra de São Francisco	3.954.700	2.693.310	6.648.010
São Gabriel da Palha	347.700	2.084.650	2.432.350
Ecoporanga	1.808.000	544.500	2.352.500
Nova Venêcia	-	1.828.360	1.828.360
Montanha	-	304.100	304.100
Mucurici	-	265.400	265.400
Boa Esperança	-	241.400	241.400
Pinheiros	-	171.000	171.000
TOTAL REGIÃO III	6.110.400	8.132.720	14.243.120
TOTAL ESPÍRITO SANTO	109.231.729	25.730.866	134.962.595
REGIÃO III/ESPÍRITO SANTO	0,06	0,32	0,11

FONTE: IBC - Resultados acumulados do Programa de Plantio - PRRC - 1970/  
1971 a 1980/1981.



plântio (32%), entende-se o porque da tão baixa relação cafeeiros finan  
ciados/total dos cafeeiros, observada na Região.

No que se refere ao programa de infra-estrutura cafeeira, verifica-se uma pequena participação dos municípios da Região no total de planos efetua  
dos no estado, o que se rebate em um menor volume de recursos carreados para o financiamento à construção de tulhas e terreiros. No entanto, é bem maior a participação desses municípios no referente ao montante total de recursos voltados para o financiamento de secadores, onde se destaca o município de Barra de São Francisco (vide Quadro 3.8.5.).

O crédito de custeio para a lavoura de café é talvez o mais importante instrumento da política agrícola atualmente voltada para a Região III, res  
pondendo por grande parte dos recursos direcionados à mesma. Os recursos de crédito por hora disponíveis para a agropecuária local limitam-se ao custeio de café e de lavouras temporárias, principalmente feijão, milho, arroz e mandioca, com pouco ou nenhum crédito para a pecuária. Crédito para investimento, de uma forma geral, é praticamente inexistente, concentrando-se, portanto, todo o crédito nas linhas normais de custeio.

Conjuntamente, vem se observando um grande índice de operações de Pre  
ços mínimos, do tipo AGF, com produtores de feijão, tendo em vista o pre  
ço de garantia compensador oferecido nas últimas safras. Essas opera  
ções têm sido efetuadas através dos agentes da CFP (Comissão de Financia  
mento à Produção) e Cooperativas da Região, ressaltando-se as opera  
ções da COOPNORTE com seus associados, tanto a nível das compras de fei  
jão quanto de milho. No entanto, verifica-se que a política de Preços  
Mínimos não tem alcançado, efetivamente, os pequenos produtores, uma  
vez que a maioria das operações são realizadas com grandes produtores e intermediários que agregam a produção das menores propriedades para pos  
terior transação com a CFP. Embora não contando com informações mais precisas e detalhadas, acredita-se que os intermediários de café, que na maioria dos casos confundem-se com os intermediários de produtos de la  
vouras temporárias, são os únicos e maiores beneficiários do pouco expres  
sivo crédito de comercialização para o café.

## QUADRO 3.8.5.

## PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA CAFEEIRA

	REGIÃO III	ESPIRITO SANTO	% REGIÃO III/ ESPIRITO SANTO
Nº de Planos	184	2.374	7,8
Terreiro (m <sup>2</sup> )	52.457	751.839	7,0
Tulha (m <sup>3</sup> )	7.690	177.010	4,3
Secadores	72	559	12,9

Fonte: IBC - Resultados Acumulados até 1980/1981

De um modo geral, constata-se que os pequenos produtores da Região vêm captando uma fatia maior do montante total de recursos do crédito rural, o que tem a ver com a importância de sua participação na produção de café e lavouras temporárias, responsáveis pela maior parte do crédito disponível atualmente.

Mas os maiores produtores ainda são os grandes beneficiários do financiamento agrícola oficial, haja visto que muitos dentre os pequenos produtores ainda não *trabalham com o banco*. Estes produtores costumam endividar-se junto a intermediários que provêm crédito informal para as necessidades produtivas e de consumo dessa categoria.

Da mesma forma, é notório o fato de que os meeiros raramente obtêm crédito bancário, o que é compensado pelos *repasses* do financiamento obtido pelos proprietários. Na grande maioria dos casos os meeiros costumam plantar lavouras brancas sem qualquer financiamento, apesar dos proprietários muitas vezes garantirem para si os recursos referentes à área plantada daquelas lavouras.

Cabe notar que dentro da estratégia oficial de desenvolvimento rural, adotada desde os anos 60, a política agrícola tem se restringido à esfera da produção, rebatendo-se de forma inexpressiva no que toca à comercialização de produtos agrícolas, principalmente no que se refere à produção proveniente de pequenos estabelecimentos.

No referente aos programas especiais atualmente voltados para a Região, o único a merecer destaque é o PROVÁRZEAS (Programa Nacional de Recuperação e Aproveitamento de Várzeas). Alguns resultados importantes deste programa já podem ser notados, principalmente no município de Barra de São Francisco. As áreas recuperadas têm possibilitado a condução de lavouras de arroz com produtividade bastante superior à média estadual. Embora tendo beneficiado tanto estabelecimentos menores como os maiores, o número de produtores atendidos por esse programa ainda é pouco expressivo em relação às suas metas, o que tem a ver com a pequena capacidade de atendimento do parque de máquinas e equipamentos de drenagem e sistematização.

Na Região-Programa III - Nova Venécia foram delimitados seis complexos<sup>1</sup> (café I, II e III, café/pecuária, pecuária e pecuária/mandioca), assim como dois bolsões (cana e café, inseridos no complexo pecuária), os quais podem ser melhor visualizados no mapa "Complexos e Bolsões", constante no Volume III deste trabalho.

Neste item procura-se caracterizar a dinâmica da produção das diversas manchas econômicas delimitadas na Região III, buscando-se detectar as diversas interrelações entre culturas, assim como sua estrutura produtiva, explicitando-se as relações de trabalho, as condições técnicas da produção, o processo de comercialização da produção, etc., em suma, a forma como está atualmente organizada a produção agrícola nessas diversas manchas econômicas.

---

<sup>1</sup>Vide conceito no item 2.1 "Aspectos Teórico-Metodológicos".

#### 4.1. COMPLEXOS-CAFÉ

A Região-Programa III apresenta três manchas ou áreas econômicas onde o cultivo de café se destaca como a principal atividade econômica.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o café Arábica predomina na mancha Café I e divide a importância com o Conillon na Café II, sendo que o último é dominante na mancha Café III.

Nessas manchas econômicas a cultura do café encontra-se combinada ao cultivo de lavouras brancas - milho, feijão, arroz e mandioca -, aparecendo com maior proeminência nos menores estabelecimentos. A pecuária tem o caráter de atividade de subsistência nos menores estabelecimentos, enquanto nos grandes aparece com um cunho comercial de atividade exclusiva ou em combinação com o café.

A mão-de-obra familiar e a parceria são as principais formas de utilização de força de trabalho nas áreas cafeeiras, tendo a ver com a importância numérica e com a participação dos pequenos e médios estabelecimentos na produção efetiva dessa atividade.

A mão-de-obra familiar, exclusiva em estabelecimentos bem pequenos, com pouca área plantada ou grande quantidade de braços para o trabalho, passa a se combinar com a mão-de-obra de parceiros à medida em que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, o que depende do nível de atividades produtiva aí presente. Nos maiores estabelecimentos que trabalham com parceiros, estes consistem na forma dominante ou exclusiva de mobilização de força de trabalho.

A relação de parceria mais presente nas lavouras em produção, consiste na divisão do resultado da produção de café "à meia", com a divisão das colheitas de subsistência "à terça". É comum a divisão das despesas referentes à aquisição de insumos modernos, o que pode ser substituído pela retenção de uma parte extra da produção pelo proprietário, quando este assume todo o custo referente a esses insumos.

Nos maiores estabelecimentos, a relação de parceria costuma impor ao meeiro a obrigatoriedade do trabalho em outras tarefas da unidade produtiva, mediante a remuneração da diária. Neste caso também se inclui o trabalho dos meeiros na lavoura "tocada" pelo patrão. Nesses estabelecimentos, também é comum o repasse do crédito oficial, obtido pelos proprietários, aos meeiros, que mantêm com os primeiros uma conta-corrente ou caderneta, onde se inclui o fornecimento de víveres. A prestação de contas das operações formalizadas na caderneta é efetivada após a colheita e venda da produção.

A análise das formas de mobilização de força de trabalho, referentes à atividade cafeeira da Região III, não pode deixar de ressaltar a crescente importância do trabalho assalariado na organização econômica de suas unidades produtivas e de seu mercado de trabalho. Tal fato encontra-se expresso no assalariamento intermitente de pequenos proprietários e meeiros durante a fase de colheita do café, no trabalho compulsório de parceiros na lavoura "tocada" pelo patrão e no grande contingente de trabalhadores provenientes de Minas Gerais, sedes e aglomerados urbanos dos municípios da Região, que se empregam como diaristas na época da colheita do café. Cabe também destacar que a tradicional forma de ajuda mútua expressa na prática de troca-de-dias está em vias de extinção na Região, sendo substituída pelos intercâmbios monetários, entre meeiros e pequenos proprietários, como pagamento por trabalhos prestados.

Um elemento comum a todas as manchas-café é sua subordinação, política e econômica, ao comércio de seu mais importante produto.

O esquema de comercialização de café na Região III segue o mesmo processo verificado nas outras regiões do Estado, onde se observa uma primeira agregação do produto por intermediários locais que se vinculam a intermediários maiores, os quais se responsabilizam pela centralização regional da produção.

De uma maneira geral, esta estrutura de comercialização do café está baseada nos laços de dependência financeira que ligam os pequenos proprietários aos intermediários e os parceiros aos proprietários, laços esses que se expressam nos empréstimos monetários e no fornecimento de víveres,

responsáveis pelo comprometimento da venda da produção futura.

A existência das cooperativas agrárias de Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Colatina, cujo raio de abrangência se estende às áreas cafeeiras da Região, imprime uma característica própria ao seu mercado de produtos, uma vez que, apesar da pequena participação das mesmas nesse mercado, sua presença já é benéfica à comercialização regional de café, através da "quebra" da estrutura de oligopsonia existente.

#### 4.1.1. CAFÉ I

A mancha Café I é constituída por grande parte do município de Barra de São Francisco, localizada ao noroeste de sua sede e por uma pequena área ao sul de Ecoporanga.

Esta mancha econômica forma um complexo combinado café, milho, feijão e arroz, onde o café se constitui em sua principal atividade econômica e as lavouras brancas cumprem o papel de atividades de subsistência, associadas ao cultivo do café, aparecendo com maior expressão nos menores estabelecimentos, onde conformam uma particular estratégia de sobrevivência dessas unidades produtivas.

A pecuária constitui-se em atividade de menor expressão neste complexo, apresentando-se como atividade de subsistência e/ou complementação de renda para os menores estabelecimentos e aparecendo como importante atividade comercial nos estabelecimentos maiores que 100ha, onde desponta como atividade exclusiva ou em combinação com o cultivo do café, através de uma estratégia empresarial de diversificação de atividades do grande proprietário.

O café deste complexo é constituído pelo tipo Arábica a oeste de Barra de São Francisco e ao sul de Ecoporanga. No restante do complexo, mais precisamente na parte central de Barra de São Francisco, destaca-se o tipo Conillon, característico de regiões mais baixas.

Na área onde domina o tipo Arábica, os terrenos são mais montanhosos e acidentados e as culturas de milho e feijão apresentam-se de forma intercalada ao cultivo de café, o que também é válido para o café Conillon das regiões mais baixas. A cultura do arroz de brejo ocupa as áreas mais baixas e alagáveis, valendo ressaltar que esta atividade é bastante expressiva no complexo e que o município de Barra de São Francisco é o principal produtor de arroz do Estado do Espírito Santo.

A região dessa mancha econômica apresenta cotas de altitude entre 400 e 800 metros, com clima frio e terras bastante acidentadas.

Sua estrutura fundiária apresenta uma grande pulverização da posse da terra, o que se expressa na enorme quantidade numérica, e grande participação na área total ocupada, dos pequenos e médios estabelecimentos.

Os estabelecimentos menores que 100ha são responsáveis por cerca de 83% da produção cafeeira do complexo. A este tipo de atividade, principal ocupação dessas unidades produtivas, associam-se os cultivos de milho, feijão, arroz e mandioca (cultivos de subsistência), além da pecuária de subsistência. Esses estabelecimentos detêm cerca de 42% do efetivo bovino existente na região do complexo, o que demonstra a importância da pecuária enquanto fonte alternativa de renda para as menores unidades produtivas.

Nos estabelecimentos maiores que 100ha, a pecuária mista, que apresenta maior expressão na atividade de corte, assume o papel de principal atividade produtiva, sendo responsável pela maior parte da geração de sua renda. Estes estabelecimentos detêm 58,05% do efetivo bovino da mancha econômica, sendo que somente o estrato de 100-500ha mobiliza cerca de 50% desse mesmo rebanho. Os cultivos de café e lavouras temporárias também se fazem presentes nas maiores unidades produtivas, embora sua participação na totalidade desses cultivos dentro da mancha econômica seja bem mais reduzida, alcançando, respectivamente, 17,05 e 24,45% desse total.

A cultura do café aparece geralmente combinada com a atividade da pecuária nos maiores estabelecimentos, estando as lavouras brancas ainda vinculadas à subsistência e a reprodução da força de trabalho familiar dos par



ceiros, responsável pelo trabalho nas tarefas da atividade cafeeira.

No referente à constituição da força de trabalho rural desse complexo, observa-se que 84,48% do pessoal aí ocupado encontra-se concentrado em seus pequenos e médios estabelecimentos, aqueles cuja área total não excede os 100ha. A mão-de-obra familiar de pequenos proprietários e parceiros, principal forma de mobilização de força de trabalho na área abrangida pelo complexo, é dominante ao nível desses estabelecimentos menores, onde diversifica suas atividades em torno dos cultivos de café e culturas de subsistência a ele associadas. A parceria passa a assumir uma posição predominante na medida em que cresce o tamanho das unidades produtivas, principalmente aquelas onde se destaca a atividade cafeeira, mantendo sua dominância, como mão-de-obra residente, mesmo nos maiores estabelecimentos, embora aí esteja crescendo significativamente a importância do trabalho assalariado.

A relação de assalariamento a partir da utilização de trabalhadores vo-  
lantes (bóias-frias), meeiros e, em menor escala, pequenos proprietários, é bastante intensa na fase de pico de demanda por força de trabalho, referente ao período de colheita, encontrando-se completamente disseminada nas maiores unidades produtivas da área. Da mesma forma, este tipo de relação vem apresentando uma crescente importância também nos menores estabelecimentos, onde a substituição da tradicional troca-de-dias sem mediação monetária pela contrapartida da diária, aponta para uma nova forma de organização de seu processo de trabalho, agora mais estreitamente vinculado aos condicionantes do mercado.

A força de trabalho utilizada na atividade pecuarista de pequenos e médios estabelecimentos é composta, basicamente, pela mão-de-obra familiar dos proprietários. Nos maiores estabelecimentos (grandes e muito grandes) as tarefas dessa atividade são desenvolvidas, principalmente, por vaqueiros, assalariados permanentes (mensalistas) especializados no manejo do rebanho e por trabalhadores diaristas, responsáveis por tarefas subsidiárias do empreendimento pecuarista.

Ainda no referente à constituição da força de trabalho na área abrangida pelo complexo-Café I, observa-se que apenas 15,52% de sua mão-de-obra encontra-se empregada nos estabelecimentos maiores que 100ha.

A comercialização de café desta área segue a mesma dinâmica explicitada na introdução do item "Complexos-Café". Embora a maior parte de sua produção passe pelo tradicional esquema de intermediação através das sucessivas etapas de agregação local e regional, vale destacar a existência da Cooperativa de Barra de São Francisco que, localizada na vizinhança do complexo, responde por uma pequena parcela das operações de compra do produto nesse mercado. No geral, é válido afirmar que este mercado local sofre uma polarização mais direta da praça de Colatina e, em segunda instância, de Vitória, sofrendo uma primeira agregação da produção em Barra de São Francisco.

A comercialização do milho, feijão e arroz é, em grande parte, efetuada sob um esquema de intermediação onde compradores locais agregam a produção de uma série de pequenos produtores, transacionando, posteriormente, com os agentes da CFP (Comissão de Financiamento à Produção) ou atacadistas de nível regional. Dentre esses intermediários, destaca-se a presença de elementos que combinam a atividade do comércio do café ao de cereais, sendo que também é grande a existência de agentes que conjugam a atividade comercial à da produção agrícola.

Nos últimos anos tem crescido a participação das Cooperativas (COOPBARRA e COOPNORTE) no comércio de milho e feijão, tendo por base os instrumentos da política de preços mínimos. No referente ao escoamento do arroz, observa-se que grande parte de sua produção é repassada ao mercado da Bahia, sem beneficiamento, uma vez que não existe na área uma usina que o realize.

O comércio da atividade da pecuária de corte, principal produto da bovinocultura da mancha econômica, é realizado entre o produtor e o FRISA (Frigorífico Rio Doce S/A), diretamente ou através da intermediação dos *Marchands* ou invernistas, os quais engordam o gado para posterior venda aos frigoríficos.

No referente aos recursos creditícios, pode-se dizer que os recursos em maior disponibilidade atualmente estão centrados no custeio das lavouras, sem qualquer financiamento para a pecuária.

#### 4.1.2. CAFÉ II

A mancha Café II ocupa a região oeste de São Gabriel da Palha, o sul de Barra de São Francisco e o extremo-sudoeste de Nova Venécia, onde está situada a localidade de Boa Vista.

A estrutura fundiária dessa região apresenta um predomínio marcante de pequenos e médios estabelecimentos, o que se expressa por sua majoritária participação no total das unidades produtivas e área total ocupada pelos estabelecimentos da mancha, correspondendo, respectivamente, aos índices de 91,45 e 63,76%.

Essa mancha econômica forma um complexo combinado café, milho, feijão e arroz, onde o cultivo do café constitui-se na principal atividade produtiva e as lavouras brancas respondem por parte da reprodução da força de trabalho familiar dos pequenos proprietários e meeiros.

A importância dos pequenos e médios estabelecimentos também pode ser visualizada quando se observa a estrutura da produção na área. Esses estabelecimentos têm uma participação de mais de 70% na área ocupada com lavouras permanentes e temporárias, além de uma igual participação no efetivo de pessoal ocupado. Os maiores estabelecimentos sobressaem apenas no inexpressivo efetivo bovino existente na área, detendo cerca de 51% do mesmo, o que equivale ao contingente em poder dos pequenos e médios estabelecimentos. Dessa forma, verifica-se que a pecuária cumpre um relevante papel de atividade de subsistência nos menores estabelecimentos, consistindo em atividade comercial naqueles cuja área total excede os 100ha.

O efetivo cafeeiro da mancha é composto pelos tipos Arábica e Conillon, tornando-se difícil uma avaliação acerca da participação de cada um, tendo em vista que o tipo Arábica apresenta maior expressão nas áreas mais altas, enquanto o Conillon se estende pelas regiões mais baixas.

No geral, essa mancha econômica está situada a uma altitude que varia entre as cotas de 200 - 400 metros, apresentando terreno montanhoso ou ondulado e bastante acidentado.

No que concerne às relações de trabalho, observa-se que os pequenos e médios estabelecimentos utilizam-se de sua mão-de-obra familiar e da força de trabalho de parceiros na produção de café e lavouras de subsistência a ele associadas. A parceria passa a ser utilizada quando a disponibilidade de braços na família do proprietário não cobre as necessidades da lavoura. Dessa forma, a parceria passa a exercer um predomínio sobre a mão-de-obra familiar dos proprietários a partir dos estabelecimentos maiores que 50ha.

Os estabelecimentos maiores que 100ha trabalham basicamente com meeiros na atividade cafeeira (e de subsistência), sendo que a tendência ao uso do assalariamento temporário vem se acentuando, generalizando-se na fase de colheita. Parte dessa tendência realiza-se através da utilização da força de trabalho dos meeiros na lavoura "tocada" pelo proprietário, mediante a remuneração da diária.

Na atividade pecuarista de pequenos e médios estabelecimentos ocorre um predomínio da mão-de-obra familiar, o que tem a ver com o caráter acessório e de subsistência dessa atividade naquele tipo de unidade produtiva. Nos estabelecimentos pecuaristas com área total superior aos 100ha, predomina a combinação do vaqueiro (assalariado permanente) com o diarista (assalariado temporário), sendo que o primeiro exerce as tarefas ligadas ao manejo do gado, enquanto o último atém-se aos trabalhos gerais envolvidos, complementarmente, nessa atividade.

A comercialização do café nessa mancha econômica segue o mesmo esquema geral explicitado na introdução do item "Complexos-Café", sendo efetuada através de intermediários que geralmente representam os maiores produtores e proprietários locais. Vale lembrar que o centro polarizador desse comércio cafeeiro encontra-se situado na cidade de Colatina, embora ocorra uma polarização intermediária ao nível das cidades de São Gabriel da Palha e Barra de São Francisco.

A existência das cooperativas de São Gabriel da Palha (COABRIEL) e Barra de São Francisco (COOPBARRA) nas proximidades dessa mancha, tem um importante efeito regulador de preços em seu mercado cafeeiro, apesar da pequena expressão de sua participação no mesmo.

Em relação ao comércio de animais para abate, oriundos da atividade pecuarista de corte, observa-se que as operações são efetuadas diretamente entre os produtores e o FRISA (Frigorífico Rio Doce S/A) de Colatina, caso mais comum para os grandes produtores, ou através da intermediação de "Invernistas" ou *Marchands*.

A produção leiteira é escoada através da Cooperativa de Laticínios de Colatina Ltda., restando uma pequena parcela que é comercializada através da Cooperativa de Nova Venécia (COOPNORTE).

A produção excedente de milho e arroz é comercializada através de intermediários locais que repassam o produto a atacadistas de centros maiores. O excedente da produção de feijão também é vendido para comerciantes locais, embora grande parte das operações com este produto esteja sendo efetuada através da política de "Preços Mínimos", com ponto de apoio nas cooperativas.

#### 4.1.3. CAFÉ III

A mancha Café III está localizada na porção oriental do município de São Gabriel da Palha, limitando-se ao norte com Nova Venécia, a leste com Linhares e ao sul com Colatina.

Este espaço geo-econômico conforma um complexo combinado café/milho/feijão, onde o café, cuja produção provém em sua maior parte de pequenos e médios estabelecimentos, constitui-se na principal atividade econômica dessas unidades produtivas, enquanto os cultivos de milho, feijão e, em menor escala, arroz, são responsáveis por parte da reprodução da força de trabalho familiar de pequenos proprietários e meeiros. Além dessas atividades, vale também mencionar a pecuária de subsistência nos menores estabelecimentos e a pecuária de cunho comercial nas unidades produtivas

de maior porte, ressaltando o recente incremento do cultivo de banana e a existência, em pequena escala, da mandioca, culturas que caracterizam o estágio atual de diversificação agrícola ao nível desse complexo.

O efetivo cafeeiro dessa mancha é, em sua quase totalidade, composto pelo tipo Conillon, o que tem a ver com a baixa altitude da área, a qual varia em torno da cota 200 metros. Seus terrenos, ondulados e de pouca inclinação, apresentam boa fertilidade, observando-se inclusive a existência de "terra roxa estruturada". O período anual de chuvas vai de outubro a abril enquanto o estio vai de maio a setembro, sendo que nas secas costuma haver diminuição das produções de milho e feijão.

Sua estrutura fundiária é bastante pulverizada, com uma dominância evidente dos pequenos e médios estabelecimentos que correspondem a 96% das unidades produtivas e ocupam 75% da área total em poder dos estabelecimentos rurais da mancha econômica.

Este tipo de unidade produtiva divide sua atividade entre o café e as culturas anuais de subsistência a este associadas (milho, feijão e arroz), cultivando com menor frequência a banana e a mandioca, além da ocupação na pecuária de subsistência. Os maiores estabelecimentos se organizam em torno do cultivo de café e da atividade pecuária, sendo que sua expressão econômica é bastante reduzida na área, o que pode ser comprovado pelos indicadores relacionados no quadro a seguir:

INDICADORES	ESTABELECIMENTOS					
	< 100ha		> 100ha		TOTAL	
	VALORES ABSOL.	%	VALORES ABSOL.	%	VALORES ABSOL.	%
Área de lavouras permanentes (ha)	12.719	83,80	2.549	16,20	15.268	100,00
Área de lavouras temporárias (ha)	2.268	82,13	493	17,87	2.761	100,00
Pessoal Ocupado	6.584	87,93	904	12,07	7.488	100,00
Efetivo bovino	5.450	65,60	2.858	34,40	8.308	100,00

FONTE: Folha de coleta do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE.

No que se refere às relações de trabalho, verifica-se uma dominância da mão-de-obra familiar e da parceria nos estabelecimentos menores que 100ha. A partir dos estabelecimentos maiores que 50ha a combinação entre a mão-de-obra familiar de proprietários e de meeiros passa a apresentar uma predominância numérica dos últimos.

Nos estabelecimentos maiores que 100ha, embora a parceria se apresente como principal forma de mobilização de mão-de-obra residente, registra-se um aumento do trabalho temporário, principalmente no que se refere ao trabalho compulsório de meeiros na lavoura "tocada" pelo proprietário, segundo a condição de diaristas.

A utilização do assalariamento temporário tem sua fase de pico na época da colheita de café, quando este tipo de força de trabalho passa a ser expressivo até mesmo nos estabelecimentos menores que 100ha. Nessa época, um forte contingente de trabalhadores provenientes de Minas Gerais é incorporado à força de trabalho local que se encontra disponível na sede do município de São Gabriel da Palha e nos aglomerados de Vila Valério e Fartura.

Neste complexo é bastante difundido o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, principalmente na cultura do café, onde se destaca uma razoável utilização de herbicidas. De acordo com o supervisor do escritório local da EMATER, 80% da produção de milho e feijão, na área, conta com o uso de fertilizantes.

A comercialização do café é feita pela cooperativa local (COABRIEL) ou através de intermediação. A intermediação se dá através de comerciantes locais que fazem a ligação entre os produtores, os compradores regionais e os exportadores. É importante destacar que os comerciantes locais representam uma parcela dos maiores produtores agrícolas de São Gabriel da Palha.

O gado de corte tem sua comercialização feita entre o produtor e o frigorífico FRISA, ou através de intermediários. Quanto ao leite, sua produção é escoada através das cooperativas de Colatina e Nova Venécia.

Tendo em vista que as culturas do milho, feijão e mandioca são atividades de subsistência, apenas o excedente do consumo familiar ou animal é liberado para o mercado. A comercialização do feijão é feita, tanto pela cooperativa quanto por comerciantes locais que o revendem para atacadistas maiores ou para os agentes da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), através da política de Preços Mínimos. No caso das operações de venda de milho, arroz e banana, observa-se que estas são realizadas entre os produtores e comerciantes locais que se ligam a atacadistas. A venda de mandioca é feita diretamente para uma farinheira que se localiza em Vila Valério, caracterizando-se, portanto, pela falta de intermediação.



#### 4.2. COMPLEXO CAFÉ/PECUÁRIA

A mancha café-pecuária encontra-se na parte centro-sul da Região-Programa III - Nova Venécia, ocupando áreas de Boa Esperança (centro-oeste), Ecoporanga (sul), Nova Venécia (quase totalidade), Barra de São Francisco (centro-sul) e São Gabriel da Palha (área central de norte a sul). Esta mancha ocupa cerca de 21,7% da área total da Região, o que corresponde a aproximadamente 214.627ha, sendo a segunda maior em termos de área ocupada, só sendo superada pela mancha pecuária. Limita-se ao norte com a mancha pecuária (da mesma Região-Programa); ao sul com a Região-Programa II - Colatina; a leste com a Região-Programa IV - Linhares; a oeste com Minas Gerais; a noroeste com a mancha Café I; a sudoeste com a Café II; a sudeste com a Café III e a nordeste com a Pecuária/Mandioca. De acordo com estudos desenvolvidos até então, sobre a dinâmica da produção e sua espacialização nas diferentes Regiões-Programa do Espírito Santo, pode-se afirmar que certamente num estudo do estado, a nível global, esta mancha terá como áreas contíguas a ela as manchas café/pecuária da Região-Programa II - Colatina e da Região-Programa IV - Linhares que, em linhas gerais, apresentam características semelhantes.

A região que pode ser caracterizada como *zona de transição*, mantendo estreita ligação com o comércio de café e do produto da pecuária de corte, atuantes nas regiões circunvizinhas. Esta mancha configura na sua dinâmica interna um *complexo combinado Café/Pecuária*, combinação esta dada ora pela estrutura fundiária, ora pela renda gerada por estes produtos. Do ponto de vista da estrutura fundiária, pode-se comumente observar que a pecuária tem sua maior expressão nos maiores estabelecimentos, como atividade empresarial, sendo que quando presente nas menores propriedades, é tida como atividade de complementação da renda familiar, de subsistência. Por outro lado, o café se encontra em todos os estratos de área, mas é atividade principal nos pequenos e médios estabelecimentos. Em relação à renda gerada, ambas atividades contribuem com parcela equivalente da mesma, sendo que em linhas gerais, são cultivadas em todos os tamanhos de propriedade; o café assume maior importância na renda das pequenas e médias propriedades e a pecuária, sobretudo

a de corte, é importante geradora de renda nos grandes estabelecimentos.

As atividades que caracterizam esta mancha foram introduzidas de forma bastante diferenciada, fato que pode ser entendido, uma vez que depara-se com uma região bastante vasta e de colonização diversificada. Grande parte do café desta mancha foi introduzido por pomeranos que ocupam a área há bastante tempo e têm na cafeicultura uma atividade tradicional. Há também o caso de café e pecuária introduzidos em áreas onde se encontravam vastas florestas, processo provocado pelo surto madeireiro que sofreu o Norte, grande responsável pelo seu desmatamento.

Antes de 1960 o café mantinha a primazia da exploração agrícola. Foi o movimento ocasionado pelo incremento de políticas agrícolas naquela década que determinou a configuração atual desta mancha. A política estatal que mais atingiu esta região foi a erradicação dos cafezais que no período 60-70, provocou o êxodo rural em grande escala e substituiu em grande parte as áreas cafeicultoras por extensas pastagens a serem ocupadas majoritariamente pelo gado de corte, significando, com isto, grande concentração da terra e conseqüente queda do número total de pequenos estabelecimentos.

O programa de Revigoração e Replântio dos Cafezais, impulsionado na primeira metade da década de 70, foi o responsável pela reintrodução do café Arábica e pelo incentivo ao plantio do café Conillon, variedade expressiva neste subespaço. Vale ressaltar, contudo, que a reintrodução do café se deu sob a orientação do IBC, firmando novas bases técnicas para o plantio e tratamentos culturais; por todo este conjunto de exigências, de normas e de incentivos creditícios, veio a determinar uma nova dinâmica na forma de produção, nas relações de trabalho e de produção, totalmente adversas às aquelas que se encontravam antes da erradicação, ainda sob o regime de colonato na sua grande parte.

Neste subespaço, além do café e da pecuária de corte, ocorrem outros tipos de cultura menos importantes do ponto de vista da renda gerada para a região, mas bastante importante para a sustentação da força de tra

balho no meio rural. Vale destacar a presença do milho e do feijão, intercalados ao café, do arroz nas várzeas úmidas, sendo que todos (além da mandioca) desempenham importante papel na subsistência do pequeno proprietário e do parceiro, sendo a comercialização do excedente uma forma de complementar a renda desta faixa de produtores. Além dessas culturas, ocorre também a banana em pequena área de 15 a 20ha, explorada de forma empresarial; a pimenta-do-reino também em cultivo empresarial e, nas áreas a nordeste da mancha, em Boa Esperança, a potencialidade expressiva para o cultivo da cana, visto que há projetos de implantação de uma usina de álcool na região.

A mancha café/pecuária situa-se em terrenos planos na sua quase totalidade, sendo que pontos com declive acentuado podem ser vistos em áreas dos municípios de Barra de São Francisco e de Nova Venécia. Esta configuração do relevo faz com que esta região não se depare com problemas críticos relacionados à erosão, sendo que só ocorre a do tipo laminar, de fácil controle.

No que tange, à distribuição da posse da terra, esta é uma região que já expressa uma concentração fundiária a favor dos maiores estabelecimentos, ou seja, embora as propriedades menores de 100ha representem 85% do número total, acabam ocupando apenas 40% da área regional, sendo que esta situação ainda é mais agravante nas áreas desta mancha que se estendem pelos municípios de Boa Esperança e de Ecoporanga. No entanto, as propriedades efetivamente responsáveis pelo cultivo de lavouras permanentes (café, na maioria) e de lavouras temporárias são as menores de 100ha, contribuindo com 68 e 65% da produção dessas lavouras, respectivamente. Já em termos de exploração pecuarista, os estabelecimentos maiores de 100ha respondem por 66% da produção regional. Em suma, claro está que os menores estabelecimentos são os responsáveis diretos pela produção agrícola e os maiores, os grandes explorados de terra em larga escala, utilizando-se, para tanto, da bovinocultura.

Vale ressaltar que são as propriedades menores de 100ha as grandes responsáveis pela ocupação de mão-de-obra, absorvendo 80% do total do pessoal ocupado nesta mancha que, de forma geral, são as mãos-de-obra da família do proprietário e do parceiro e, em menor escala, a força de trabalho do assalariado temporário. Nas propriedades maiores de 100ha ainda se encontra a utilização da mão-de-obra familiar e da parceria, embora já aparecendo com maior expressão as formas assalariadas permanentes e temporárias, sendo que o assalariado permanente emprega-se com maior frequência no manejo do rebanho. Apesar de se constatar que a maior parte da força de trabalho encontra-se imobilizada no interior das propriedades, há que se considerar que sobretudo para o café, na época de colheita, há um carreamento de pessoal das sedes dos municípios, dos distritos, das cidades circunvizinhas à região, da Bahia, de Minas Gerais e até a mão-de-obra da família dos pequenos proprietários e parceiros que se assalariam como diaristas, percebendo uma remuneração equivalente aos sacos colhidos de café por dia.

A produção agropecuária da região ainda não demonstra grau avançado de tecnificação, pelo menos que se sobressaia no contexto regional ou estadual. Insumos mais modernos são utilizados no café, ainda que restritos às orientações do IBC. Observa-se o uso generalizado de tratores, sendo que cerca de 45% das máquinas localizadas nesta mancha são utilizadas por estabelecimentos de até 50ha, o que tem a ver com a pouca declividade destas terras. Destaca-se também o uso intensivo de sementes selecionadas para o cultivo de feijão.

A realização da produção encontra aspectos diferenciados para cada tipo de produto. O café tem na sua comercialização os mesmos aspectos que se visualiza no estado como um todo, ou seja, a figura do intermediário adquirindo a produção e revendendo-a para os exportadores de Colatina e de Vitória; no entanto, ocorre nesta região a pequena participação da COABRIEL tentando romper esta barreira e se transformando na centralizadora da produção, ainda que em pequena escala.

A carne bovina é comercializada por vários frigoríficos, tais como: FRISA, FRINORTE, FRIMACAL, PALOMA, FRINCASA e ainda pela COOPNORTE, sendo que nos menores estabelecimentos aparece a figura do intermediário que compra a produção para revender aos mesmos frigoríficos.

O leite, embora como subproduto da pecuária de corte, é comercializado diretamente pelo produtor com cooperativas mais próximas, como: COOPNORTE, Cooperativa de Minas Gerais, CLCL e SPAM.

O milho é comercializado pelos produtores com a Cooperativa de Santa Maria de Jetibá e com a COOPNORTE, sendo que também ocorre o intermediário que comercializa a produção na região da Grande Vitória.

O feijão é vendido pelo produtor aos comerciantes locais ou às cooperativas que, de maneira geral, comercializam a produção com a CFP.

O arroz é comercializado diretamente com a Bahia, caso de Barra de São Francisco, ainda no mercado local, através de intermediários locais.

A mandioca é vendida diretamente às farinheiras.

A carne suína é vendida à COOPNORTE pelos produtores.

A banana, comercializada via intermediários, destina-se ao consumo local ou é vendida em Iconha.

A intervenção estatal na região se restringe a programas creditícios para financiamento da produção ou da comercialização, ou ainda a programas especiais.

No que se refere ao financiamento à produção, atua o IBC financiando custo para o café e a COOPBARRA repassando financiamentos obtidos junto ao BANESTES aos seus associados. O financiamento à realização da produção beneficia em grande parte os intermediários, visto que atinge produtos que comumente são comercializados por eles. Caso do café, via EGF,

e do feijão, adquirindo, via AGF, pela CIBRAZEM, com financiamento do Banco do Brasil e do BANESTES. Foram beneficiados também com o preço mínimo o milho e o feijão.

Na região, a aplicação de programas especiais são o PROVÁRZEAS, incentivo à implantação de biodigestores, à piscicultura e à mandiocultura.

## 4.3. COMPLEXO-PECUÁRIA

### 4.3.1. INTRODUÇÃO

O complexo-pecuária estende-se por uma área aproximada de 367.738ha<sup>1</sup>, equivalente a 37% da área total apropriada pela Região-Programa de Nova Venécia. Abrange os municípios de Ecoporanga, Mucurici, Montanha e Pinheiros\*, sendo que dos três primeiros a quase totalidade de suas áreas e do último, aproximadamente a metade do seu território na porção centro-oeste. É o complexo de maior área contígua da Região, secundado pelo pecuária-café.

Situa-se no extremo-norte da Região, trazendo em sua porção nordeste dois bolsões, café e cana.

Além da pecuária, outras culturas se desenvolvem em seu interior: café, milho, feijão, arroz, mandioca e banana. Esta última tende ao desaparecimento em Mucurici, enquanto ainda embrionária, de implantação recente, em Montanha. Outras atividades agrícolas menos importantes são: pequeno bolsão de mamão e suinocultura em Pinheiros e uma heveicultura potencial em Montanha.

O complexo-pecuária da Região de Nova Venécia caracteriza-se como um *complexo combinado*, tendo na bovinocultura de corte a atividade que se faz praticamente onipresente no seu espaço geo-econômico, constituindo-se também no carro-chefe que determina as principais e mais importantes relações sociais de produção que se desenvolvem no seu interior.

---

<sup>1</sup>Conforme planimetração do IJSN.

\*Nova Venécia participa do complexo com uma área extremamente diminuta. Por isso não é importante para as análises mais gerais.

A pecuária extensiva é, por excelência, uma atividade excludente, no sentido de competir com outras atividades agrícolas que se reproduzem num espaço comum, tendendo a expulsá-las, "empurrando-as" para novos espaços ainda não utilizados. Mesmo sendo possível a pecuária se combinar a outras culturas num mesmo espaço geo-econômico<sup>2</sup>, não é o caso deste complexo ora estudado, em que a pecuária se sobressai como a atividade mais importante, quer seja do ponto de vista da renda gerada, como da área ocupada. Com isso não se quer afirmar que no referido espaço não haja formas de combinação entre culturas e/ou atividades distintas; pelo contrário, elas existem, como será devidamente explicitado adiante. Quer se fixar com a afirmação apenas o seguinte: abstraindo as outras formas de combinação que se dão no interior do complexo, entende-se que a pecuária de corte homogeneiza as relações de produção na dinâmica geral de reprodução do mesmo. Em outras palavras, a existência da pecuária como atividade mais importante, *condiciona* fortemente a reprodução das outras atividades, quer na esfera da produção de mercadorias, como na da sua realização.

Condicionantes históricos, geográficos e de política econômica determinaram a expansão da pecuária na região, nos anos recentes. Os espaços cultiváveis que antes eram utilizados para o plantio de culturas tradicionais foram sendo cedidos à pecuária de corte nas décadas recentes, constituindo-se o atual quadro de distribuição espacial das culturas no interior do complexo.

A produção de leite se dá como complemento da atividade principal; trata-se de um subproduto da pecuária de corte.

Esta se desenvolve na forma *extensiva*, necessitando de grandes áreas de terra para a sua implantação e expansão, com baixo índice de utilização tecnológica. Mesmo havendo na região alguns bolsões de pecuária intensiva, sua presença pulverizada torna-se exceção e pouco expressiva no con

---

<sup>2</sup>Veja, p. ex., o complexo-pecuária/café.



junto das atividades agropecuárias existentes no complexo.

As demais culturas (mais importantes) que se medram no interior do complexo sob a hegemonia da pecuária, desempenham o papel de subsistência, em especial o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. A banana, devido sua constante valorização nos mercados urbanos, constitui-se uma típica cultura de estratégia empresarial, no sentido de reproduzir o capital investido no seu cultivo. Cabe observar que a mandioca também desempenha o papel inverso de reproduzir o capital, principalmente quando captura da pelo capital industrial<sup>3</sup>.

#### 4.3.2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O COMPLEXO

As condições de relevo do território abrangido pelo complexo propiciam uma ampla expansão da pecuária.

No geral, uma topografia plana domina aquelas paragens, tendo uma altitude crescente de leste para oeste. Cotas de 100m tendem para 400, 800m na zona fronteira com o estado de Minas Gerais. As áreas mais montanhosas localizam-se no município de Ecoporanga (tendo 61% de sua área com declividade mais acentuada), onde sobejam afloramentos rochosos do tipo "pães de açúcar". Pode-se afirmar que este é o único município montanhoso do complexo. Os vales — formando baixadões e várzes úmidas — são constantes neste espaço geográfico.

Do ponto de vista da fertilidade natural do solo, predominam no complexo o *latosol vermelho amarelo distrófico* e a *terra roxa estruturada similar eutrófica*. Os solos podem ser considerados de fertilidade média e levemente ácidos. Já ocorrem solos degradados, devido a práticas mal conduzidas de manejo de pastagem.

---

<sup>3</sup>Sobre este ponto, vide "complexo-pecuária/mandioca".

A maior parte da região possui um clima francamente tropical (quente com seca). No extremo-oeste (Ecoporanga) o clima é mesotérmico, com verão quente e seca notável. A duração do período seco é maior em Ecoporanga (4 - 5 meses). A temperatura (média de 21°C) aumenta na medida em que se caminha para leste. Com precipitação média anual em torno de 1.250mm, os municípios de Ecoporanga, Mucurici, Montanha e Pinheiros têm uma variação de 1.250 - 1.500mm, acentuando-se mais em Montanha.

Apesar de o complexo compreender, fundamentalmente, as bacias do Rio São Mateus e do Rio Itaúnas — sendo aquela a segunda em extensão no Estado —, possui deficiências hídricas, que se verificam principalmente no município de Ecoporanga.

Antes da década de 40, a região era coberta pelas ricas florestas ("Atlântica" e dos "Tabuleiros") tropicais. No pós-guerra deu-se início a uma devastação acentuada, tendo aquelas coberturas originais sido rapidamente destruídas; hoje as pastagens de gramíneas cobrem a maior parte da área estudada.

Do ponto de vista do *uso dos solos*, poucas áreas podem ser consideradas "boas"; estas restringem-se a porções do território de Pinheiros. Este último, juntamente com os municípios de Montanha e Mucurici, possuem as melhores áreas para a implantação de mecanização.

A estrutura fundiária do complexo é bastante homogênea, em termos de concentração nos estratos de maior área. Conforme mostra o Quadro 4.3.1, 70,7% dos estabelecimentos menores de 100ha se apropriam de apenas 11,8% da área total ocupada pelo complexo. Por outro lado, os 29,3% dos estabelecimentos maiores de 100ha se apropriam dos restantes 88,2% das terras ocupadas. O estrato dos estabelecimentos maiores de 500ha se apropriando de praticamente 66% das terras ocupadas pelo complexo mostra uma forte concentração fundiária do ponto de vista da área. Pelo lado do número de estabelecimentos, mais de 2/3 são pequenos e médios, com áreas significativamente pulverizadas.

## QUADRO 3.4.1

## QUADRO GERAL DE ESTRUTURA FUNDIÁRIA

## COMPLEXO-PECUÁRIA

## REGIÃO-PROGRAMA III - NOVA VENÉCIA

ESTRATOS (ha)	ÁREA OCUPADA (ha)	%	Nº ESTABELEC.	%
0 - 50	42.619,5	6,0	1.861	54,0
50 - 100	41.238,6	5,8	576	16,7
100 - 500	159.202,6	22,3	710	20,6
+ 500	470.597,7	65,9	298	8,7
TOTAL	713.658,5	100,0	3.445	100,0

Fonte: FIBGE, dados censitários, 1980.

O estudo do mapa do complexo, por setores censitários, localizando manchas segundo o número de estabelecimentos por estrato de área<sup>4</sup>, indica uma forte predominância do estrato 0-50ha no município de Ecoporanga, assim como outras manchas menos importantes, a oeste e nordeste, no estrato 100-500ha. Já no município de Mucurici predomina uma forte concentração fundiária de 100-500/500 + ha. Este último estrato se sobressai principalmente nas suas porções extremo-nordeste e extremo-sudoeste (zona fronteira com o município de Nova Venécia). Cabe ainda destacar uma faixa no centro-sul, de baixa concentração (0-50ha).

<sup>4</sup>Elaborado pelo IJSN, de acordo com os dados censitários da FIBGE, 1980.

Montanha sofre um corte, no sentido vertical, de uma mancha de concentração 100-500ha, ladeada a nordeste e a sudoeste por outras no estrato 0-50ha.

Tanto a área do município de Pinheiros — abrangida pelo complexo-pecuária na sua porção sudeste —, como o extremo-norte de Nova Venécia, têm sua caracterização no estrato 0-50ha.

A distribuição espacial dos estabelecimentos segundo o número, indicada pelo mapa, faz com que se conclua a convivência de estratos menos concentrados, de pequenos estabelecimentos (0-50ha), com os médios e grandes (+ 100ha). Entretanto, a existência de importantes bolsões de maior concentração aponta para o verdadeiro quadro fundiário do complexo, indubitavelmente a região mais concentrada de todo o estado do Espírito Santo<sup>5</sup>.

O mapa de estrutura fundiária segundo a área apropriada, por setores censitários<sup>6</sup>, evidencia a concentração fundiária da região. Praticamente domina a maior parte da área apropriada pelo complexo o estrato 500ha e mais. Sobressaem-se alguns bolsões no estrato 100-500ha: a extremo-oeste do complexo, no município de Ecoporanga; faixa central que corta o mesmo município no sentido centro-norte/sul (projetando-se na pequena porção extremo-norte de Nova Venécia); ao sul do município de Mucurici; na região central de Montanha (na zona-limite oeste com o bolsão — café); faixa que se apropria da quase totalidade da área de Pinheiros abrangida pelo complexo, nascendo a oeste (projeção de Mucurici) e se espraiando na direção sudeste.

---

<sup>5</sup>O mapa de distribuição espacial por número não permite visualizar claramente a concentração fundiária de uma dada região, a não ser em áreas-limite como a estudada. O mapa de distribuição por área, é o que dá lugar a um diagnóstico mais seguro, conforme será mostrado adiante.

<sup>6</sup>IJSN, cf. dados censitários da FIBGE, 1980.

Atentando-se à configuração espacial engendrada pelo conjunto de bolsões descritos anteriormente, denota-se uma nítida faixa de menor concentração, cujo desenho se localiza ao sul do complexo, próximo aos limites com Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança e parte centro-leste de Pinheiros. Demonstra duas importantes *zonas de transição*: a presença do café ao sul e da mandioca a leste<sup>7</sup>.

Apesar dessas zonas de transição apresentarem uma concentração fundiária menor, é importante salientar que o estrato 100-500ha é ainda significativamente concentrado, considerando a realidade fundiária do Estado como um todo.

As relações de trabalho fundamentais presentes no complexo, são: a mão-de-obra familiar, o assalariamento permanente e o assalariamento temporário<sup>8</sup>; este último, menos importante.

No geral, pode-se afirmar que a MOF tem um importante papel nos micro e pequenos estabelecimentos (menores de 50ha), em que o proprietário e os membros não remunerados da família levam adiante suas atividades produtivas. Isto vale para a pecuária, para o café e, em menor grau, para as lavouras temporárias.

Das mais importantes, o AP é a relação de trabalho fundamental. Nela centra-se o modo geral de se produzir a mercadoria gado-para-o-corte na região. Presente em menor escala nos pequenos estabelecimentos, cresce de importância na medida em que os estratos evoluem de 50 para mais hectares. Expresse-se no popular *vaqueiro*, responsável pelo tangimento de dezenas, centenas de rezes.

---

<sup>7</sup>Complexos café, pecuária-café e pecuária-mandioca, respectivamente. O detalhamento será dado na leitura de cada um.

<sup>8</sup>MOF, AP, AT, respectivamente. Cf. informações da EMATER.

O AT é mais utilizado nas tarefas esporádicas da pecuária (plantio e capina das pastagens, conserto de cerca, esgotamento de córregos, etc.), como em conjugação com a MOF na época de colheita das lavouras temporárias.

Observa-se ainda que:

- a) O fato de 92% do pessoal ocupado na agricultura (município de Mucurici) em 1975 pertencerem à categoria MOF/AP<sup>9</sup>, mostram claramente a fundamentalidade dessas relações;
- b) Nos estratos, ao evoluírem para além do patamar de 500ha, o AT cresce em importância, na sua conjugação com o AP.

O quadro a seguir indica a incidência de arrendamento e do fenômeno da ocupação nos quatro municípios mais representativos do complexo:

#### QUADRO 4.3.2

##### INCIDÊNCIA DE ARRENDAMENTO E OCUPAÇÃO

##### MUNICÍPIOS DE ECOPORANGA, MUCURICI, MONTANHA E PINHEIROS

(valores relativos - %)

MUNICÍPIO	ARRENDAMENTO	OCUPAÇÃO
Ecoporanga	2,13	8,93
Mucurici	0,97	0,24
Montanha	1,55	7,57
Pinheiros	1,46	2,44
TOTAL	1,78	6,45

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

OBS.: Percentuais calculados sobre o total de estabelecimentos de cada município.

<sup>9</sup>Cf. FIBGE, *Censo Agropecuário*, 1975.

Vale ressaltar que ambos os fenômenos são praticamente inexpressivos na totalidade do complexo. O número de estabelecimentos com casos de ocupação é maior que o de arrendamento: respectivamente 214 e 59, sobre um total de 3.318 estabelecimentos. Os números mais expressivos de ocupação encontram-se nos municípios de Ecoporanga e Montanha, 159 e 39 casos sobre 1.779 e 515 estabelecimentos, respectivamente.

Segundo o relatório municipal de Montanha, os poucos casos de arrendamento no município são regidos por contratos de seis meses.

Não foi possível, junto aos escritórios locais da EMATER e às entidades representativas de cada município visitado, detectar as causas profundas e possíveis conseqüências desses fenômenos aqui descritos.

Mesmo considerando as claras especificidades do complexo em relação às demais Regiões-Programa do Espírito Santo, os dados censitários da FIBGE (1980) atestam que, do ponto de vista das "condições do produtor", prevalece neste espaço a condição de *proprietário individual*.

O entendimento, portanto, da dinâmica geral do complexo, no que diz respeito à estrutura agrária, passa pela forte concentração fundiária da região que gerou as condições necessárias à expansão da pecuária extensiva, centrada fundamentalmente na articulação AP/AT.

No que concerne aos aspectos demográficos, na década de 1970 – 1980 houve uma violenta expulsão populacional nos municípios mais representativos do complexo (Ecoporanga, Mucurici, Montanha e Pinheiros). Considerando-se a relação entre a população esperada para 1980 e a efetivamente recenseada, todos os municípios viram seus contingentes praticamente reduzidos à metade, à exceção de Montanha que se estabilizou no período (ganho de apenas 2%). Os três municípios esvaziados perderam um total de aproximadamente 61.900 habitantes<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Cf. dados censitários da FIBGE, 1980. Para maior detalhamento, vide subitem "Mercado de Trabalho".

Portanto, o êxodo rural nos limites do complexo constituiu-se num fenômeno claro e marcante na década passada. A observação do mapa de densidade demográfica<sup>11</sup> atesta a homogeneização de um imenso vazio demográfico entrecortado por pequenas manchas com uma taxa imediatamente superior de concentração populacional. Praticamente a totalidade territorial do complexo apresenta o limite inferior de 0-9 hab./100ha; ou seja, no máximo, 1 habitante para 11,1 hectares.

Os municípios de Mucurici e Montanha sobressaem-se neste aspecto.

Comparando-se sua realidade demográfica com a da Região-Programa III como um todo, pode-se concluir que o complexo-pecuária possui o maior vazio demográfico, do ponto de vista de área contínua.

Esse vazio, causado pela expansão da pecuária extensiva sobre áreas de forte concentração fundiária, determina um mercado de trabalho pouco desenvolvido em toda a região. Apesar de se utilizar pouco volume de mão-de-obra (ECO), ainda existe escassez da mesma (MON)<sup>12</sup>. Mesmo diante deste problema que pode comprometer o futuro da região, não existe nenhuma estratégia de retenção da força de trabalho, devidamente planejada (ECO). Deduz-se, portanto, que o mercado de trabalho da região é bastante incipiente, não tendo uma lógica própria de organização. A partir do relatório municipal de Montanha, é de se supor que, para toda a região, a população residente nas sedes municipais e distritais deslocam-se, na época das colheitas do milho, feijão e café, prestando serviços aos médios e grandes proprietários. Os deslocamentos para serviços esporádicos na pecuária são comuns, assim como um contingente de bôias-frias é requisitado pelos proprietários de farinheiras, quando da colheita da mandioca.

---

<sup>11</sup>IJSN, elaborado a partir dos dados censitários da FIBGE, 1980.

<sup>12</sup>Para ilustrar, houve uma redução de 46% dos trabalhadores na agricultura, em Mucurici; isto na década 70-80.



Além da significativa expansão da pecuária extensiva na década de 70, supõe-se que também a desativação de indústrias madeireiras (principalmente em Pinheiros) tenha se constituído numa causa importante do acentuado êxodo rural que se verificou na região.

O quadro a seguir indica as condições gerais da região, no que diz respeito à utilização de mecanização nas atividades agrícolas:

#### QUADRO 4.3.3.

##### DENSIDADE DE TRATORES POR ESTABELECIMENTO - COMPLEXO-PECUÁRIA

ESTRATOS (ha)	DENSIDADE
0 - 50	0,017
50 - 100	0,016
100 - 500	0,177
+ 500	0,785
TOTAL	0,116

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

Trata-se de um baixíssimo índice de mecanização para o complexo como um todo, somente significativo nos estabelecimentos de 500ha e mais.

Possuindo um total de apenas 401 tratores, a relação ha/trator para o complexo é de 1.779,6!

Segundo as informações dos escritórios locais da EMATER, a utilização mais expressiva de tratores se dá nos estabelecimentos maiores de 100ha (MON); indicam também uma grande utilização em Pinheiros<sup>13</sup>. Isto se de

<sup>13</sup>Efetivamente os dados censitários da FIBGE (80) indicam para Pinheiros a menor relação ha/trator: 803,7. Ecoporanga, Mucurici e Montanha têm-na superior, na ordem de 253, 69 e 30%, respectivamente.

ve possivelmente a cultura da mandioca que, além de tratores, são utilizados também arados e mudas selecionadas.

O uso de fertilizantes se acentua mais no setor cafeeiro, além da adubação orgânica (ECO). Nas pastagens é intensa a aplicação de pesticidas (MUC), com pouca utilização de tratores e arados. Em Montanha existem algumas ocorrências pontilhadas de inseminação artificial. Segundo os técnicos da EMATER, não se conhece casos de criação de bovinos em regime de confinamento ou semi-confinamento.

Como ficou demonstrado no subitem "Condições Físicas e Naturais", o complexo-pecuária possui excelente formação topográfica, permitindo ampla utilização de mecanização, principalmente em sua porção centro-nordeste. Fugindo às condições físicas predominantes no Estado (Regiões-Programa de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Colatina), a hegemonia das áreas planas só não define um alto grau de mecanização na agricultura devido à predominância acentuada da pecuária extensiva para corte. Em verdade, possivelmente a relação relevo-mecanização sofre interferência da atividade agrícola (dominante).

Desvendar a essência das informações contidas nos relatórios municipais constitui uma tarefa difícil de ser realizada: a indicação de maior densidade de mecanização concentrada a leste não pode ser visualizada numericamente, a não ser o que se detectou anteriormente. Por outro lado, fica claro que uma pecuária extensiva, pesada, como é característica de toda a região, prescinde de um nível tecnológico mais significativo. Como as culturas complementares<sup>14</sup> não são tradicionalmente de aplicação intensiva de tecnologia, fica assim determinada toda uma potencialidade natural da região que acaba não encontrando eco, do ponto de vista de seu aproveitamento efetivo.

Os estabelecimentos menores de 100ha, apesar de representarem a maioria na região estudada (70,7%), são menos mecanizadas – no conjunto – que

---

<sup>14</sup>Isto é, ao nível da renda gerada para um grupo de produtores.

os maiores de 100ha (29,3%)<sup>15</sup>. Isto pode indicar que, para o universo dos estabelecimentos recenseados, o índice de mecanização cresce com a concentração fundiária, resultado de uma maior aplicação de capital, exatamente pelos proprietários que desenvolvem a estratégia de reprodução do mesmo. O que se supõe não invalida a hipótese de existirem médios e até mesmo pequenos estabelecimentos com alto índice de mecanização. É importante observar que não foi possível uma comprovação empírica do fenômeno, quando da realização da pesquisa de campo.

Resta lembrar que o uso de tecnologia moderna no campo, guarda uma importante relação com o acesso do proprietário aos mecanismos de crédito agrícola. No geral, os pequenos proprietários têm dificuldade de levantar crédito nas instituições financeiras devido, fundamentalmente, aos entraves burocráticos, além da exigência de bens e do próprio estabelecimento como garantia. A intermediação do capital financeiro visa, portanto, a reprodução dos maiores capitais; isto significa, em outras palavras, a sua concentração. Utilização de tecnologia e concentração de capitais são dois pólos de um movimento dialético que conduzem a um só fim: a garantia de reprodução das condições gerais do modo de se produzir mercadorias sob o capitalismo. Isto posto, fica claro que os grandes proprietários e/ou comerciantes tenderão a utilizar tecnologia intensiva, em detrimento dos pequenos proprietários (apesar das especificidades da região).

O baixo nível de tecnificação da região provavelmente determina menores índices de produtividade para as várias atividades agrícolas; isto num Estado de taxas extremamente reduzidas no contexto nacional<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>Cf. dados censitários da FIBGE, 1980. Os primeiros apresentam uma relação ha/trator de 2.045,3 enquanto os segundos, de 1.749,4.

<sup>16</sup>Não foi possível obter informações sobre produtividade, ao nível regional.

A caracterização geral da comercialização dos produtos agropecuários foi feita no subitem "Comercialização". Aqui pretende-se apenas reenfocar a carne bovina e o leite, principais produtos comercializados, advindos da pecuária.

Atuam na região os seguintes frigoríficos: FRISA, PALOMA, FRIMACAL (de Campos, RJ), FRIMUSA (de Teófilo Otoni, MG), FRINCASA e a COOPNORTE. Além desses, a carne bovina é comercializada também com o Nordeste (Estados da BA e SE). Existe uma pequena produção de carne de sol, que é comercializada basicamente no mercado interno.

De todos os agentes, o mais importante é o Frigorífico Rio Doce S/A, dispondo de vários representantes em localidades estratégicas da região.

Com relação ao leite, atuam na área do complexo as cooperativas: SPAM, CCPL e COOPNORTE. A primeira desempenha o papel mais importante, comercializando praticamente a totalidade da produção de Ecoporanga, dispondo de postos de coleta/resfriamento em Montanha (na sede e em Vinhático), além de estar presente em quatro dos cinco municípios que constituem a região (ECO, MUC, MON e PIN). Os relatórios municipais indicam que a COOPNORTE tem representatividade apenas em Nova Venécia.

Os frigoríficos constituem um verdadeiro oligopsônio na comercialização da carne bovina (abstraindo-se a interferência dos pequenos açougues que atuam normalmente nos limites das sedes municipais). A função dos representantes (mencionados anteriormente) é a de atuarem, mesmo nas localidades mais longínquas da região, garantindo os interesses do capital industrial no processo de circulação da mercadoria boi-em-pê<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup>Isto é, no que diz respeito a possíveis pressões para a redução do preço da compra. Não somente o FRISA possui seus representantes; no geral, todos os grandes frigoríficos.

Cabe destacar o papel do "invernista", intermediário que exerce sua atividade através da compra do gado magro, fazendo-o passar por um processo de engorda e depois revendendo-o, já com melhor peso, aos frigoríficos da região. As pastagens utilizadas pelos intermediários podem ser próprias e, em alguns casos, alugadas (à base de uma determinada quantia por cabeça/mês).

Além da comercialização do leite, as cooperativas transformam o excesso em derivados, comercializando seus estoques interna e externamente.

Os principais problemas para a comercialização são a *cota*, as estradas vicinais, o próprio mercado consumidor, entre outros. A cota, definida nacionalmente, vem prejudicar principalmente os pequenos produtores na época da estiagem. Tratando-se de um produto altamente perecível, o escoamento diário da produção leiteira depende de uma rede de estradas vicinais funcionando satisfatoriamente. Normalmente são grandes, em toda a Região, os problemas de conservação dessas estradas, trazendo sérios impecilhos ao processo de circulação da mercadoria. O próprio mercado consumidor, enfim, responde de forma instável aos movimentos de oferta, apesar de o preço do leite ser tabelado. O teto definido pela cota não permite, em boa parte do ano agrícola, que o produtor tenha uma remuneração condizente com seus custos de produção.

No que diz respeito à composição do quadro social, os pequenos e médios proprietários constituem a maioria nas cooperativas leiteiras. Entretanto, sua representação efetiva fica prejudicada pela ação dos grandes produtores que, na maior parte das vezes, tentam dirigir a instituição segundo seus interesses de classe. É importante salientar que o controle de uma cooperativa passa pela ação política concreta: política de organização dos interesses gerais de uma determinada categoria.

A evolução da política creditícia para o setor *pecuária de corte* na década de 70 mostra uma maior demanda de recursos para investimento no pe

período 1970-75, como resultado de uma evolução do preço do boi-em-pê<sup>18</sup>. Os dados do Banco Central, a seguir, indicam que até 1975 houve uma evolução da demanda por financiamento, sendo que de 1976 em diante inicia-se uma queda dos projetos financiados.

QUADRO 4.3.4  
PECUÁRIA DE CORTE, PROJETOS FINANCIADOS  
ESPÍRITO SANTO

ANO	Nº CONTRATOS	ÍNDICE
1970	1.363	100
1973	2.218	162,7
1975	1.937	142,1
1976	897	65,8

Fonte: BACEN, *in Crescimento da produção agropecuária...*, *op. cit.*

No período 1975-80 houve uma predominância do crédito para custeio, resultado da queda do preço do boi-em-pê. O quadro seguinte mostra que a partir de 1975 se acentua sua demanda:

QUADRO 4.3.5  
PECUÁRIA DE CORTE, CRÉDITO PARA CUSTEIO  
ESPÍRITO SANTO

ANO	Nº CONTRATOS	ÍNDICE
1970	301	100
1973	657	218,2
1975	3.146	104,5
1976	1.414	469,7

Fonte: BACEN, *in op. cit.*

<sup>18</sup>Cf. ICEPA, *Crescimento da produção agropecuária capixaba: 1970-80*. Vitória/1983, pp. 74-79. Os dados são válidos para o Estado como um todo.

O custeio funcionou como escape, no sentido de se garantir a retenção de matrizes e crias na expectativa de melhores preços.

No final da década, os recursos que antes eram invertidos na pecuária de corte, agora o são em vários outros produtos agrícolas, como cereais, hortigrangeiros e leite, devido a problemas de abastecimento.

Do ponto de vista de sua aplicação, em 1980, 39,2% do montante total foi aplicado no café; com relação à pecuária, passou de 50,4 para 25% no período 1970-80<sup>19</sup>. Os preços tiveram uma variação positiva nos períodos 1970-72/1972-74 (20%) e praticamente negativa nos restantes: 1975-77 (-20%); 1976-78 (+8%)<sup>20</sup>.

Estes dois fatores tiveram uma importantíssima influência no desempenho da pecuária de corte, pois houve um crescimento da produção na ordem de 77% nos triênios 1970-72, 1976-78; um arrefecimento no triênio 1978-80 de -17,3%; no período como um todo (1970-80), um crescimento de apenas 46%<sup>21</sup>.

A seguir, procurar-se-á apresentar um breve esboço da evolução da política agrícola para o setor no período 1970-80<sup>22</sup>. Durante o quinquênio 1970-75 uma série de incentivos governamentais foram dados ao setor, a nível do país, destacando-se o crédito rural, a assistência técnica e a defesa sanitária animal. Foram desenvolvidos os seguintes programas de crédito rural no período: BID 71/SF-BR; BID 256/SF-BR; BID 54/SF-BR; BID 206/SF-BR; BID 205/SF-BR (todos financiados pelo Banco Mundial); o PRODEPE e o PROPEC.

---

<sup>19</sup>Cf. *op. cit.*, p. 13.

<sup>20</sup>*Id.*, p. 79.

<sup>21</sup>*Id.*, *Ib.*, p. 74.

<sup>22</sup>Cf. *Crescimento da produção agropecuária...*, *op. cit.* e informações da EMATER.

Desses, os mais importantes foram:

a) *BID 205/SF-BR*

Montante total de US\$ 52 bilhões, iniciado em outubro de 1970, visava estimular a pecuária de corte no norte do Espírito Santo, através de crédito para investimento e capital de giro, atingindo 31 mil km<sup>2</sup>, ou seja, 67% de superfície estadual. Para que fosse beneficiado, o estabelecimento deveria ter uma área igual ou superior a 100ha e na pecuária um mínimo de 80% da renda do mesmo. Em 1973 o programa foi estendido a todo o território estadual com a incorporação de mais 10,5 mil km<sup>2</sup>. Apesar do seu peso, muitos pecuaristas acabam por desistir do programa, devido aos critérios utilizados para o ressarcimento do empréstimo contraído.

É importante observar que na época do BID-205 também estavam em vigência os programas *PRONAP* (Programa Nacional de Pastagens) e um *Programa Especial para Formação de Pastagens sob Técnicas Modernas*, além do *PDPL* (Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira), que inicialmente se desenvolvia no sul do Estado, depois se estendendo ao norte.

O BID-205 era administrado pelo *CONDEPE* (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), realizado através de seus escritórios regionais do ES e MG e assistido tecnicamente pela EMATER/ES-MG.

b) *PRODEP (Programa de Desenvolvimento da Pecuária)*

Surge em 1975, destinado à pecuária de corte, mista e leiteira, propiciando crédito para investimento e para formação de capital de giro, sendo "(...) bem mais flexível que o BID-205 e com taxa pré-fixada de correção monetária de 8%a.a"<sup>23</sup>. Devido a pressões, o Governo acaba por garantir as novas condições de pagamentos aos mutuários do BID-205.

---

<sup>23</sup>Cf. *Crescimento da produção agropecuária...*, op. cit.



c) *PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária de Corte)*

Surge em janeiro de 1977, destinado também à pecuária de corte, mista e leiteira, propiciando crédito para investimento. Absorve os programas anteriores.

A atual crise da pecuária bovina, portanto, se deve basicamente:

- À escassez de recursos financeiros (investimento e custeio) e
- À forte retração da demanda pela carne e/ou produtos similares – resultado do momento conjuntural por que passa o país –, sendo substituída pela carne de aves, a um preço mais acessível<sup>24</sup>.

A demanda por carne bovina em todo o Espírito Santo foi, em janeiro de 1983, de 3.831 toneladas, sendo que 65% para o consumo interno, 29% exportada para o mercado nacional, 5% para o internacional e 1% estocada ou industrializada. A relação de preços carne/leite declinou no período de 1974-77 e aumentou no correspondente a 1978-80. Os índices da relação nos anos de 1973, 74, 77 e 78 foram de 9,9, 7,1 (-4,7) e 6,3/8,3, respectivamente<sup>25</sup>. Caso os índices tenham mantido um ritmo ascendente nos anos recentes, indicam uma recuperação da pecuária de corte frente a leiteira.

A presença incisiva do PROÁLCOOL na região (especialmente em Montanha) traz sérias conseqüências à expansão da pecuária. Neste município, a falta de aberturas ao nível do zoneamento (heveicultura; fruticultura - mamão; olericultura - tomate), faz com que a pecuária mantenha forte hegemonia sobre as culturas restantes.

---

<sup>24</sup>Cf. ICEPA, *Conjuntura agrícola Espírito Santo*, mar./83, p. 17.

<sup>25</sup>Cf. *Crescimento da produção agropecuária...*, op. cit., p. 112.

O número médio de bovinos por estabelecimento cresce na medida em que aumenta a área apropriada pelo estabelecimento, conforme indica o quadro seguinte.

QUADRO 4.3.6

DENSIDADE DE BOVINOS POR ESTABELECIMENTO  
COMPLEXO-PECUÁRIA

ESTRATO (ha)	DENSIDADE (Bov.)
0 - 50	16
50 - 100	59
100 - 500	186
+ 500	1.119
TOTAL	154

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

Considerando-se a área máxima apropriada pelo estabelecimento no estrato e a relação bovino/ha = 1<sup>26</sup>, ter-se-á que, na média:

- Os estabelecimentos do primeiro estrato ocuparão com pastagens 32% de sua área total;
- Os estabelecimentos do segundo estrato ocuparão com pastagens 59% de sua área total; e
- Os estabelecimentos do terceiro estrato ocuparão com pastagens 37% de sua área total.

<sup>26</sup>Não foi possível calcular a densidade real para o complexo.

Daí pode-se inferir que o pequeno proprietário poderá utilizar até 2/3 de área do seu estabelecimento para o desenvolvimento de outras culturas, afora o cultivo de gramíneas. Isto vem reforçar o papel da pecuária, quando ligada à pequena produção: atividade de subsistência direta ou com o fim de complementação da renda familiar.

Já nos médios estabelecimentos esta possível área máxima subiria para 60% da área total, indicando uma certa "especialização" do proprietário na atividade pecuarista. A queda, no estrato de 100-500ha, para 37% pode ser explicada pelo possível aumento das áreas não aproveitadas.

Portanto, o binômio "atividade empresarial x atividade ligada à pequena produção" está fortemente condicionado à estrutura fundiária. Quanto maior o estabelecimento, tanto mais empresarial será a pecuária desenvolvida em seus limites, embora isto não implique em manejo mais intensivo.

Os pequenos e médios estabelecimentos são responsáveis pelos maiores percentuais de área das demais culturas (conforme mostra o Quadro 4.3.7.). Ou seja, nos estabelecimentos menores de 100ha concentram-se 52% da área total de lavouras permanentes (prioritariamente o café) e 49,5% da área total de lavouras temporárias (fundamentalmente a mandioca).

#### QUADRO 3.4.7

##### ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS COMPLEXO-PECUÁRIA

ESTRATO (ha)	% ALP	% ALT
0 - 50	35,4	34,4
50 - 100	16,6	15,1
100 - 500	27,1	27,8
+ 500	21,0	22,7
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

Da relação área de lavouras permanentes - temporárias/nº de estabelecimentos por estrato, pode-se inferir que a mandiocultura é mais concentrada que a cafeicultura nos pequenos e médios estabelecimentos (conforme indica o Quadro 4.3.8).

QUADRO 4.3.8

DENSIDADES DE ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, POR ESTABELECIMENTO  
COMPLEXO-PECUÁRIA

ESTRATO (ha)	DENS. ALP (ha)	DENS. ALT (ha)
0 - 50	3,183	4,704
50 - 100	4,832	6,680
100 - 500	6,404	9,984
+ 500	11,774	19,383
TOTAL	4,866	7,393

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

Os percentuais da área média em relação à área máxima ocupada no estrato são maiores para os estabelecimentos menores (respectivamente 6,3, 4,8, 1,3; 9,4, 6,7 e 2%). A partir dos cálculos, pode-se inferir que as áreas daquelas culturas estejam mais concentradas nos estabelecimentos menores de 100ha. O quadro seguinte explicita da mesma forma o que se afirmava no parágrafo anterior.

QUADRO 4.3.9

DENSIDADE DE ÁREAS DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL OCUPADA NO ESTRATO COMPLEXO-PECUÁRIA

ESTRATO (ha)	DENS. ALP (ha)	DENS. ALT (ha)
0 - 50	0,139	0,205
50 - 100	0,067	0,093
100 - 500	0,029	0,045
+ 500	0,007	0,012
TOTAL	0,023	0,036

Fonte: Dados censitários da FIBGE, 1980.

Tanto nos pequenos quanto nos médios estabelecimentos, o café e a mandioca têm muito mais o papel de subsistência (reprodução da força de trabalho) que o de propriamente reproduzir o capital investido na cultura. Entende-se aqui por subsistência não somente a *direta* (humana e animal), mas, num sentido amplo, a proveniente da complementação da renda. Assinala-se, entretanto, dois pontos importantes:

- a) A afirmativa anterior não exclui a possibilidade de existência de pequenos e médios estabelecimentos com culturas tecnificadas, voltados prioritariamente à atividade de caráter empresarial. Entende-se que, no geral, isto não acontece.
- b) Dependendo dos movimentos do mercado, definidos pela conjuntura nacional, extra-região, portanto, algumas culturas (tipicamente o café e a mandioca) podem ser "capturadas" pelo grande capital local (personificado nos grandes proprietários da região), transformando-se em excelentes oportunidades de lucro. Do que foi possível apreender da leitura dos relatórios municipais, o café não parece ter essa tendência no curto e médio prazos, isto na área delimitada pelo complexo. Quanto à mandioca, em crise no ano de 1982 (em virtude da concorrên

Os aspectos sociais da região são muito mais amplos que os aqui apresentados. Apenas se tentou descrever, esquematicamente, o que se apreendeu da leitura dos relatórios municipais.

#### 4.3.3. ANÁLISE DO COMPLEXO

Como se explicitou anteriormente na "Introdução", este é um complexo combinado, tendendo mais para a exclusão do que propriamente para a combinação de culturas, tendo em vista as características de reprodução da pecuária extensiva.

Tal processo de exclusão se viabiliza através da homogeneização da pecuária via expansão das áreas de pastagens determinada por fatores exógenos e endógenos. Os primeiros, ligados a toda uma série de políticas governamentais de incentivo ao setor e estes últimos à manutenção e aquisição de novas áreas de terra como reserva de valor. A exclusão se dá, portanto, em decorrência da absoluta falta de diversificação agrícola na região.

As combinações de culturas existentes no interior de cada estabelecimento, antes de ameaçarem o processo mais global, cumprem exatamente o papel de reproduzi-lo. O café, tradicionalmente utilizado como estratégia empresarial (de reprodução do capital), é cultivado pelo pequeno proprietário com o fim de obter a base de sua renda monetária. O cultivo da mandioca juntamente com a produção pulverizada de alimentos (principalmente o arroz) cumprem o papel específico de reproduzir a força de trabalho. Isto, através da subsistência direta ou do complemento de renda. A expansão e/ou retração dessas culturas combinadas são definidas basicamente pelos movimentos de mercado, via preços. Portanto, o complexo mostra um quadro em que a pecuária se faz onipresente em sua área, tendo, no seu interior, os movimentos ininterruptos de expansão e retração das culturas combinadas.

cia da farinha paranaense), possivelmente tenha uma reação favorável, ao nível da demanda (preços), vindo a ter sua área de plantio expandida, em vista das recentes cheias ocorridas no Sul.

No aspecto mais geral, os problemas de saúde (higiene), educação e habitação geram conseqüências sociais mais graves. Por outro lado, a falta de infra-estrutura e organização para a comercialização dos produtos impede que os pequenos produtores tenham acesso a níveis mais elevados de rendimento (padrão de vida). A falta de eletrificação rural, além de impedir que os produtos tenham um maior preço relativo através do beneficiamento, também acaba bloqueando possíveis conquistas na área do lazer, indispensáveis para um melhor nível de saúde mental da população, além de contribuir para a manutenção de sua residência no meio rural.

Especificamente, a falta de garantia dos preços dos produtos agrícolas e o difícil acesso ao crédito bancário acabam afetando, drasticamente, os pequenos proprietários e parceiros. É importante salientar que esses últimos normalmente não têm repasse de recursos pelo proprietário da terra.

As condições sociais dos assalariados permanentes e temporários são absolutamente trágicas. Os primeiros, normalmente remunerados com um salário-mínimo regional, muitas vezes impedidos pelo proprietário da terra de desenvolver pequenas culturas para subsistência, apenas conseguem garantir condições *mínimas* de sobrevivência. Como sua jornada de trabalho é bastante longa e ininterrupta (normalmente o "vaqueiro" não dispõe de folga), esses assalariados, no geral, se vêem quase que totalmente privados do lazer.

Os assalariados temporários (mensalistas, diaristas, remunerados de acordo com a produção, etc.), além de perceberem baixíssima remuneração, vivem sem atividade por longos meses durante o ano, habitando moradias precárias nas periferias das sedes (municipais e distritais). As condições de transporte dos "bóias-frias" deixam muito a desejar, quer se tratando de segurança ou conforto.

O que se descreveu neste e no subitem anterior ("Condições Naturais") não deixa a menor margem de dúvida quanto ao fato de as condições físicas e naturais dominantes na área do complexo não se constituírem em bloqueio à expansão da pecuária. Apenas a porção oeste se torna exceção.

As plainuras praticamente onipresentes no território do complexo não constituem a única explicação para o avanço da pecuária. Outros fatores fizeram com que esta atividade tenha destaque na geração de renda: políticas governamentais de incentivo à pecuária na primeira metade da década de 1970-80, baixa fertilidade do solo, preço compensador da carne, entre outros.

Supõe-se também que esses mesmos condicionantes topográficos sirvam de base para a expansão do grande capital local no sentido de "capturar" os pequenos estabelecimentos à volta de seu *locus* de reprodução, na medida em que não dispõem de uma barreira natural como proteção.

Por outro lado, as condições gerais do solo (propensão à desertificação e à erodibilidade) fazem com que o pequeno estabelecimento seja apressado em sua baixa produtividade, assim como à falta de perspectivas (diversificação com novos plantios), cedendo espaço ao processo de espraio do grande e médio capitais.

A estrutura fundiária acaba por condicionar fortemente o desempenho econômico de cada atividade, no que tange ao valor da produção. Desta forma, a base fundiária concentrada acaba por definir níveis mais elevados de renda gerada, considerando-se o conjunto das atividades agrícolas presentes no complexo. Daí conclui-se que os capitais que se reproduzem sobre uma base fundiária mais concentrada subordinam os menores, sobre uma base mais pulverizada. Dã-se:

- a) *Via mercado de trabalho* - a insuficiente renda monetária propiciada pelo pequeno estabelecimento faz com que seus agentes, periodicamente, vendam a força de trabalho aos grandes proprietários (o fenômeno, embora sendo clássico na cafeicultura, é comum também na pecuária);



- b) *Via sistema de preços* - os preços dos produtos agropecuários - definidos exogenamente à região através dos movimentos de mercado ou de políticas de governo (políticas de preços mínimos) - são impingidos aos produtores, sendo que aos pequenos de forma implacável. A única forma de reagir à sua imposição é se tentar um rebaixamento dos custos de produção via aumento da produtividade da terra e do trabalho. Faz-se mister, portanto, o uso intensivo de tecnologia, além da redução do valor real dos salários pagos. O pequeno proprietário, com o seu minúsculo "capital"<sup>27</sup>, vendo-se impossibilitado de reagir aos ditames do preço, sucumbe, realizando sua produção com pequena margem de lucro. Os maiores capitais, ao contrário, põem em execução os mecanismos descritos anteriormente, além de, em muitos casos, se utilizarem da intermediação como fonte de lucros extras;
- c) *Via capital comercial* - normalmente os grandes proprietários, possuidores dos maiores capitais, personificam o capital comercial local. O *sobre-lucro* é auferido através do pagamento de preços defasados aos pequenos produtores, relativos ao real preço conseguido no mercado, no final do processo de intermediação. Cabe observar que no caso do complexo, o próprio capital industrial acaba por desempenhar este papel, oligopolizando a compra de matérias-primas (o caso do boi-em-pé e da mandioca);
- d) *Via crédito agrícola* - o acesso ao crédito é determinado pelo volume de capital acumulado pelo solicitante, além da propriedade de bens móveis e imóveis. É suficientemente sabido que normalmente os grandes proprietários têm fácil acesso ao crédito, em detrimento dos pequenos. Para acentuar ainda mais a subordinação desses últimos em relação àqueles, muitas vezes sua (a dos pequenos) única alternativa é

---

<sup>27</sup>A palavra *capital* é empregada aqui apenas com objetivo didático. É importante lembrar que, antes de tudo, a definição do conceito passa por determinadas relações sociais de produção num dado momento histórico.

a solicitação de crédito informal. Desta feita, os grandes proprietários acabam tendo na intermediação financeira — ou exigindo taxas diferenciadas de juros ou a promessa de futuras vendas da produção — uma excelente oportunidade de majorarem ainda mais seus já vultosos lucros.

O mercado de trabalho na região é definido essencialmente a partir da fundamentalidade do assalariamento permanente. Em outras palavras, a pecuária é pouco absorvedora de mão-de-obra, contribuindo para a existência de um mercado de trabalho bastante incipiente.

As esporádicas intervenções dos assalariados temporários na pecuária não chegam a constituir um movimento de força de trabalho ao longo do espaço geo-econômico, esboçando a existência de um mercado de trabalho perfeitamente delineado. Por outro lado, a cafeicultura que classicamente condiciona as dinâmicas populacionais no sentido de criar bolsões de reserva de mão-de-obra, a partir do que foi possível ser apreendido *in loco*, neste complexo ora estudado não desempenha este marcante papel. Pode-se explicar esta singularidade pela simples constatação de que o café, além de ser uma cultura inexpressiva, pulverizada nos pequenos estabelecimentos (reproduzindo a pequena produção), não foi capturado pela forma capitalista de produção ao longo dos anos recentes. Portanto, as pequenas concentrações de mão-de-obra nas sedes municipais e distritais não constituem um mercado de trabalho plenamente formado. Antes de mais nada estas populações buscam alternativas de sobrevivência; expulsas do campo, continuam, entretanto, encravadas nos pequenos núcleos; no limiar do urbano, presas ao seu passado rural.

No subitem anterior tentou-se argumentar que o processo de tecnificação na região, apesar de ser incentivado pelas condições naturais propícias assim como pelo uso de capital, é entretanto bloqueado pelas especificidades da pecuária extensiva. Trata-se de ressaltar apenas que este é mais um mecanismo utilizado pelo grande capital, no sentido de garantir suas condições de reprodução via aumento da produtividade da terra e do

trabalho, tendo como fim último a subordinação dos pequenos capitais que atuam no setor. Esta hipótese é válida para a pecuária e para a mandiocultura. Pode parecer contraditório, pois a atividade pecuarista, ao mesmo tempo que bloqueia a expansão da tecnificação, no geral, acaba por favorecer sua expansão (ainda que limitada) exatamente naquele bloco de capital de maior porte. *Esta é uma condição fundamental para o desen*volvimento do seu processo de centralização.

As características gerais do processo de intermediação da carne bovina guardam uma originalidade: a subordinação da produção se dá prioritariamente através do capital industrial, não do comercial. Os chamados "representantes" dos frigoríficos, ao bancarem eles mesmos a intermediação, evitam que o sobrelucro decorrente da mesma fuja de seu controle. Daí, o rebaixamento dos custos de produção dos derivados da carne passa a contar com mais essa estratégia de ação. É de se supor que a atividade dos chamados "invernistas" não venha a bloquear o processo descrito anteriormente. Pelo contrário: esses intermediários devem atuar nos espaços de mercado não atingidos pelos representantes. Desta forma, sua ação (a dos invernistas)<sup>28</sup> acaba por homogeneizar ainda mais o controle dos grandes capitais do setor.

Como o leite é um produto altamente perecível, o conjunto dos produtores é pressionado a participar da cooperativa. Somente ela dispõe dos meios de transporte suficientes para fazer circular diariamente a mercadoria. Caso este processo de circulação incessante não se realize no dia-a-dia, enormes excedentes **de** se perder ou serão transformados em deriva

---

<sup>28</sup>Através da compra de um lote de rezes magras, providenciando em seguí da seu engorde para a posterior venda ao frigorífico, o invernista aufere dois sobrelucros distintos: o primeiro, na compra dos animais (imposição de preço) e o outro na venda ao frigorífico, através do rebaixamento dos custos de engorda. Resumindo:  $\text{sobrelucro}_1 + \text{sobrelucro}_2 = \text{sobrelucro total}$ . É importante assinalar que a extração de mais-valia se dá no primeiro momento da intermediação e ao longo do processo de engorda.

dos, produzidos na forma artesanal. A *cota* constitui-se, na verdade, num sistema de coerção, originada e movida pela necessidade de um *preço de oligopsônio*. Este preço (que se rebaixa na medida em que o volume de produção leiteira aumenta) vem favorecer a existência de um *sobrelucro* auferido pelos capitais produtivos que tenham uma maior densidade tecnológica no processo produtivo sob seu comando<sup>29</sup>. Daí, uma maior intensificação na produção leiteira dos pequenos produtores faz com que haja um equilíbrio maior, no sentido de poderem ganhar espaço na competitividade com os maiores capitais do setor.

A pequena produção de mandioca encontra-se subordinada fundamentalmente ao capital industrial<sup>30</sup>. O capital comercial desempenha um papel pouco

---

<sup>29</sup>É importante observar que este rebaixamento do preço da matéria-prima favorecerá um sobrelucro, via redução de custos, no processo de industrialização do leite. Ou seja, no circuito industrial do processo. Através de um movimento em cadeia, os excedentes não utilizáveis nas pequenas cooperativas serão absorvidos pelos grandes conglomerados (ex.: CCPL), uma vez que aqueles são repassados a preços menores, contribuindo para o rebaixamento dos custos. Concluindo, supõe-se esta a lógica do processo: a) a cota, mero disfarce do preço de oligopsônio, pressiona para baixo o preço conseguido pelos produtores; b) com isso, as cooperativas menores auferem um sobrelucro correspondente ao diferencial de custos mais o excedente extraído no processo industrial; c) este sobrelucro é ampliado, quando os grandes conglomerados cooperativos capturam o excedente não utilizado pelas pequenas cooperativas a preços rebaixados, de acordo com processo semelhante ao descrito no item "b". Parece ser esta a lógica da reprodução ampliada do capital "leiteiro".

Uma outra maneira de as grandes cooperativas pressionarem para cima o lucro médio (sobrelucro) se dá através da *estocagem do leite*, na forma de leite em pó. Daí, em épocas de escassez, soltam no mercado o leite em pó a preços indexados. Outra estratégia é desenvolvida através da distribuição do produto (em pó) àqueles setores do mercado de difícil acesso — ou que não tenham suficiente produção leiteira —, com ampla participação do capital comercial local ou regional.

<sup>30</sup>Imaginar uma pequena farinheira — típica na região — comandada pelo capital industrial significa, no mínimo, *forçar* a extensão e complexidade de que o conceito envolve. Aqui aplica-se "capital" mais com objetivo didático, tentando-se facilitar o entendimento. A única característica mais clara dessas pequenas unidades produtivas quanto à forma capitalista de produção está no regime de assalariamento a que são submetidos os trabalhadores.

significativo em relação à cultura. Em determinadas situações ambos se mesclam, personificando-se na figura do comerciante local (ECO).

Cabe destacar três importantes aspectos, no que diz respeito à produção e intermediação do tubérculo:

- a) O preço pago ao produtor, inferior ao mínimo, constitui-se no fenômeno clássico de coerção (subordinação), com o fim do rebaixamento dos custos de produção, através do sobrelucro, ainda no esquema mercantil simples. Desta forma, o pequeno proprietário se encontra absolutamente desprotegido, pois ao produzir com o objetivo da subsistência indireta (complementação de rendimento), acaba não tendo alternativas concretas no sentido de resistir às pressões feitas pelos comerciantes. A sonegação do ICM (PIN) tem o mesmo fim de alargar as margens de lucro;
- b) Os movimentos ascendentes do preço da mandioca geram a "captura" da cultura pelos maiores capitais, determinando sua hegemonia no setor; tal estratégia é fundamental para o crescimento da taxa de lucro médio, além daqueles confinarem os pequenos proprietários no seu curto raio de manobra: produção na margem da subsistência;
- c) Não está suficientemente clara a relação dos capitais locais aplicados na mandioca com os de abrangência regional. É de se supor que os menores apenas explorem a força de trabalho e o mercado não atingidos pelos maiores. Além disso, a hegemonia exercida pelas farinheiras de porte regional, através da compra da produção das menores, indubitavelmente significa um processo de centralização de capitais. As maiores, tendo uma composição orgânica do capital mais elevada, assim como um maior custo de salários com os trabalhadores, preferem a compra da produção a preços rebaixados, obtendo lucro na intermediação.

Superpondo-se os dados de estrutura fundiária em termos de número e área, chega-se à delimitação de várias sub-regiões econômicas no interior do

complexo. A partir da ótica dos pequenos e médios estabelecimentos, utilizando-se da articulação pecuária/café/mandioca em pequena escala, pode-se desenvolver importantes políticas de apoio a este conjunto de produtores, na perspectiva da sua liberação do binômio pecuária/mandioca. Estas sub-regiões econômicas são importantes, porque guardam um movimento intrínseco próprio, independente das condições gerais impostas pela pecuária.

A atual escassez de crédito oficial direcionado à atividade pecuarista, pode relegá-la a um longo período de estagnação. Daí, seus efeitos ao nível do social se tornam muito mais danosos, pois a atividade passa a ser encarada, única e exclusivamente, como uma forma concreta de se manter o valor da terra sem sobrecarga tributária, com um mínimo de utilização de força de trabalho.

A forte hegemonia exercida pela pecuária, a falta de diversificação agrícola e o fato de o meio (físico e natural) já ser adverso, fazem com que as populações locais não tenham muitas perspectivas, no sentido do progresso social. Abandonadas à sua própria sorte, sobrevivendo numa região árida com inúmeros bolsões semi-desérticos, aquelas populações, na sua grande parte, situam-se apenas na margem do que se pode chamar "condições sócio-econômicas mínimas de existência".

A baixa produtividade da terra e do trabalho, a subordinação à renda da terra, a subordinação direta ao capital produtivo, aos capitais industrial e comercial, aos movimentos do mercado, ao crédito formal e informal, entre outros, fazem com que pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, assalariados permanentes, temporários e bôias-frias apenas subsistam nas piores condições, não se apropriando do real valor do seu trabalho.

Na medida em que não têm uma efetiva representatividade política no aparelho de Estado, este mesmo Estado não faz retornar a estas populações os recursos necessários ao seu progresso social; ou seja, o excedente

que lhes é expropriado no processo produtivo e de realização da produção não lhes retorna na forma de uso social.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que esta é a região mais problemática de todo o território estadual, quer ao nível das condições gerais da agricultura em si, como da realidade social que afeta suas populações.

Trata-se de uma área absolutamente vulnerável aos fatores climáticos, naturais e à forma concreta de se produzir mercadorias no setor agrícola. Tal vulnerabilidade expressa-se, cristalinamente, nas alarmantes dimensões do êxodo rural. As populações, desassistidas em todos os sentidos pelas políticas oficiais, acabam por abandonar seu meio na ilusão de encontrar fartura e abundância em outras paragens.

A questão, portanto, do incentivo à diversificação agrícola de acordo com as condições naturais da região, de um efetivo apoio — nas áreas de crédito e de infra-estrutura — aos pequenos produtores e de uma política social integrada que dê novas perspectivas de vida aos trabalhadores rurais em geral, é de fundamental importância, se se quer realmente vislumbrar algum futuro para esta porção do território do Espírito Santo.

fez presente; isso não se deu isoladamente, mas através da homogeneização de grandes áreas através da compra dos pequenos estabelecimentos.

A maior parte da mão-de-obra é empregada no cultivo da cana, sendo os b õ i a s - f r i a s largamente utilizados. Esses trabalhadores são provenientes da sede do município, de Vinhático e de Cristal, sendo recrutados através da FUNCRIIS, uma empresa criada pelos fornecedores de cana para este fim. Acredita-se ainda que uma parcela dos b õ i a s - f r i a s utilizados sejam a n t i g o s proprietários de pequenas áreas que foram incorporadas pelas grandes propriedades canavieiras e pecuaristas, levando-os ao assalariamento para garantir a sobrevivência.

Existem outras formas de relação de trabalho, porém menos usuais; são elas: a parceria e o assalariamento permanente, sendo a primeira utilizada nas pequenas plantações de feijão e mandioca (existentes nas grandes propriedades) e o último na pecuária (vaqueiro).

A cana é a mais mecanizada das culturas desenvolvidas na região, sendo a maior usuária de tratores. Utiliza-se intensamente de fertilizantes e defensivos, práticas incentivadas pelo PROÁLCOOL. As fases da cultura em que se utiliza mão-de-obra são a capina e o corte, devido ao fato de o uso de cortadeira provocar uma perda de 15% da produção.

A comercialização da cana é feita através da compra da produção pelas destilarias, mediante *Carta de Compromisso*. Esta *Carta*, fornecida ao agricultor pela destilaria, é um compromisso de compra de determinada quantidade do produto. Sabe-se no entanto, que em média as destilarias só adquirem dos produtores 50% da cana necessária para sua operação, sendo o restante plantado pela própria usina. A principal compradora da região é a CRIDASA, localizada em Conceição da Barra; ou seja, toda a produção existe em função do seu abastecimento e, em última instância, devido aos incentivos do PROÁLCOOL.

Quanto ao crédito, existe grande facilidade de obtenção; é concedido mediante a apresentação, pelo produtor, da *Carta de Compromisso*. Já para a pecuária, não tem havido qualquer liberação de crédito.



## BOLSÃO 1 - CANA

Localiza-se no interior do complexo-pecuária (a nordeste), no município de Montanha. Limita-se, à sua margem direita, com o complexo-pecuária-cana da Região-Programa IV - Linhares (município de Conceição da Barra). Acredita-se que num mapeamento a nível estadual, rompendo-se com as amarras de cada Região-Programa, este bolsão certamente será uma extensão do complexo-pecuária-cana da Região-Programa IV, uma vez que em linhas gerais apresentam características bastante semelhantes na dinâmica interna da produção.

Embora recente, o cultivo da cana quase se equipara ao da pecuária na geração de renda. É importante assinalar que a cana vem ocupar áreas dantes ocupados pela pecuária, impulsionada pelos incentivos do PROALCOOL, que se desenvolve nesta região de forma a criar condições para a expansão rápida dos canaviais.

É importante observar ainda a existência da rizicultura e da heveicultura como cultivos em potencial na região, além do feijão e da mandioca em pequenas plantações (nas grandes propriedades), em regime de parceria, contribuindo para a retenção da mão-de-obra, além de se constituir em complemento de renda.

Quanto às condições naturais, este bolsão se encontra em áreas bastante planas, com declividade inferior a 30% e altitudes que não ultrapassam a cota dos 200 metros, sendo o solo portador de fertilidade variável (baixa no sul), não havendo localização inadequada de cultura. Seu período de chuvas vai de setembro a dezembro e o estio principalmente de julho a agosto. A chuva prejudica a floração do feijão; a seca, as pastagens.

Sua estrutura fundiária é bastante concentrada. No passado era uma região de pecuária em grandes propriedades, onde a cana se instalou mais recentemente, dividindo essa primazia. Embora a cana tenha penetrado com maior intensidade nos grandes estabelecimentos, também nos pequenos se

## BOLSÃO 2 - CAFÉ

Localiza-se na parte central de Montanha, no complexo-pecuária.

A importância do café nesta mancha está na subsistência de grande parcela da população local (emprego de mão-de-obra). Convém ressaltar que esta cafeicultura se apresenta de forma bastante poltilhada. Foi inclusive implantado, recentemente, pelos técnicos da EMATER, um viveiro de mudas, em convênio com a prefeitura local.

Este bolsão apresenta uma superfície bastante plana com declividade inferior a 30% e altitudes que não ultrapassam a cota dos 200 metros. Seu solo é portador de boa fertilidade e o clima é tropical chuvoso, sendo seco no inverno. Seu período de chuvas vai de setembro a dezembro e a seca, de junho a agosto.

Do ponto de vista do número de estabelecimentos, predominam os estratos menores de 100ha, enquanto que em área ocupada predominam os estratos maiores de 100ha.

O café encontra-se predominantemente nos estabelecimentos maiores de 100ha, ocupando aproximadamente 70% de sua área.

Quanto às relações de trabalho, observa-se nos estabelecimentos acima de 100ha apenas a utilização da parceria e do assalariamento temporário, enquanto que nos menores de 100ha também se utiliza a mão-de-obra familiar.

O café desta região apresenta um baixo nível de utilização de tecnologia. Quanto ao uso de fertilizantes, apenas se fez presente nas pequenas propriedades, onde as culturas obtêm financiamento. Segundo o Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE (Dados Preliminares), os tratores concentram-se nas propriedades maiores de 100ha, exceto no setor censitário 18, onde aparecem, na maior parte, nos pequenos e médios estabelecimentos.

A comercialização do café é feita principalmente por um grande pecuarista local. Este comerciante, que possui infra-estrutura de beneficiamento

(mãquina volante, secador e selecionador), compra o café dos produtores locais enviando-o para Vitória. Sabe-se, no entanto, que este café tam bém é comercializado em Colatina e em São Gabriel da Palha.

Hã mais de um ano não existe liberaçãõ de crédito para o café.

#### 4.4. COMPLEXO PECUÁRIA/MANDIOCA

Para que se possa entender essa mancha econômica dentro das especificidades das culturas que aí se desenvolvem, é importante observar, em primeiro plano, que de acordo com a própria dinâmica estabelecida, a definição do complexo, no que tange às suas duas culturas principais - aqui entendidas como "carros-chefes" do complexo -, dar-se-á segundo a geração do valor, como também pelo importante aspecto social que desempenham.

Neste caso serão observadas com maior destaque as funções exercidas pela mandiocultura, enquanto principal responsável pelo equilíbrio da atual estrutura social e a atividade pecuarista, principal geradora de renda desta região, engendrando um *complexo combinado*.

Este complexo se estabelece em área que abrange partes dos municípios de Boa Esperança e Pinheiros. Representa aproximadamente 92.500ha, significando 9,3% do total da Região-Programa III.

A Região tem em Nova Venécia seu pólo centralizador, por isso denomina da Região-Programa de Nova Venécia, situando-se no Norte do Estado, possuindo em seu interior seis complexos, quais sejam: Cafê-I, Cafê-II, Cafê-III, Cafê/Pecuária, Pecuária e Pecuária/Mandioca. Este último, considerando somente a sua inserção na Região-Programa III, faz vizinhança, a oeste, com as manchas de Pecuária e Cafê/Pecuária.

O processo histórico de penetração destas culturas pode ser entendido da seguinte forma:

- Pecuária - na medida em que a devastação de florestas no sentido Sul-Norte do Estado ia se processando, as terras eram tomadas basicamente por pecuária de caráter extensivo, de fácil manejo, representando uma ocupação efetiva das terras que se descobriam através do simples e prejudicial ateamento de fogo às matas.

Para a concretização deste fenômeno, a mão-de-obra utilizada foi a nativa e a de locais próximos à região, além de trabalhadores do sul do estado da Bahia. Tal processo ocorreu em fins da década de 50 e início dos anos 60, quando esta região era toda coberta por florestas.

Junto a este processo de avanço da pecuária, seguiu-se a expansão da mandiocultura, a qual, devido sua fácil adaptação, desenvolvia-se nos solos mais arenosos e tinha as funções de subsistência para os trabalhadores e o suprimento do comércio local através do excedente, representando para os pequenos produtores um acréscimo de renda.

A partir deste processo de avanço e ocupação, estas duas culturas consolidaram seu papel enquanto elementos de fundamental importância para a atual estrutura sócio-econômica da região.

Neste contexto a pecuária mista gera a maior parte da renda que circula na região. Destaca-se também a pecuária de corte, que concentra parcela considerável do valor gerado. A atividade leiteira existe basicamente em função da dependência da bovinocultura de corte. Entretanto, as características da pecuária serão tratadas de forma superficial, a não ser quando apresentarem um papel de relevante importância, típico do complexo em questão. Isto, por existir neste volume um complexo específico de pecuária, tratando deste assunto com maior detalhamento. Desta forma, deter-se-á com maiores detalhes na mandiocultura.

Para efeito descritivo, serão relacionadas todas as culturas que possuem importância na mancha econômica, de acordo com a renda que elas propiciam.

A pecuária é realizada de forma extensiva, existindo uma frequência razoável de manejo de pastagens, além de controle e combate a doenças.

Se for considerada a sua inserção nos estabelecimentos segundo a geração de renda, observa-se uma pequena participação nos estratos até 50ha, elevando-se consideravelmente nos de 50 a 100, com forte predominância para os estabelecimentos maiores de 100ha.

A mandioca, após o período de instalação, deixa de ter o caráter único de subsistência e passa a servir a indústria farinheira, a qual é montada com base nesta produção. Ressalta-se ainda a sua função de subsistência para alguns pequenos produtores.

Os dados fornecidos pelo escritório regional da EMATER-Nova Venécia mostram que esta cultura está fortemente estabelecida nos estratos menores de 50ha, com menor participação nos de 50 e 150 e ainda mais fraca presença nos estabelecimentos maiores de 150ha.

Contrapondo-se parcialmente a estas informações, os dados do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE demonstraram uma maior participação das áreas de lavouras temporárias nos estabelecimentos maiores de 150ha, seguidos nos de 0-50 e por fim nos estratos de 50-150ha.

Os estabelecimentos maiores de 150ha são representados por pecuaristas tradicionais que passaram a cultivar a mandioca de 4 a 5 anos para cá. A alegação para tal atitude deu-se face à restrição do crédito e aos baixos preços de mercado para a pecuária. Assim, parte da área destinada anteriormente à bovinocultura, passou a ser ocupada com os cultivos de mandioca e, em função disto, criou-se infra-estrutura para produção e industrialização desta cultura.

Tal aspecto sugere que, devido à decrescente rentabilidade que a pecuária tem apresentado, a atividade industrial de transformação da mandioca tem atraído pecuaristas que prevêem lucros compensadores neste setor, além de lhes fornecer uma infra-estrutura necessária ao seu próprio plantio, barateando os custos de produção.

A renda gerada por esta cultura é maior nos estabelecimentos de 0 a 50, diminuindo nos de 50 a 100, e menor ainda nos de 100ha a mais.

Tais fatos mostram a importância da mandiocultura nos pequenos estabelecimentos (menores de 50ha), pois sua renda está basicamente centrada nesta atividade, conseguindo manter a estrutura dos pequenos produtores,

levando a crer que possíveis paralizações nesta atividade a curto prazo levaria a uma fácil e rápida expansão dos latifúndios.

O café tem se expandido, principalmente por encontrar boas condições de solo e clima, não atingindo, entretanto, áreas de mandioca ou pecuária, pois é cultivado em terrenos novos, tais como capoeiras e outras porções de terras inaproveitadas.

Tal avanço não apresenta perspectivas para o futuro, pois além da experiência dos produtores em relação a outras atividades mais tradicionais - o que lhes tira parte do incentivo para novas culturas - existe o impecilho do crédito, cuja atividade não está zoneada para esta região.

O feijão tem sido explorado com maior intensidade nos últimos 2 anos, devido ao preço de garantia da CFP (Comissão de Financiamento da Produção). O plantio é realizado, em sua maior parte, no regime de consórcio com a mandioca. Quanto ao milho, é cultivado para fins de subsistência.

No geral, os estabelecimentos de até 50ha têm grandes porções de área ocupadas com a pecuária, seguidas de perto pela mandioca. Os estratos de 50 a 100ha apresentam um pequeno distanciamento entre a pecuária que se expande e a mandioca que se retrai. Já nos estabelecimentos maiores de 100ha, a pecuária ocupa quase toda a área, enquanto a mandioca assume uma proporção insignificante. As outras culturas (milho, feijão e café) e áreas inaproveitáveis estão presentes em quase todos os estabelecimentos, ocupando pequenas porções dos mesmos.

As terras localizadas nesta mancha econômica apresentam topografia bastante plana. Os solos do município de Pinheiros possuem fertilidade que pode ser considerada de grau médio, constituindo-se de Latossol Vermelho Amarelo Distrófico, com algumas manchas de terra roxa de alta fertilidade. Já no município de Boa Esperança os solos têm baixa fertilidade.

O clima é quente, apresentando de um a dois meses de seca, com precipitação pluviométrica média de 1.100mm, sendo a maior ocorrência nos meses de outubro a janeiro.

A alocação da cultura segundo sua aptidão abrange somente a mandioca, que está localizada em sua maior parte nos solos arenosos.

Os dados secundários do Censo Agropecuário 1980-FIBGE relevam uma grande concentração na estrutura fundiária deste complexo, com os estabelecimentos maiores de 100ha detendo 78% de sua área total.

Em termos de número, os estabelecimentos concentram-se nos estratos menores de 100ha, participando com 72% do total da região.

A força de trabalho utilizada expressa-se através da mão-de-obra familiar (MOF), assalariamento permanente (AP), assalariamento temporário (AT) e parceria (PA). Nos estabelecimentos de até 50ha encontra-se basicamente a MOF e uma participação da PA em regime de meia. Já nos maiores de 50ha tem-se a PA, o AT e o AP.

A parceria existe enquanto estratégia de retenção da mão-de-obra que se destina, em primeiro plano, à pecuária; mas como esta atividade tem uma remuneração que está aquém das necessidades do trabalhador, este eleva sua renda exercendo trabalhos à meia em outros cultivos, principalmente nos de mandioca e feijão.

A área destinada a este regime de parceria é, em média, de 10ha, sendo repassada pelo proprietário, gradeada e arada, tornando-se trabalho do meeiro o de selecionar e preparar as ramas, plantar e cuidar da cultura (3 a 4 capinas), até o período de sua colheita, que varia de 14 a 16 meses. A colheita é totalmente promovida pelas indústrias farinheiras em processo que será descrito mais adiante.



A mandioca absorve intensamente mão-de-obra e, em menor escala, a pecuária. As outras culturas absorvem trabalhadores que se encontram disponíveis.

É importante ressaltar que essa mão-de-obra está concentrada basicamente na sede do município de **Pinheiros**, existindo duas ou três vilas que fornecem trabalhadores, mas com menor expressão.

Atualmente o mercado de trabalho na região encontra-se em posição de equilíbrio, o que significa uma certa estabilidade da oferta de mão-de-obra. Há uma certa alternância na utilização do trabalhador flutuante, que ora está no campo exercendo trabalhos agrícolas (quando estes apresentam remuneração mais atraente) e ora está nas indústrias farinhas. Desta forma existe atividade para todo o ano, mesmo que esta apresente uma sub-remuneração (Cr\$ 1.000,00/1.200,00/dia).

Segundo dados do ICEPA (*Conjuntura Agrícola do Espírito Santo - março/83*), ao nível do estado a mão-de-obra encontra-se cada vez mais escassa, dificultando as operações com a cultura. No mês em questão, um trabalhador braçal recebia por 8:00 horas de trabalho/dia, Cr\$ 800,00.

O nível de conhecimentos técnicos utilizados nas culturas tem variado de atividade para atividade, pois no caso da pecuária, volta-se a atenção para o gado bovino, enquanto atea-se fogo às pastagens (com freqüência), desgastando o solo e prejudicando a produtividade.

A mandioca emprega um nível razoável de técnicas, tais como espaçamento, preparo do solo, variedades de ciclo mais curto e diversificação das espécies utilizadas. Todas estas medidas provocam uma maior rentabilidade na produção. A principal praga desta cultura, a formiga saúva, tem sido controlada com o uso de inseticidas, não se observando incidência de mandarovã.

O feijão é geralmente consorciado com a mandioca, apresentando seleção de variedades, adubação periódica e espaçamento correto.

O café é a cultura que está utilizando maior quantidade de técnicas, tais como: espaçamento correto, variedade adaptável, bom nível de adubação e preparo correto de solo; falta a esta atividade uma melhoria de tipo.

A comercialização dos produtos é realizada da seguinte forma:

#### Pecuária

- Leite - em Pinheiros a captação se dá via SPAM (Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu) e em Boa Esperança através da CCPL (Central de Cooperativas Produtoras de Leite).
- Corte - a maior parte da produção é comercializada pelo FRISA (Frigorífico Rio Doce S.A.), com sede em Colatina, e o restante segue para outros matadouros localizados em Vitória e Vila Velha.

Mandioca - em relação a esta cultura, que é industrializada basicamente com vistas ao mercado nordestino, tem-se cerca de 32 farinheiras que se apoderam da produção sem ter uma área de atuação definida, mantendo estreitas ligações com os produtores. Estas ligações se dão via tradição de compra e venda entre um e outro, ou até mesmo por um possível, mas não confirmado, elo financeiro existente.

No processo de compra do produto *in natura*, a farinheira responsabiliza-se pela colheita, sendo esta a forma de atuação mais geral, incluindo aí todos os tipos de produtores existentes nesta mancha econômica.

O método de colheita é o seguinte: até abril de 1983, um agente da farinheira media uma porção de área denominada *tarefa* (4.400m<sup>2</sup>), estipulava o preço, afastando então o proprietário e passando a colher e a transportar sob custas da indústria. A partir desta data, a farinheira continuou se encarregando da colheita, mas compra por volume de raízes, acondicionadas em carrocerias (caminhão), eliminando assim possíveis riscos de uma produção menos compensadora.

Alguns produtores cogitaram a instalação de uma balança para a comercialização de mandioca, chegando-se até a instalar uma, mas o sistema não teve a procura necessária, principalmente pelas farinheiras, por alcançarem maiores lucros com o método atual.

De forma mais específica, existem casos de proprietários de terras que são donos de farinheiras. Nesta condição, cita-se uma família proprietária de 3 (três) indústrias que, em suas terras, produz quase toda a matéria-prima que utiliza, além de operar como intermediária, comprando o produto industrializado de outras farinheiras, repassando-o a outros mercados. Existe também um comprador de farinha de diversos produtores, que atua somente com estoque para revenda (tendo como destino o Nordeste).

A explicação para isto deve-se ao fato de as pequenas indústrias não terem capital de giro para promoverem o estoque da produção.

No estado, o preço médio pago ao produtor, por tonelada de raiz, no mês de março/83, foi de Cr\$ 6.120,00. No mercado atacadista, o preço da mandioca para mesa foi de Cr\$ 37,06 e no varejista atingiu Cr\$ 91,67 o quilo.

Os resultados econômicos desta cultura para plantio de 1ha em três diferentes níveis de produção - 13,18 e 25 toneladas -, mostram que as receitas variaram com os rendimentos, o mesmo ocorrendo com os custos operacionais, porém não ocorrendo com o lucro. O nível de produção, considerado médio, 18 toneladas por hectare, foi o que apresentou maior margem de lucro com 25,08%, com nível de produtividade baixa, de 17,79%; finalmente, o que apresentou a menor taxa de lucro foram as áreas consideradas de maior nível de tecnificação, com margem de 6,15%.

Da farinha produzida no Espírito Santo, 30% são para consumo interno, o que representa 1.550 ton./mês, e os restantes 70% são exportados para as cidades de Campos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, São Paulo, Itabuna, Ilhéus, Paulo Afonso e Sergipe (os dados a nível estadual foram retirados da *Conjuntura Agrícola* - ICEPA - março/83).

O feijão tem sido plantado basicamente para operações com a CFP (Comissão de Financiamento da Produção), tendo apresentado preços mínimos com pensadores, incentivando o aumento de produção.

Café - esta produção destina-se a Colatina e a São Gabriel da Palha.

Dos problemas para comercialização, enfrentados pelos produtores ou pelos farinheiros, destacam-se os seguintes:

- Ausência de preocupação ou falta de condição dos produtores de mandioca de plantarem variedades mais dirigidas para a produção de farinha;
- Alto preço da matéria-prima;
- Falta de capital de giro que permita as farinheiras promoverem a estocagem do produto, levando-as a produzir e a vender imediatamente para cobrirem despesas com matéria-prima e mão-de-obra.

Em relação à comercialização da mandioca, deve-se destacar que não se segue normas muito rígidas. Apenas as indústrias dão preferência aos produtos com dois ciclos vegetativos (18 a 24 meses), por conter maior teor de amido nas raízes (22 a 26%), enquanto que com um ciclo (12 meses), a raiz possui teor mais baixo de amido (14 a 18%), tendo menor rentabilidade na industrialização, fazendo com que as indústrias taxem um deságio compensatório.

A política agrícola não tem atingido nenhum objetivo, pois a fixação de preços mínimos para a mandioca e seus derivados se faz mais para servir de base à realização de operações bancárias, do que para atingir uma meta pré-fixada. Assim, as aplicações do AGF (Aquisição do Governo Federal) e do EGF (Empréstimo do Governo Federal) são pouco realizadas.

Os preços mínimos, fixados pela CFP, não foram satisfatórios segundo as necessidades dos produtores. Esta política não tem gerado interesse por parte dos produtores em expandirem suas áreas com a mandiocultura.

Assim é que, numa breve análise dos fatos já descritos até agora, as condições que determinaram o avanço das culturas nesta região econômica não obedeceram a uma série de fatores básicos, necessários a um bom aproveitamento do solo. Inseridos neste contexto, cita-se a derrubada indiscriminada de florestas, as queimadas de pastos e a falta de critérios técnicos que promoveram o empobrecimento gradativo desta área.

Além do que já foi explicitado, deve-se observar que a pecuária extensiva, fruto de uma grande concentração fundiária, foi a primeira atividade introduzida; as culturas que a seguiram exerceram inicialmente muito mais o papel de suporte básico para a realização daquela atividade do que uma expressão econômica em si mesma.

Nesta combinação, encontra-se a mandiocultura ou o feijão no processo de recuperação de solos depauperados pelas gramíneas, ou então como atividades que possam fornecer um complemento de renda aos trabalhadores da pecuária.

O que se desenvolveu até o momento fez com que outras atividades tivessem importância, destacando-se a mandioca, que é atualmente a principal geradora de emprego na região, além de alimentar o setor industrial de transformação dessa matéria-prima. Tal fato, aliado à rentabilidade que alguns pecuaristas têm obtido, determinou uma certa estabilidade à conjuntura sócio-econômica, servindo para deter o processo migratório existente até fins da década de 70.

## 5.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

A especificidade dos condicionamentos físicos e naturais da Região de Nova Venécia determina uma dualidade básica, através da qual se entende a distribuição espacial das culturas (complexos) no meio rural. As pastagens planas, de relevo homogêneo no extremo-norte, nordeste e centro, vindo se encontrar com as escarpas do noroeste e pequenas ondulações do sudoeste, constituem uma importante razão – mesmo não sendo a única – para a localização das duas culturas básicas da Região, o café e as pastagens de gramíneas. Fatores históricos e, fundamentalmente, de política agrícola determinaram o atual mosaico regional, no qual se inserem as várias atividades agropecuárias desenvolvidas neste macro-espço geoeconômico.

O café, sustentáculo econômico de inúmeras unidades produtivas que se reproduzem na Região, ora combinando-se com a pecuária, noutros espaços delimitando campos diferenciados de desenvolvimento (juntamente com outras culturas de menor expressão), faz parte de um conjunto maior, no que diz respeito aos seus rebatimentos no processo mais global de acumulação de capital no País.

A zona de transição que vai do extremo-sul até o limite dos complexos - café e café/pecuária com toda a porção norte (complexos - pecuária e pecuária/mandioca), constitui-se numa nítida projeção da pequena produção cafeeira de Colatina. A delimitação desses dois subespaços diferenciados muito tem a ver com as características gerais da Região, no que se refere à sua estrutura fundiária.

A possível dualidade pequena produção *versus* grande produção, cede lugar à produção centrada no pequeno estabelecimento em contrapartida à produção centrada no grande estabelecimento; ambas tendo como substrato bási

co as condições gerais definidas pela estrutura fundiária.

Nem sempre a área total do estabelecimento define, *a priori*, sua capacidade de geração de renda. Isto vai depender basicamente da(s) atividade(s) nele desenvolvida(s), relacionada(s) ao seu macro-espço mais global de reprodução, no caso, o complexo. As atividades mais importantes da Região – do ponto de vista da reprodução do capital –, o café e a pecuária, caracterizam-se, respectivamente, pela concentração e dispersão por unidade de área. Assim, para que um estabelecimento seja "especializado" em pecuária extensiva, a condição *sine qua non* é a sua apropriação da maior área contígua possível. Daí deduz-se que a concentração fundiária da porção norte da Região é consequência e, ao mesmo tempo, causa do desenvolvimento em larga escala da pecuária de corte. É importante salientar que a expansão da pecuária na Região se deu muito mais por falta de perspectivas dos produtores no sentido da diversificação agrícola, que propriamente por um processo de especialização, semelhante ao verificado em outras porções do território nacional.

Com relação à subárea cafeeira, a caracterização *produção centrada no pequeno estabelecimento*, retrata com bastante fidelidade seu conjunto de unidades produtivas. Não se detectou, nas análises de campo e dos dados secundários, a presença de importantes bolsões de produção de café em moldes genuinamente capitalistas. Ou seja, os possíveis grandes estabelecimentos especializados na produção de café não se constituem em empresas capitalistas na sua forma e em relação às condições gerais de reprodução, como as localizadas na Região-Programa de Colatina.

Os pequenos e médios estabelecimentos especializados na produção de café (menores de 100ha), determinando uma estrutura fundiária bastante pulverizada, mesmo se utilizando de assalariamento temporário na época de pico da colheita, definem apenas um conjunto de produtores que têm na venda da produção (embora na maior parte dos casos subordinada ao capital comercial do setor) o seu sustentáculo econômico. Em outras palavras, a renda propiciada pela venda do café é a base econômica fundamental de sua existência.

O papel clássico das culturas de subsistência (no sentido de reproduzirem a força de trabalho do pequeno proprietário, do parceiro e do assalariado permanente) – milho/feijão/arroz na região cafeeira e a mandioca na área de pecuária – estabelece as condições mais gerais de reprodução dos capitais comercial e industrial em escala ampliada. Constituem a base, no *locus* agrícola, de sua acumulação.

Do que foi possível ser apreendido nas pesquisas de campo, não se tem claro as dinâmicas futuras de espacialização. Um fator que prejudica enormemente futuros prognósticos é o fato de as políticas agrícolas serem extremamente instáveis. O único ponto que parece claro é a possível fortificação da atual zona de transição, na medida em que os preços do café tenham evoluções positivas. Pode-se inferir semelhantes avanços para a mandioca e a cana (municípios de Mucurici, Montanha e Pinheiros/Montanha, respectivamente). No que diz respeito à pecuária de corte, fica difícil qualquer previsão. As evoluções/involuções dos preços relativos carne/leite são muito rápidas e marcadas pela constante instabilidade. É de se prever que, perdurando a atual escassez de crédito para a pecuária, as áreas antes cultivadas com gramíneas percam espaço para culturas mais rentáveis (cana-de-açúcar, por exemplo).

Os itens anteriores mostraram que a produção regional está basicamente subordinada aos capitais comercial e industrial, afetando principalmente os pequenos produtores e parceiros, sendo que ao primeiro a produção de café e culturas associadas e ao último a carne bovina (boi-em-pê) e a mandioca. Os fenômenos da intermediação e da subordinação direta são clássicos, como em todo o território estadual e nacional.

Com relação à subordinação específica da produção ao capital comercial, não se denota na Região a existência de nenhum pólo de resistência, no sentido de se constituir um bloqueio à expansão de sua hegemonia. As cooperativas agrárias estão longe de desempenhar este papel, tendo ainda uma atuação bastante limitada, restringindo-se a subespaços diminutos. Por outro lado, as cooperativas maiores exercem importante atuação nas



praças adjacentes, carreando grande parte da produção para os seus armazéns, restringindo ainda mais o raio de manobra das pequenas cooperativas.

O fato de os pequenos produtores terem pouca ou quase nenhuma interferência nos destinos das cooperativas, faz com que se afastem de suas realizações, comprometendo-se, muitas vezes, diretamente com o grande comerciante local. Também o fato de, na maioria dos casos, os dirigentes das cooperativas serem grandes produtores, além de se utilizarem da máquina das mesmas segundo seus interesses de classe, faz com que a "ideologia do cooperativismo" passe hoje por séria crise.

Quanto à subordinação direta da produção engendrada pelo capital industrial, não se denota na Região nenhuma forma específica de resistência. Neste campo concreto, as dificuldades são muito maiores, tendo em vista a atuação setorializada dos representantes dos frigoríficos, bem como a dos *marchands*, de forma bem pontual. Por outro lado, os grandes proprietários especializados na pecuária de corte, além de disporem de meios de transporte, acabam por centralizar também a comercialização da mercadoria boi-em-pé dos pequenos produtores.

Em suma, não se vislumbra, no curto prazo, a possibilidade de existência de formas alternativas de associativismo na Região, capazes de concorrer com os mecanismos específicos do processo global de subordinação. É importante assinalar que qualquer avanço dos pequenos produtores no que tange ao controle dos destinos das cooperativas passa, necessariamente, pela tomada de consciência dos seus direitos, bem como pela fundamentalidade de sua representação nos mecanismos burocráticos da instituição, tendo esta atuação um nítido caráter de classe. Enfim, passa por um processo político.

Os subitens anteriores mostraram com devida clareza a incipiência do mercado de trabalho da Região. Desde o seu processo histórico de ocupação — passando pelo manejo irracional do solo (relação destruidora homem x natureza), pelas políticas de governo que não levaram em conta o

futuro daquele espaço geo-econômico (fundamentalmente expulsoras de mão-de-obra) —, a Região de Nova Venécia não foi privilegiada com uma política harmoniosa de longo prazo que considerasse suas especificidades regionais.

A subárea norte (ECO/MUC/MON/PIN), abrangendo os complexos pecuária e pecuária/mandioca, absolutamente poupadora de mão-de-obra, contrasta com a região sul (café e café/pecuária), demandadora de força de trabalho, principalmente na época de colheita. Esta contradição dada condiciona fortemente a existência do trabalho assalariado nas subáreas explicitadas. A movimentação incessante dos contingentes de assalariados temporários na busca de melhores preços para a utilização da sua força de trabalho, bem como a crescente monetarização das relações de parceria definem um quadro dinâmico de avanço das relações de produção no campo. As possíveis pressões exercidas por essas massas de trabalhadores podem vir a estabelecer patamares mais altos, relativos aos níveis médios de salários. Por outro lado, o fato de os assalariados permanentes estarem incrustados no interior dos estabelecimentos pecuaristas, dispondo de condições mínimas de mobilidade no que diz respeito às disputas por melhores salários, faz com que se definam relações sociais de produção extremamente atrasadas.

Esta primeira abordagem tem o objetivo de mostrar que na subárea sul as condições de formação e desenvolvimento de um amplo mercado de trabalho nos moldes capitalistas são dadas, ainda que de forma embrionária.

O fato de a maior parte da força de trabalho permanente da Região (MOF/PA) estar localizada no interior dos estabelecimentos pode constituir-se num bloqueio à expansão do mercado de trabalho nos moldes capitalistas. Entretanto, o crescente processo de monetarização das relações entre grandes e pequenos produtores e destes com os parceiros parece indicar exatamente o contrário. Isto é, a possibilidade de o mercado "capitalista" estar *capturando* e *transformando* formas tradicionais de relações de trabalho.

Os projetos de apoio à pecuária da primeira metade da década de 70 trouxeram como consequência uma maior concentração da propriedade da terra, sem mudar substancialmente as características do setor.

Pode-se concluir, enfim, que a política agrícola não trouxe benefícios substantivos à Região, à exceção da política de preços mínimos referente ao milho e ao feijão, se bem que esta, além de oscilante, não foi programada no sentido de privilegiar os pequenos produtores.

A crise energética mundial que trouxe sérias consequências a todas as economias capitalistas ocidentais, centradas em fontes não-renováveis, levou o governo brasileiro a priorizar a implantação e desenvolvimento rápido do PROÁLCOOL, na busca de fontes energéticas alternativas.

Os rebatimentos deste Programa no Espírito Santo tendem a "alcançar níveis alarmantes. Tendo em vista a capacidade de produção das destilarias em funcionamento no norte do Estado (LASA, ALMASA, DISA e CRIDASA), daquelas em fase de implantação (ALCON, ALBEL, MONTASA e PINHÁLCOOL), das que se encontram em fase inicial de estudo e mobilização (Jaguaré, Ecoporanga e Mucurici) e das ampliações previstas para as destilarias já em funcionamento, observa-se que, mesmo excluindo a produção da Usina Paineiras localizada na Região Sul (Itapemirim), a produção capixaba de álcool deverá chegar aos 250 milhões de litros/ano, necessitando, para tanto, de mais de 80 mil hectares de terras somente na Região Norte, onde estão concentrados os grandes projetos alcooleiros"<sup>2</sup>.

Neste particular refere-se à projeção do complexo-cana da Região de Linhares sobre o município de Montanha, no sentido nordeste-sudoeste.

---

<sup>2</sup>Carta enviada ao Governador Gerson Camata em outubro de 1983 pelas seguintes entidades: Ass. Espiritosantense de Engenheiros Agrônomos, Comissão Justiça e Paz da Arq. de Vitória e Comissão Past. da Diocese de São Mateus, entre outras; p. 2.

Do que foi possível ser apreendido da realidade regional, pode-se concluir que os pequenos núcleos urbanos (sedes municipais e distritais) não têm uma significação muito importante enquanto *locus* de reserva de força de trabalho<sup>1</sup>. É de se supor que o processo crescente de favelização que se desenvolve nas periferias das cidades seja mais fruto das levadas recentes de migrantes (intra-regionais) do que propriamente a expressão de um mercado de trabalho que se organiza.

A política agrícola recente determinou a expansão do café sobre novas bases técnicas e a estagnação da pecuária. As culturas consorciadas (milho/feijão) também foram beneficiadas pela política de preços mínimos - CFP e o arroz pelo PROVARZEAS. Enquanto isso a mandiocultura ficou abandonada ao sabor dos movimentos de mercado.

O mais importante a ser salientado é que a política agrícola determinou a expansão do café (do milho e do feijão) e do arroz.

Através do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais, sobre novas bases técnicas de produção, a cultura do café ganhou novo alento, expandindo-se até mesmo em áreas não-tradicionais. Esta modernização trouxe consigo um processo de concentração fundiária, pois agora a aquisição de insumos modernos e equipamentos pressupunha uma nova base de capitalização para ulterior acumulação e expansão da unidade produtiva. Este processo deve ter jogado para cima o preço da terra e estabelecido novas regras para a sua posse. Desta feita, só os maiores capitais poderiam disputar a nova expansão, objetivando a acumulação em padrões diferenciados, capturando ou bloqueando a reprodução da cafeicultura tradicional.

---

<sup>1</sup>No pico da colheita do café grandes contingentes de trabalhadores vo-  
lantes vêm das cidades próximas de MG. Vide "Mercado de Trabalho".

As conseqüências de uma possível implantação descoordenada do PROÁLCOOL na Região serão imprevisíveis: expulsa culturas alimentares; favorece a concentração da propriedade da terra (já concentrada), portanto, da renda, agravando ainda mais as disparidades regionais; intensifica o processo de proletarização da força de trabalho no campo; cria o sério risco da poluição ambiental, entre outros<sup>3</sup>.

É importante deixar claro que o PROÁLCOOL se constitui numa saída fundamental no momento presente, além de ser original. O que a sociedade civil brasileira questiona são as *formas* pelas quais o Programa vem sendo viabilizado, além de suas perigosas conseqüências.

À guisa de conclusão, o processo de transformação gestado na Região nas últimas décadas aponta para:

- A expansão dos bolsões semi-áridos e de áreas com alto índice de erosibilidade;
- A intensificação da concentração fundiária;
- Importantes avanços da monocultura da cana no extremo-norte;
- A estagnação da Região, no que diz respeito a avanços significativos de utilização de tecnologia na agricultura;
- A intensificação do êxodo rural, em especial nas áreas de pecuária e de pecuária/mandioca;
- Uma hegemonia cada vez maior dos capitais comercial e industrial, no sentido da subordinação da pequena produção;

---

<sup>3</sup>Cf. *idem*, *op. cit.*, p. 4.

- Transformações rápidas no âmbito da pequena produção familiar, a partir da crescente mercantilização/monetarização das relações de produção;
- Uma crescente proletarização da força de trabalho envolvida na produção cafeeira e nas monoculturas da cana-de-açúcar.